

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

ALICE MORAIS BRAGA

**O TEMPO DE TRABALHO E OS DEMAIS TEMPOS SOCIAIS:
realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP**

FRANCA

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ALICE MORAIS BRAGA

**O TEMPO DE TRABALHO E OS DEMAIS TEMPOS SOCIAIS:
realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa Serviço Social: Mundo do Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas

FRANCA

2008

Braga, Alice Morais

O tempo de trabalho e os demais tempos sociais: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP / Alice Morais Braga.
–Franca : UNESP, 2008.

Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP.

1. Mulher – Tempo de trabalho. 2. Costura manual de calçados – Mulheres – Franca (SP). 3. Gênero – Reprodução produtiva – Indústria calçadista – Franca (SP).

CDD – 362.8105

ALICE MORAIS BRAGA

**O TEMPO DE TRABALHO E OS DEMAIS TEMPOS SOCIAIS:
realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade, linha de pesquisa Serviço Social: Mundo do Trabalho.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Dr. José Walter Canôas

1º Examinador: _____
Dra. Israild Giacometti / UNESP-Franca

2º Examinador: _____
Dra. Valquíria Padilha / USP – Ribeirão Preto

Franca, ____ de _____ de 2008.

À Válder Banttio Junior (em memória).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por sua presença, que fez com que eu me sentisse segura em todas as decisões que precisei tomar no período.

A todos meus amigos e familiares, que contribuíram de alguma forma para a realização desse trabalho, em especial:

Aos meus pais Maria José e Antônio, que acompanharam e apoiaram cada momento dessa árdua tarefa;

Aos meus irmãos Leandro e Danilo, que souberam compreender meus momentos de ansiedade;

À Jucimeire, à Tatiana, à Livia, à Michelli, à Cristiane e à Valéria, fiéis colegas de mestrado, que ajudaram muito com textos e discussões;

À Simone e à Carolina, amigas de graduação que se tornaram tão presentes também no mestrado;

Ao Wagner, ao Gil, ao Ricardo e à Márcia, pelas sugestões, pela amizade e pelos livros que emprestaram;

À Gabriela e à Samara, que tanto me auxiliaram nas correções dos textos;

À Clarissa, que me hospedou com carinho, facilitando minha participação nas reuniões do Grupo de estudo e pesquisa em qualidade de vida no trabalho – USP/RP;

À Caroline, pela amizade, pelo carinho e pela torcida;

À Livia de Menezes, à Paulinha e a suas respectivas repúblicas, pelas hospedagens semanais em Franca;

Aos queridos amigos da Unicamp, Marcílio, Tais e Helena, pelas explicações, pela paciência, pelo carinho, pelas indicações de textos e pelas conversas de bar nas terças-feiras;

À Alessandra (Bule), pela bela amizade, pela “adoção” de quatro meses que tornou possível minha participação nas aulas de Sociologia do Trabalho – Unicamp/Campinas e pela colaboração na transcrição das entrevistas;

À Giovana, por aceitar essa “irmã” mineirinha;

À Valéria e ao Jéferson, pelo carinho e pela atenção durante os dias em que estive em Campinas;

Aos colegas de trabalho da Prefeitura Municipal de Campos Altos, Kinara, Graziella e Elcia, pela compreensão quanto à minha ausência em alguns momentos;

Ao Prefeito Municipal de Campos Altos, Geraldo Barbosa Jr., pela total compreensão e apoio durante o mestrado;

Ao Sindicato dos Sapateiros de Franca, pela disponibilidade;

Às assistentes sociais dos CRAS-Sul e CRAS-Norte de Franca, pela cooperação no levantamento das costureiras;

Às professoras Valquíria e Márcia – USP/ Ribeirão Preto, pela atenção e dedicação;

À professora Israild – UNESP/ Franca, pela atenção e pelas sugestões tão pertinentes durante a qualificação;

Ao Prof. Dr. José Walter Canôas, pela confiança, dedicação e apoio;

Aos funcionários da Unesp, especialmente os da seção de pós-graduação e da biblioteca;

À Laura, bibliotecária comprometida, pelo carinho e atenção de sempre;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo financiamento de doze meses da pesquisa, através do qual pude me dedicar exclusivamente à pesquisa nesse período;

Por fim, agradeço a todas as costureiras que se disponibilizaram a participar da pesquisa e me concederam um pouco do seu “tempo”, por tornarem possível a concretização desse trabalho.

“Na sociedade capitalista consegue-se tempo livre para uma classe, transformando a vida inteira das massas em tempo de trabalho.” (Karl Marx)

BRAGA, Alice Morais. **O tempo de trabalho e os demais tempos sociais:** realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

RESUMO

A pesquisa em questão estuda o cotidiano das mães de Franca/SP que se submetem ao trabalho domiciliar, executando no próprio lar a costura manual de calçados. O estudo focalizou a análise do tempo de trabalho e dos outros tempos sociais na constituição da vida cotidiana dessas trabalhadoras. Para tanto, recorremos à pesquisa bibliográfica, que proporcionou a compreensão de categorias de estudo como “tempo” e “trabalho”, e à pesquisa de campo, realizada na periferia de Franca/SP, baseando-nos em Abordagens Qualitativas para compreender quais as reais possibilidades de sincronia do tempo de trabalho e dos demais tempos sociais. Verificamos que o tempo de saúde, de educação, de convivência familiar ou outros tipos de convivência social são escassos num tempo conturbado e com o predomínio do tempo de trabalho.

Palavras-chave: tempo. trabalho. gênero. reestruturação produtiva. setor calçadista.

BRAGA, Alice Morais. **Time of work and other social time:** reality of mothers who switch shoes in Franca/SP. 2008. 137 p. Dissertation (Master's Degree in Social Work) – College of History, Law and Social Work, State University of São Paulo “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

ABSTRACT

The following research studies the routine of the mothers in Franca/SP who submit to the work done at home, doing, at home, the manual switching of footwear. The study focused the analyzes of the time of work and other social time in the constitution of everyday life of these workers. Thus, we resorted to the bibliographic research, which supplied the understanding of study categories like “time” and “work”, and to the field research done in the outskirts of Franca/SP, based on the synchrony of work time and other social time. We checked that the time of health, education, living together with families or other kinds of social living are scarce in a troubled time and with the predominance of the time of work.

Key-words: time. work. gender. productive restructuring. footwear area.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 CONSTITUIÇÃO DA VIDA COTIDIANA: TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DE NÃO TRABALHO	13
1.1 Tempo de trabalho	13
1.2 Tempo de não-trabalho	26
CAPÍTULO 2 A INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP	38
2.1 A reorganização produtiva e do trabalho	39
2.2 A exploração da mão-de-obra feminina	49
CAPÍTULO 3 A COMPOSIÇÃO DO TEMPO NO COTIDIANO DAS MÃES QUE COSTURAM SAPATOS EM FRANCA/SP	65
3.1 As relações sociais e econômicas que permeiam a organização dos tempos sociais	65
3.2 A jornada de trabalho heterogênea	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Modelos dos Termos de Consentimento	94
APÊNDICE B – Fotos: imagens captadas durante a pesquisa de campo	98
ANEXOS	
ANEXO A – Diagnóstico social de Franca/SP	104
ANEXO B – Informações sobre o setor calçadista	118
ANEXO C – Dados da RAIS sobre o número de mulheres e homens empregados	126
ANEXO D – Sindicato dos sapateiros.....	130
ANEXO E – Processo de produção do sapato.....	134

INTRODUÇÃO

O convite para lermos livros, para assistirmos a filmes, para encontrar os amigos, para frequentarmos devidamente espaços de participação política, para praticar atividades físicas, para aprendermos um novo ofício, ou para nos dedicarmos às necessidades de nossos filhos, fundamentalmente, perpassa a discussão sobre o tempo.

Repetimos diariamente negações como: “Eu não tenho tempo” ou “Não sobra tempo para nada”. E, quando se expande a comercialização de alimentos semi-prontos, *fast-food*, seguramente isso revela a falta de um ingrediente tão básico na cozinha: o tempo. Almejamos uma comida rápida, meios de transporte rápidos, um curso curto e não presencial, uma visita rápida, uma leitura rápida de resumos, de apostilas, de manuais, relacionamentos superficiais e efêmeros.

Na pesquisa, quando usamos a expressão “tempos sociais” fazemos referência às frações de tempo relativas ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à convivência familiar e social, à participação política e comunitária.

As infinitas opções que temos de atividades sociais não significam que seja possível realizá-las, ao contrário, é pobre a composição do nosso dia. As necessidades materiais condicionam a imposição do tempo de trabalho e notavelmente este tempo é o que predomina - se comparado aos outros tempos da vida cotidiana do homem. Portanto, o fato de não se possuir tempo para nada não diz respeito ao tempo para o trabalho, esta fração de tempo obrigatoriamente existe e mais que isso, ela influencia a vivência de demais tempos sociais.

Por meio dessa pesquisa, nos propomos a refletir sobre o que há por trás da queixa unânime sobre a escassez de tempo, enquanto o tempo real de trabalho permanece longo.

Tendo em vista que a distribuição dos tempos sociais é um problema que, de maneira geral, atinge todos trabalhadores, poderíamos escolher para este estudo qualquer categoria, no entanto, fixamos nosso olhar sobre uma das formas mais precárias de trabalho, o modelo de trabalho domiciliar no setor calçadista de Franca/SP.

Nosso objetivo foi analisar o tempo de trabalho em relação aos demais tempos sociais, segundo a realidade das mães que trabalham na costura manual de sapatos. Investigamos as relações socioeconômicas que permeiam a organização e composição dos tempos sociais e as dificuldades enfrentadas por tais mães, abordando a atual precarização do

trabalho como uma situação que compromete ainda mais a existência de um tempo de não-trabalho.

O setor calçadista de Franca é um espaço privilegiado para estudos sobre a reestruturação produtiva e precarização do trabalho, mundialmente em curso. Dentro desse modelo, temos a intensificação de formas pretéritas de trabalho, como o trabalho em domicílio, no qual predomina a mão-de-obra feminina. A costura manual de sapatos realizada nos domicílios de Franca configura-se como um trabalho informal, no qual a remuneração é feita de acordo com o número de tarefas executadas, implicando a prevalência de altas jornadas de trabalho, o que torna relevante o estudo no setor.

A pesquisa em questão aproxima-se dessa realidade, em que ocorre uma demasiada ampliação do tempo de trabalho e sua hegemonia em relação aos demais tempos, que acaba por desconsiderar as necessidades humanas e sociais.

Juntamente com o estudo bibliográfico, a investigação se desenvolveu através da Pesquisa de Campo realizada nas periferias da cidade. E, para isso, contamos com o apoio do Sindicato dos Sapateiros de Franca e dos Centros de Referência de Assistência Social.

Considerando que os sujeitos da pesquisa estão em situações de trabalho informal, sem o registro no sindicato da categoria, optamos pela utilização dos prontuários dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)¹ para a identificação da mãe trabalhadora. A fim de localizar aquelas mulheres cujos desafios enfrentados cotidianamente no rearranjo de estratégias de sobrevivência sejam maiores, optamos por delimitar nossa pesquisa nas áreas de atendimento do CRAS-Sul e CRAS-Norte, pois ambos se encontram nos espaços de maior vulnerabilidade social do município².

A partir disso, encaminhamos um ofício para a diretora da Rede de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Franca, através do qual requeremos a autorização para estabelecer contato com os CRAS Sul e Norte, a fim de nos auxiliar na identificação das mães trabalhadoras.

A autorização foi concedida, e a amostra foi constituída por cinco (5) famílias com mulheres voluntárias originárias do CRAS Sul e cinco (5) famílias com mulheres voluntárias originárias do CRAS Norte, totalizando dez (10) famílias nucleares, que

¹ Vale a pena esclarecer que o CRAS está contido na atual definição da Política Nacional de Assistência Social e é o principal órgão público de referência da Assistência Social presente no município de Franca/SP, estabelecendo-se de forma descentralizada e encarregando-se de coordenar e executar projetos de proteção social básica. A cidade de Franca é representada por cinco CRAS: CRAS Sul, CRAS Norte, CRAS Oeste, CRAS Leste e CRAS Centro.

² Ver ANEXO A

preencheram os critérios que contemplam: mães, com filhos na faixa etária de abaixo de dezesseis anos e que exerçam trabalhos informais de costura manual domiciliar de sapatos.

Os critérios foram construídos com a finalidade de identificar aqueles sujeitos que apresentam maior número de obrigações no dia-a-dia, portanto, com uma desigualdade de distribuição dos tempos sociais mais expressiva, sendo privilegiado, sobretudo, o tempo de trabalho. Assim, optamos por escolher as mães, por ser nítida a função que essas mulheres têm “normalmente” a mais, comparadas àquelas que não possuem filhos, haja vista a sociedade capitalista arraigada em valores patriarcais.

Aproximamos-nos das famílias de cada área e, em seguida, recorremos aos seguintes instrumentos:

- a) Observação livre: estabelecida pelo contato direto com a realidade social estudada, no intuito de analisarmos os atos, as atividades, as relações e os significados da questão. Na observação usamos a fotografia e o diário de campo, no qual foram anotadas as informações coletadas, observações e reflexões. Registramos situações como o vínculo que as trabalhadoras possuem com o atravessador, a posição na qual costumam, a força física que empregam, o material de trabalho espalhado no interior do lar, a relação com os filhos.
- b) Entrevistas semi-estruturadas: partindo do conhecimento adquirido através do estudo bibliográfico e documental e das informações recolhidas pela própria observação livre, organizamos um roteiro de perguntas fundamentais que foram feitas às mães costureiras e ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e Vestuário de Franca e Região (conhecido como Sindicato dos Sapateiros). As entrevistas foram gravadas e, em seguida, transcritas e analisadas.

Também entramos em contato com um representante do Sindicato da Indústria e com a diretora da Rede de Assistência Social da Prefeitura de Franca, para conseguir dados que foram necessários à pesquisa.

A ótica da pesquisa qualitativa, conforme Martinelli (1999), fundamenta-se no reconhecimento da singularidade dos sujeitos e no reconhecimento da importância de se conhecer a experiência social dos sujeitos. A realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que o próprio pesquisado lhe atribui. A autora conclui, ainda, que “Não se trata, portanto, de uma pesquisa com um grande número de sujeitos, pois é preciso aprofundar o

conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando.” (MARTINELLI, 1999, p. 23).

Acompanhamos os problemas vivenciados pelas mães trabalhadoras, sem nos distanciarmos da perspectiva histórica e da contextualização da realidade social.

No estudo bibliográfico, aprofundamo-nos na análise das categorias “tempo” e “trabalho”, compreendidas como dois eixos fundamentais para o estudo proposto. Em seguida, passamos para o estudo da questão de gênero e do setor calçadista de Franca.

Dividimos este trabalho em três capítulos. No **Capítulo 1: “Constituição da Vida: tempo de trabalho e tempo de não-trabalho”**, estudamos a composição do tempo de trabalho em três fases do capitalismo: revolução industrial, fordismo/taylorismo e acumulação flexível. Em seguida, elucidamos os significados do tempo de não-trabalho.

O **Capítulo 2: “A Indústria Calçadista de Franca/SP”**, retrata as mudanças ocorridas no setor calçadista de Franca a partir da década de 1990 até os dias atuais e prossegue focalizando o estudo do trabalho das operárias internas e externas das fábricas.

No **Capítulo 3: “A Composição do Tempo no Cotidiano das Mães que Costuram Sapatos em Franca/SP”**, descrevemos e analisamos o cotidiano das mães que trabalham na costura manual de calçados, marcado pelo tempo de trabalho, abordando os fatores que determinam a organização dos tempos sociais e a jornada de trabalho dessas trabalhadoras.

Por último, buscamos nas considerações finais retomar, sinteticamente, as discussões referenciadas em cada capítulo, interligando-as, com o objetivo de avaliar a situação do tempo de trabalho e dos demais tempos sociais das mães que costuram sapatos em Franca, assim como discorrer sobre a dimensão quantitativa e qualitativa que o tempo de trabalho tem na vida de todos trabalhadores.

Antes de prosseguir, esclarecemos que os nomes das costureiras foram devidamente preservados, sendo que, para a confecção desse trabalho, utilizamos nomes fictícios.

CAPÍTULO 1 CONSTITUIÇÃO DA VIDA COTIDIANA: TEMPO DE TRABALHO E TEMPO DE NÃO-TRABALHO

Capitão de Indústria
Marcos Valle e Paulo Sergio Valle

Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais
Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além de fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas
Ah, Eu acordo prá trabalhar
Eu durmo prá trabalhar
Eu corro prá trabalhar

Queremos, nesse capítulo, priorizar o que designamos de *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, a inter-relação dos dois na constituição da vida cotidiana³, para facilitar a compreensão do nosso estudo.

Entre os diversos estudos existentes sobre o tempo, vamos destacar, nesta pesquisa, a dimensão do tempo como uma grandeza usada para medir a duração do trabalho e do não-trabalho.

1.1 Tempo de trabalho

Assim como há os meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho, para o processo de trabalho subentende-se que haja disposição, também, de um espaço de tempo que permita materializar o trabalho humano.

Na Idade Média, a administração do tempo ficava encarregada à Igreja, que o concebia como propriedade restrita a Deus e, portanto, qualquer forma de apropriação do tempo pelo homem, como, com o propósito de obter lucros, era condenável. Mas,

³ A vida cotidiana é, em grande medida, heterogênea; e isso sob vários aspectos, sobretudo no que se refere ao conteúdo e à significação ou importância de nossos tipos de atividade. São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. (HELLER, 2004, p. 18).

posteriormente, verificamos que essa dominação do tempo realizada pela Igreja veio se chocando com as transformações nas relações econômicas vivenciadas no período. Nesse contexto:

Da mesma forma que o camponês, o mercador está submetido, na sua actividade [sic] profissional, em primeiro lugar ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos cataclismos naturais. Neste aspecto, e durante muito tempo, ele só necessitou de submissão à ordem da natureza e de Deus e só teve como meio de acção [sic], a oração e as práticas supersticiosas. Mas quando se organiza uma rede comercial, o tempo torna-se objeto de medida. (LE GOFF, 1980, p. 51).

Segundo Le Goff, com as alterações verificadas na economia, a partir do século XIV, o tempo da Igreja, ritmado segundo ofícios ligados a atividades religiosas, foi sendo substituído, “[...] pelo tempo mais exactamente [sic] medido, utilizável para as tarefas profanas e laicas, o tempo dos relógios.” (LE GOFF, 1980, p. 53). Afirma:

A demora de uma viagem, por mar ou por terra, de um lugar para outro, o problema dos preços que, no decorrer de uma mesma operação comercial, e mais ainda quando o circuito se complica, sobem ou descem, aumentam ou diminuem os lucros, a duração do trabalho artesanal ou operário [...] tudo isso impõe cada vez mais à sua atenção e se torna objecto [sic] de regulamentação cada vez mais minuciosa. (LE GOFF, 1980, p. 51).

De acordo com Marx (2006a, v. 1), o tempo de trabalho se subdivide em *tempo de trabalho necessário* e *tempo de trabalho excedente*. O autor define *tempo de trabalho necessário* como aquela fração de tempo de trabalho que é necessária à manutenção do próprio trabalhador. Já o *tempo de trabalho excedente* existe quando o trabalhador não detém mais os meios de produção, e a outra fração do seu tempo total de trabalho é dedicada ao detentor desses meios.

Não foi o capital que inventou o trabalho excedente. Toda vez que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, tem o trabalhador, livre ou não, de acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria manutenção um tempo de trabalho excedente destinado a produzir os meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. Pouco importa que esse proprietário seja o nobre ateniense, o teocrata etrusco, o cidadão romano, o barão normando, o senhor de escravos americanos, o boiardo da Valáquia, o moderno senhor de terras ou o capitalista. (MARX, 2006a, p.273-274).

O que Marx aponta é que, nas diversas formações sociais que antecederam o capitalismo, o trabalho excedente correspondia às necessidades dos homens, predominando apenas o valor-de-uso dos produtos, sem que houvesse cobiça por trabalho excedente, como no capitalismo.

Além disso,

O trabalho necessário do camponês valáquio para sua própria manutenção está fisicamente separado de seu trabalho excedente para o boiardo. Executa o primeiro em seu próprio terreno e o segundo na terra senhorial [...]. Na corvéia, o trabalho excedente está claramente separado do trabalho necessário. (MARX, 2006a, p. 275).

Isso não ocorre no modo de produção capitalista, uma vez que “O trabalho excedente e o trabalho necessário se confundem.” (MARX, 2006a, p. 275), encontram-se atrelados durante a jornada de trabalho.

Na produção de mercadorias, apenas a força de trabalho humano é capaz de gerar valor. Esse valor, que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, é sempre maior que o próprio valor da força de trabalho⁴. “O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 100).

Desse modo, o valor que a força de trabalho humano cria, subtraindo o valor equivalente à força de trabalho, resulta na mais-valia – o valor que é apropriado pelo detentor dos meios de produção, por aquele que compra a força de trabalho, o capitalista. Podemos dizer que, na composição da jornada de trabalho, existe um tempo de trabalho no qual é produzido um valor excedente, que excede o salário diário do trabalhador.

No capitalismo, o *tempo de trabalho necessário* é a fração da jornada de trabalho que é paga ao trabalhador – isto é, que corresponde ao valor da força de trabalho, dado pelo valor capaz de proporcionar sua reprodução⁵.

Em contrapartida, o *tempo de trabalho excedente* significa a fração da jornada de trabalho da qual o capitalista extrai a mais-valia; corresponde ao período em que o trabalhador produz um novo valor cuja apropriação é feita pelo detentor dos meios de produção. É no *tempo de trabalho excedente* que ocorre a valorização do capital, por isso, existe o interesse do capitalista no seu aumento e, assim, no da jornada de trabalho.

E, com relação ao empenho do capitalista para conseguir ampliar o tempo de trabalho, Marx ilustra o caráter peculiar do capital de valorizar-se:

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural da vida. Menor de

⁴ “Como qualquer outra mercadoria, o valor da força de trabalho equivale à quantidade de horas necessárias para produzi-la. E o que é necessário para produzir a força de trabalho humana? A quantidade de trabalho necessária para produzir os meios de subsistência de João e sua família: habitação, comida, roupas; a ‘renda familiar’.” (COGGIOLA, 1998, p. 18, destaque do autor).

⁵ “[...] ao trabalhador pertence a parte mínima e mais indispensável do produto; somente tanto quanto for necessário para ele existir, não como ser humano, mas como trabalhador, não para ele continuar reproduzindo a humanidade, mas sim a classe de escravos [que é a] dos trabalhadores.” (MARX, 2004, p. 28).

quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. O capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna. O tempo em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. (MARX, 2006a, p.271).

Devemos considerar também que a quantidade de trabalho, que determina o valor de uma mercadoria, é medida pelo tempo de duração desse trabalho, “[...] e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações de tempo, como hora, dia, etc.” (MARX, 1983, p. 47). Quanto maior é o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, maior é o valor dessa mercadoria.⁶

Esses dois complexos fatores, primeiro, a composição da jornada de trabalho, e segundo, o tempo socialmente necessário para a produção de uma determinada mercadoria, conseguem justificar o interesse da burguesia nascente em mensurar rigorosamente o tempo.

[...] apareceu a necessidade de uma rigorosa medição do tempo, porque na indústria têxtil convém que a maioria dos operários jornaleiros – o proletariado têxtil – vá e venha para o trabalho, a horas fixas. Primórdios da organização do trabalho, prenúncio longínquo do taylorismo [...]. Este tempo que começa a racionalizar-se laiciza-se igualmente. (LE GOFF, 1980, p. 52).

As mudanças verificadas nas técnicas de manufaturas demandavam uma maior sincronização do trabalho e maior exatidão na observação das horas. A partir de 1700, consolidava-se o capitalismo industrial disciplinado, submetendo o trabalhador à vigilância, por meio da folha de ponto, de informantes e de multas. Segundo a ótica do capital, tudo isso para evitar o desperdício de tempo e, assim, a perda de lucros.⁷

Ainda no século XVIII, foi sublinhado o poder disciplinador da escola, tida como um espaço social que habituava os alunos a conviverem com um tempo disciplinado, preparando-os, assim, para os novos modelos de trabalho. Desse modo, “[...] *había declarado que las escuelas habían operado un cambio extraordinario: se han hecho más tratables y obedientes, y menos pendencieros y vengativos.*” (THOMPSON, 1984, p. 277).

⁶ A pesquisa não aprofundará nesse debate, haja vista que fugiria do nosso foco. Indiquemos a leitura do Livro Primeiro O Capital, Volume I, Seção I, Capítulo I, 1983; e Seção III, Capítulo V, Item 2 (p. 155-163)

⁷ Torna importante destacar que: “*La embestida, desde tan varias direcciones, a los antiguos hábitos de trabajo de las gentes no quedó, desde luego, sin oposición. En la primera etapa, encontramos simple resistencia. Pero en la siguiente, mientras se impone la nueva disciplina de tiempo, empiezan a luchar los trabajadores, no contra las horas, sino sobre ellas.*” (THOMPSON, 1984, p. 277-278).

Dentro das indústrias inglesas, alguns patrões se tornaram os “senhores do tempo” no processo produtivo, não permitindo que os operários tivessem conhecimento sobre as horas. O estudo de Thompson contém depoimentos de trabalhadores⁸ que contam: “*A menudo se adelantaban los relojes de las fábricas por la mañana y se atrasaban por la tarde; y en lugar de ser instrumento para medir el tiempo, se utilizaban como capotes para el engano y la opresión.*” (THOMPSON, 1984, p. 279).

Existia também a interiorização da disciplina em relação ao tempo, que foi ditada pela Igreja e pelos patrões. Tratava-se da disposição incondicional para o trabalho e do desprezo ao ócio. Esse era o receituário que deveria ser seguido pelos trabalhadores na vida individual e coletiva. Compreendido como uma mercadoria, o tempo não deveria sofrer “desperdícios”.

Em contraposição à moralização do tempo de trabalho, Lafargue (2000, p. 84) dizia em 1880:

Mas para que tenha consciência de sua força, é preciso que o proletariado pisoteie os preconceitos da moral cristã, econômica e livre – pensadora; é preciso que volte a seus instintos naturais, que proclame os Direitos a Preguiça [...].

No período da 1ª Revolução Industrial, utilizava-se, massivamente, o recurso do prolongamento da jornada de trabalho, para ampliar a mais-valia⁹. A duração de um dia de trabalho variava, em média, 15 horas a 18 horas por dia. Como proprietário da força de trabalho, o capitalista procura, nesse momento, ampliar o trabalho a um tempo máximo. Homens, mulheres e crianças trabalhavam exaustivamente dia e noite, em lugares úmidos ou condicionados à alta temperatura, com portas e janelas fechadas. A insalubridade dos espaços de trabalho e o excesso de trabalho foram responsáveis por consumir gerações de operários. Nas palavras de Marx:

O Capital levou séculos, antes de surgir a indústria moderna, para prolongar a jornada de trabalho até seu limite máximo normal e, ultrapassando-o, até o limite do dia natural de 12 horas. A partir do nascimento da indústria moderna, no último terço do século XVIII, essa tendência transformou-se num processo que se desencadeou desmesurado e violento como uma avalanche. Todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela

⁸ É interessante observar que Marx, em 1867, publicou também que capitalistas faziam “pequenos” furtos de tempo dos trabalhadores, burlando desse modo a jornada que estava legalmente regulamentada. (MARX, 2006a, v. 1, p. 279-283).

⁹ “Um modo de ampliar o tempo de trabalho excedente consiste na extensão da jornada de trabalho sem alteração do salário: aumentando-se a duração da jornada (dez, doze, catorze horas, etc.), conserva-se a mesma duração do tempo de trabalho necessário e se acresce o tempo de trabalho excedente. Esse modo de incrementar a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista designa-se como produção de mais-valia absoluta.” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 108, grifo nosso).

idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foram destruídas. (MARX, 2006a, v. 1, p. 320).

Ora, dadas situações normais de produtividade e de intensidade do trabalho, a mais-valia apenas conseguiu se elevar pelo aumento absoluto da jornada de trabalho.

Por outro lado, a utilização da mão-de-obra feminina e infantil trouxe como consequência a redução do *tempo de trabalho necessário*. Vejamos:

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim desvaloriza a força de trabalho do adulto. (MARX, 2006a, v. 1, p. 452).

Concluimos que, no período da Revolução Industrial, as longas jornadas de trabalho eram compostas, predominantemente, por um elevado *tempo de trabalho excedente* e por um reduzido *tempo de trabalho necessário*.

Ainda assim, os patrões, nesse período, utilizavam “pouco” da sua potencial capacidade de exploração da potencial capacidade de produtividade que cada trabalhador continha. A intensidade e eficiência do trabalho não eram observadas com devida atenção, pois os patrões ainda não tinham aprendido o que Hobsbawm (1981) chamou de “regras do jogo”. No entanto, de acordo com o historiador inglês:

Esta resistência ao conhecimento é também compreensível. Na prática uma grande eficiência da mão-de-obra significava salários mais altos e horas mais curtas. Mas em primeiro lugar nenhum comerciante gosta de elevar os seus custos a menos que esteja certo de recuperá-los, e os empresários não tinham nenhuma garantia rígida. Em segundo, era indesejável encorajar os trabalhadores a exigir salários mais altos e horas mais curtas, porque onde iriam parar tais exigências? Era mais seguro, embora menos eficiente, ficar com os velhos hábitos, a menos que a pressão sobre as margens de lucro, concorrência aumentada, as exigências da mão-de-obra ou outros fatos inevitáveis forçassem uma mudança. (HOBSBAWM, 1981, p. 360).

O aumento da competição entre capitalistas e as pressões feitas pelo movimento operário incentivaram essa mudança. Lutas foram travadas pelos operários do mundo inteiro, exigindo a redução da jornada de trabalho. A existência de interesses antagônicos entre a classe trabalhadora e a burguesia gera uma conflituosa negociação em relação à jornada de trabalho.

E, para o estabelecimento da jornada de trabalho, Marx (2006a, v.1, p. 270-271) destaca que:

Durante o dia natural de 24 horas, só pode um homem despender determinada quantidade de força de trabalho. Do mesmo modo, um cavalo só pode trabalhar, todos os dias, dentro de um limite de 8 horas. Durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra, tem de satisfazer necessidades físicas, alimentar-se, lavar-se, vestir-se etc. Além de encontrar esse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em fronteiras morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral de civilização. Por isso, as variações da jornada de trabalho ocorrem dentro desses limites físicos e sociais.

Em 1847, foi aprovada, na Inglaterra, uma lei que regulamentou a jornada de trabalho de dez (10) horas para os adultos e, nos Estados Unidos, em 1868, aprovaram a lei que estabeleceu a jornada de oito (8) horas de trabalho (ainda sem aplicação prática nessa data).

A conquista histórica da lei de jornada normal de trabalho de oito (8) horas unia os proletários alemães, franceses, ingleses, americanos e de demais países. No Congresso Internacional de Paris, o dia 1º de Maio de 1890 foi escolhido pelos 391 delegados representantes de vários países do mundo (com destaque para os europeus), para realização de manifestações a favor da redução legal da jornada de trabalho para oito (8) horas.

Em resultado da longa luta de classe, o Estado intervém na regulação das relações capital/trabalho, neste caso, limitando o tempo de trabalho. A partir disso, nota-se uma maior intensificação do ritmo de trabalho. No contexto histórico, econômico e social desfavorável à manutenção de longas jornadas de trabalho, a administração científica soube conduzir a substituição do uso extensivo da mão-de-obra, para o uso intensivo (HOBSBAWM, 1981, p. 360).

Em função disso, o operário perde completamente o controle sobre seu dia de trabalho. Há uma supressão total do trabalho orientado por costumes, tradições, ou experiências. Para aumentar a eficiência e produtividade, Taylor defendeu a substituição dos métodos empíricos pelos métodos científicos, de modo que dessem conta de conseguir:

[...] economia de tempo e o conseqüente acréscimo de rendimento, possíveis de obter pela eliminação de movimentos desnecessários e substituição de movimentos lentos e ineficientes por movimentos rápidos em todos os ofícios [...]. (TAYLOR, 1990, p. 33).

O padrão de acumulação Taylorista-Fordista se pautou no controle rígido dos tempos e dos movimentos dos operários dentro do processo produtivo, buscando aumentar a eficiência produtiva. Houve a disjunção entre a função de concepção e a função de execução¹⁰, designadas, respectivamente, aos trabalhadores da gerência e aos operários. Para

¹⁰ “[...] quase todos os atos dos trabalhadores devem ser precedidos de atividades preparatórias da direção, que habilitam os operários a fazerem seu trabalho mais rápido e melhor do que em qualquer outro caso. E cada

os operários, o trabalho se tornou fragmentado, rotinizado, de modo que não dispunham mais de controle sobre seu ritmo, assim como sobre a organização do processo produtivo.

O desenvolvimento das forças produtivas, bem como a racionalização dos movimentos dentro da linha de montagem, fortaleceram a produtividade do trabalho sem carecer do aumento da jornada.

A combinação do aumento da intensidade do trabalho e da produtividade garantiu a diminuição do tempo socialmente necessário para a produção de cada produto, resultando num maior número de produtos ao final da jornada. Quanto menor é o tempo empregado pelo trabalhador na fabricação de uma determinada mercadoria, menor é a quantidade de trabalho necessária e, assim, menor se torna o valor incorporado na mercadoria. Com a diminuição do valor da mercadoria, os produtos de subsistência – uma vez que são mercadorias - terão seus valores reduzidos. Consequentemente, o valor da força de trabalho se torna menor¹¹.

Por outro lado, podemos constatar também que a intensificação do trabalho faz com que o operário produza em menos tempo o valor necessário à sua subsistência - independente da redução ou não dos preços das mercadorias. Conforme Marx: “Para prolongar o trabalho excedente, encurta-se o trabalho necessário com métodos que permitem produzir-se em menos tempo o equivalente ao salário.” (MARX, 2006b, v. 2, p. 578).

Podemos concluir que, nas duas condições, incidindo de modo independente ou concomitante, o *tempo de trabalho necessário* se reduz e ocorre um aumento relativo do *tempo de trabalho excedente*, sendo que a soma dos dois – isto é, o tempo total de trabalho – consegue se manter dentro da jornada de trabalho que estava estabelecida legalmente. É como se o capitalista prolongasse a jornada normal de trabalho, pois consegue, por meio da racionalização e intensificação do processo de trabalho, transformar “[...] um dia de trabalho em dois [...]” (MARX, 2006a, v. 1, p. 273).¹²

A partir da década de 1970, inicia-se o processo de substituição do padrão de acumulação taylorista-fordista, na tentativa de amenizar os efeitos da crise estrutural do capital, em ebulição. Consolida-se, principalmente, o modelo japonês de produção, com a

homem será instruído diariamente e receberá auxílio cordial de seus superiores, em lugar de ser, se um lado, coagido por seu capataz, ou em situação oposta, entregue à sua própria inspiração.” (TAYLOR, 1990, p. 34).

¹¹ “O valor de sua força de trabalho pode variar com o valor dos seus meios de subsistência habituais de 3 para 4 xelins ou de 3 para 2, ou o preço dela, sem que se altere seu valor, pode subir a 4 xelins ou cair a 2, em virtude de flutuações da oferta e da procura [...]”. (MARX, 2006b, v. 2, p. 621).

¹² Nesse processo, configura-se a produção da mais-valia relativa. Uma vez estabelecida a jornada de trabalho, só conseguimos elevar a taxa de mais-valia por meio da variação relativa dos componentes do tempo de trabalho (tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente), aumentando a produtividade ou a intensidade do trabalho. Para facilitar a compreensão indicamos a obra Economia Política: uma introdução crítica, de José Paulo Netto e Marcelo Braz, p. 109, 2007.

propagação das técnicas toyotistas em empresas do mundo inteiro. Tal modelo é caracterizado pela reorganização do trabalho, somada à densidade dos avanços tecnológicos, e pela consequente dispensa de mão-de obra, que consistem em arcabouços da chamada “empresa enxuta”. Dentro das empresas principais encontramos alta tecnologia e um número reduzido de trabalhadores, o que se torna um fator determinante e vantajoso na recuperação da rentabilidade capitalista.

Parcelas da fabricação das mercadorias são transferidas para espaços de produção diferenciados. As firmas subcontratadas surgem como um importante componente dentro da nova lógica capitalista, terceirizando atividades produtivas no interior e fora do espaço físico das indústrias. Existe uma relação de complementaridade e subordinação entre grandes empresas e as médias, pequenas e micro empresas. E, nesse aspecto, as grandes empresas forçam as subcontratadas a trabalhar nos finais de semana e feriados, além de exigirem redução nos custos.¹³

Sob essa reestruturação do capital, constata-se a “instauração de novas formas de exploração e de dominação do trabalho”, por meio de novos meios de trabalho, novas formas de organização de processo de trabalho, novas formas de contrato de trabalho, novos modos de conseguir a mobilização da força de trabalho dentro da empresa e, assim, novas formas de disciplina de trabalho (BIHR, 1998, p. 87). Isso marca a redução do emprego regular, em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado.

Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens e lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (HARVEY, 2007, p. 143, destaque do autor).

Para o trabalhador que resta na “empresa enxuta”, submetido ao padrão de acumulação Toyotista, é exigida polivalência, autonomia, trabalho em equipe e envolvimento no processo de produção. Acresce que, para a eliminação do trabalhador improdutivo, são atribuídas também novas atividades ao trabalhador produtivo, como manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidade. (ANTUNES, 2005, p. 53). No entanto, este tem garantidos benefícios sociais e direitos trabalhistas, possui representação sindical e possibilidade de negociação coletiva sobre suas condições de trabalho.

¹³ Um exemplo do que ocorre: “As indústrias, no caso a Toyota ou a Nissan, escolhem um leque de firmas subcontratadas e as põe em competição para baixar os preços. A renovação do contrato, a cada dois anos, depende de a subcontratada desenvolver vantagens tecno-organizacionais de redução dos preços dos produtos e dos custos operacionais e a manutenção dos prazos de entrega.” (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Acentua-se a racionalização das operações desenvolvidas pelos operários, diminuindo todos os poros de tempo e movimento (OLIVEIRA, 2004, p. 32). Instaure-se o aproveitamento da dimensão cognitiva do trabalho, principalmente por meio do gerenciamento participativo. O operário é impelido a participar intensamente da produção, influenciado pela cultura de cooperação e de engajamento proliferada pela gerência. Esses fatores, somados à introdução de novas tecnologias, acarretam uma maior intensificação do trabalho, proporcionando grandes rendimentos.

Além do aumento do ritmo de trabalho¹⁴, ocorre também uma ampliação do tempo de trabalho.

Apesar do significado avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países, como a Inglaterra e o Japão, para citar países do centro do sistema, uma política de prolongamento da jornada de trabalho. A Inglaterra tem a maior jornada de trabalho dentre os países da União Européia, e o Japão, se já não bastasse sua histórica jornada prolongada de trabalho, vem tentando, por meio de propostas do governo e dos empresários, aumentá-la ainda mais, como receituário para a saída da crise. (ANTUNES, 2005, p. 33-34).

A consolidação do que Harvey denominou de acumulação flexível significou um complexo sistema de flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. A flexibilização dos processos de trabalho proporciona liberdade empresarial de reduzir ou aumentar o horário de trabalho ou subdividir a jornada de acordo com os interesses da própria empresa. O trabalhador também deve ser flexível, no sentido também de corresponder às necessidades da empresa, oferecendo disponibilidade para horários maleáveis de trabalho, trabalhando bem mais em períodos de pico.

[...] um jovem programador de computador morreu devido ao excesso de trabalho, segundo a sentença do Tribunal Distrital de Tóquio na qual constava que ‘o tempo médio de trabalho anual era superior a 3 mil horas. Nos três meses anteriores à sua morte, o rapaz chegou a trabalhar trezentas horas por mês. Naquele momento ele estava ocupado em desenvolver um sistema de software para bancos’ (Japan Press Weekly, 28/03/1998). Outro caso um jovem rapaz que morreu de ataque de coração devido ao excesso de trabalho: ‘nas duas semanas anteriores à sua morte, ele trabalhou em média 16 horas e 19 minutos por dia’ (Japan Press Weekly, 4/4/1998). (MÉSZÁROS, 2006, p. 35, destaque do autor).

Sobrecarregando continuamente o trabalhador, as horas extras¹⁵ se tornam uma constante no dia de trabalho. O cansaço e a exaustão, provocados principalmente pelos

¹⁴ “O processo de produção de tipo toyotista, por meio dos team work, supõe portanto uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato dos operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes.” (ANTUNES, 2005, p. 56).

¹⁵ “Seja 3 pence o preço de uma hora da jornada de 12 horas valor produzido por meia hora de trabalho; seja 4 pence o preço da hora de trabalho extraordinário, valor produzido por dois terços da hora de trabalho. No

rápidos ritmos e longos períodos de trabalho, são queixas frequentemente feitas por trabalhadores de diversos setores.

Os telefonistas da AT & T assinam um contrato segundo o qual devem atender um telefonema a cada 28 segundos, os motoristas de caminhão se impõem extremos de resistência e quase morrem tomando pílulas para permanecer acordados, os controladores de vôo passam por extremos de tensão, os operários da linha de produção usam drogas e álcool, e isso faz parte de um ritmo diário de trabalho fixado pela obtenção de lucros, e não pela elaboração de escalas de trabalho humanos. As compensações, como férias pagas, salários mais altos, semana de trabalho menores, aposentadoria antecipada, são com demasiada frequência, como observou há muito tempo Marx, recuperadas pelo capital na forma de uma intensificação e aceleração ainda maiores das tarefas. (HARVEY, 2007, p. 211-212)

Observamos que o capital, atualmente, consegue aproveitar as dimensões extensiva e intensiva da jornada de trabalho. Podemos avaliar que o sentimento de instabilidade presente no cotidiano dos trabalhadores considerados estáveis favorece a sujeição destes aos densos modos de exploração.

Num outro pólo, ligados a esse processo, estão os trabalhadores em regime de tempo parcial, trabalhadores temporários, trabalhadores de empresas subcontratadas e trabalhadores em domicílio. De acordo com Bihl (1998, p. 86):

Essas diferentes categorias de trabalhadores têm em comum a submissão a um conjunto de constrangimentos: instabilidade de emprego e, portanto, de renda; desregulamentação mais ou menos forçada de suas condições jurídicas de emprego e de trabalho (em relação as normas legais ou convencionais), conquistas e direitos sociais em regressão; com frequência, ausência de qualquer benefício convencional; a maior parte do tempo, ausência de qualquer proteção e expressão sindicais; enfim, tendência à individualização extrema da relação salarial.

A empresa procura o trabalhador temporário quando necessita de trabalhadores por tempo determinado, seja para a substituição de trabalhadores que estejam afastados por diversos motivos, seja para complementar a mão-de-obra em épocas em que se busca aumentar a produção. Em oposição às garantias mantidas ao trabalhador central, o trabalhador temporário subentende instabilidade. Permanece ora ocupado, ora desocupado.

Outra forma de contratação que vem se destacando é o tempo de trabalho de tempo parcial, como trabalho suplementar, de meio expediente. Vasapollo (2006, p. 56) apresenta dados que indicam: “Na Holanda, 43,3% dos ocupados trabalham meio expediente. Seguem, com um percentual entre 10% e 20%, todos os demais países, à exceção da Itália (8,5%), da Espanha (7,9%), de Portugal (8,3%) e da Grécia (4,2%).”

primeiro caso, o capitalista se apropria gratuitamente da metade; no segundo caso, de um terço da hora de trabalho.” (MARX, 2006b, v. 2, p.632-633)

O percentual desses trabalhadores *part time* que estão lotados nas indústrias europeias é de 10%, em média, exceto para a Itália, cujo percentual é de 20%. A maior parte desses trabalhadores está concentrada no setor de serviços.

Com relação ao sexo:

[...] na faixa etária entre 15 e 65 anos nota-se que, em todos os países da União Européia, o percentual de mulheres ocupadas por contrato de meio expediente é visivelmente superior ao dos homens. Na Holanda, mais de 70% das mulheres ocupadas têm emprego de “tempo reduzido”; seguem a Grã-Bretanha, a Áustria, a Alemanha e a Bélgica, com valores em torno de 40%. (VASAPOLLO, 2006, p. 56-57).

Isso revela o papel que é destinado às mulheres na divisão sexual do trabalho, encarregadas de desempenhar o trabalho doméstico, atividade responsável pela reprodução familiar. E, desse modo, urge a necessidade de conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo.

De acordo com Vasapollo (2006, p. 52), nessas formas de trabalho atípicas “[...] do ponto de vista dos trabalhadores, imperam a insegurança econômica, a total falta de perspectivas, as dificuldades de administração do tempo, a precariedade em cada fase da própria existência etc.”.

Existem, ainda, os trabalhadores das empresas subcontratadas, que aparecem na situação de trabalhadores regulares ou irregulares. Porém, ambas as condições têm características de precarização e de similaridade ao tipo de exploração realizada dentro da empresa principal, como extensa jornada de trabalho e horários flexíveis.

Concluimos que, no trabalho regular da empresa principal, no trabalho temporário e no trabalho nas empresas subcontratadas, expressa-se um aumento absoluto do *tempo de trabalho excedente*, de acordo com o aumento camuflado da jornada de trabalho. Por outro lado, podemos afirmar que há, também, o aumento relativo do *tempo de trabalho excedente* em consequência do aumento da intensidade do trabalho.

O salário por hora trabalhada, no caso o *part time*, mostra-se ainda mais degradante que o salário por dia, pois “O capitalista pode então extrair do trabalhador determinada quantidade de trabalho excedente, sem lhe proporcionar o tempo de trabalho necessário à própria manutenção.” (MARX, 2006b, v. 2, p. 628).

Desse modo, há um esmagamento do *tempo de trabalho necessário*, restando, na verdade, o *tempo de trabalho excedente* e um “meio” *tempo de trabalho necessário*. Torna-se

fundamental para o trabalhador buscar alternativas que possam complementar seu salário e, assim, promover a sua reprodução, como força de trabalho.

No caso das mulheres, esse fato reforça a compreensão do seu trabalho como uma “ajuda” ao orçamento familiar, sufocando questionamentos e promovendo estranhamento quanto a sua condição de trabalhadora.

Conforme Harvey (2007, p. 146):

Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa.

O trabalho em domicílio permeia as relações de subcontratação e

[...] concentra-se, especialmente, em setores de base técnica tradicional, isto é, confecção, têxtil, couro, calçados, madeira etc. Também apresenta uma predominância de trabalho feminino (90% na Alemanha e Irlanda e 94% no Japão); além de possuir um baixo nível de legalização (clandestinidade). (RUAS, 1993, p. 27, destaque do autor).

Para a externalização de parte da produção industrial, é necessário o estabelecimento de medidas que permitam o monitoramento da atividade, uma vez que esta ocorre fora do espaço controlado pelo empregador. Em contraposição à suposta autonomia aparentada pelo trabalho domiciliar, esse tipo de trabalho mantém as imposições das empresas contratantes sobre o tipo de produto que deve ser fabricado e o padrão de qualidade. Por outro lado, a remuneração é, predominantemente, dada pelo número de peças fabricadas ou tarefas desempenhadas, fazendo com que os trabalhadores busquem produzir mais em menos tempo para atingir salários razoáveis.

O caráter desregulamentar do trabalho domiciliar torna não apenas difícil de quantificar o número de trabalhadores, mas, fundamentalmente, de descobrir qual é o real tempo de trabalho dedicado a esse tipo de subcontratação. Sabemos que os baixos valores de cada peça produzida mobilizam o trabalhador a trabalhar por extensos períodos, de acordo com a demanda dada pela empresa contratante. Assim, o trabalho domiciliar se configura através de irregulares jornadas de trabalho, com limites determinados pelo volume total de tarefas que deverão ser cumpridas. Portanto, sobre o trabalho domiciliar, concluímos que o aumento da jornada de trabalho promove o aumento do *tempo de trabalho excedente*. Mészáros (2006, p. 38, destaque do autor) observa que: “Em outras palavras temos aqui de

enfrentar uma tendência extremamente significativa e de longo alcance: o retorno da mais-valia absoluta, em uma extensão crescente nas últimas décadas, nas sociedades de ‘capitalismo avançado’.” Além disso, o *tempo de trabalho necessário* é reduzido, pois aparece, nesse momento, o trabalho da mulher como um complemento ao orçamento familiar – isto é, a família consegue se reproduzir mesmo com um “salário” menor da mãe trabalhadora, implicando a diminuição do valor da sua força de trabalho.

O *tempo de trabalho excedente* é duas vezes maior. Primeiro, pelo aumento da jornada de trabalho, segundo, pela diminuição do valor da força de trabalho desse trabalhador domiciliar e, conseqüentemente, do *tempo de trabalho necessário*.

Com relação às análises feitas sobre as novas formas de trabalho no período de acumulação flexível, acrescentamos que: “Assim o ‘novo’ nada mais é do que reconduzir o trabalhador para as condições sociais da Europa Ocidental do século XIX.” (SANTOS, 2004, p. 219, destaque do autor).

1.2 Tempo de não-trabalho

Por tempo de não-trabalho, compreendemos o tempo em que estão contidos os outros tempos sociais, diferentes do tempo de trabalho: tempo de saúde, de educação, de cultura, de convivência familiar e social, de participação política e comunitária.

Na sociedade capitalista, centrada no trabalho abstrato¹⁶, o tempo é distribuído em: tempo de trabalho e tempo que é liberado das obrigações do trabalho profissional. Queremos dizer que a própria compreensão de tempo livre nesta sociedade vem da noção de tempo de trabalho.

No século XVIII, representantes religiosos advogavam sobre a utilização “adequada” do tempo, privilegiando, acima de tudo, o trabalho. Como recompensa, conseguiriam felicidade eterna, “a salvação das almas”. Segundo Thompson (1984), não havia nada de novo ao se criticar a ociosidade, ostentando o trabalho. O que sucedeu foi que, nesse momento, havia uma insistência nova, mais firme, sobre o bom governo do tempo.

¹⁶ “De um lado, tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para a produção de *coisas socialmente úteis e necessárias*. É o momento em que se efetiva o *trabalho concreto*, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão *concreta*, resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada. Aqui aflora sua dimensão abstrata [...]” (ANTUNES, 2007, p.84, destaque do autor). O trabalho abstrato é a atividade cotidiana responsável pela criação de valores de troca, assumindo no capitalismo a forma de atividade estranhada. (ANTUNES, 2007, p. 87-88)

Mucho antes de que el reloj de bolsillo estuviera al alcance del artesano, Baxter y sus compañeros ofrecían su propio reloj moral interior a cada hombre.

[...]

Em una sociedad capitalista madura hay que consumir, comercializar, utilizar todo el tiempo, es insultante que la mano de obra simplemente pase ele rato. (THOMPSON, 1984, p. 280, 285).

Enquanto os seguidores de São Tomás de Aquino defendiam que a dedicação ao trabalho devia ser apenas para a manutenção da vida do indivíduo e da coletividade e que alguns poderiam viver apenas de suas posses, sem trabalhar, para Baxter, representante do protestantismo ascético, o trabalho era uma atividade indispensável, mesmo para as classes abastadas. Condenava, em termos morais, o descanso sobre a posse, o gozo da riqueza quando conseqüência de ócio e prazer carnal, que levavam ao abandono da aspiração a uma vida santa. (WEBER, 2004, p. 143-145).

O descanso, segundo o protestantismo, será dado no outro Mundo. Na Terra, o homem deve buscar seu estado de graça. Nesse sentido:

A perda de tempo é, assim, o primeiro e em princípio o mais grave de todos os pecados. Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação. Perder tempo com sociabilidade, com “conversa mole”, com luxo, mesmo com o sono além do necessário à saúde – seis, no máximo oito horas – é absolutamente condenável em termos morais. (WEBER, 2004, p. 143).

Em síntese, nas análises de Weber (2004) sobre a ética protestante, aparece a questão da valorização do tempo de trabalho como uma manifestação da vontade de Deus, segundo a qual os homens deveriam se dedicar ao ofício continuamente, em desprezo ao ócio e ao prazer, pois o tempo de trabalho impede o tempo ocioso, oportuno para configurar as então denominadas “tentações”. O tempo é compreendido como algo valioso, que não deve ser desperdiçado.

El puritanismo, en su matrimonio de conveniencia con el capitalismo industrial, fue el agente que convirtió a los hombres a las nueva valorización del tiempo; que enseñó a los niños, incluso en su infancia, a progresar a cada luminosa hora, y que saturo las cabezas de los hombres com la ecuación, el tiempo es oro. (THOMPSON, 1984, p. 290-291).

Qualquer atividade, como, por exemplo, o esporte, deveria corresponder a um fim - no caso, a restauração da potência física. Caso não houvesse uma justificativa racional, a prática em questão era condenada pelo puritanismo. Nas palavras de Weber (2004, p.152):

O gozo instintivo da vida que em igual medida afasta do trabalho profissional e da devoção era, exatamente enquanto tal, o inimigo da ascese racional, quer se apresentasse na forma de esporte “grã-fino” ou, da parte do homem comum, como freqüência a salões de bailes e tavernas.

Assim, ao predominar a ascese ligada à vida profissional, consolida-se o estilo de vida correspondente ao sistema capitalista de produção.

De acordo com o que vimos no item 1.1, para o capitalismo, é primordial a manutenção das longas jornadas de trabalho, pois esse é um modo de se elevar o *tempo de trabalho excedente*, e assim:

[...] responde o capital [...]: Fica desde logo claro que o trabalhador, durante toda sua existência, nada mais é que força de trabalho, que todo o seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho, a ser empregado no próprio aumento do capital. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical, mesmo no país dos santificadores do domingo. (MARX, 2006a, v. 1, p. 306).

A partir do século XIX, com as leis de regulamentação da jornada de trabalho, em resposta ao embate capital *versus* trabalho, há uma progressiva liberação do trabalho de uma fração de tempo que foi direcionada para uma reprodução mais “adequada” do trabalhador, que trata da recuperação, do restabelecimento da mão-de-obra. Essa fração consistia num tempo que deveria ser distribuído principalmente entre lazer, saúde, afazeres domésticos e convivência familiar e comunitária.

Observa-se que a unificação das normas referentes à jornada de trabalho constitui uma tentativa de sincronização dos tempos sociais.

A tendência, no decorrer da história, foi a construção de uma jornada padrão quanto ao horário, que, ao mesmo tempo, deu a possibilidade de organização do processo de produção, a estruturação das políticas públicas (horário do transporte, creche, escola etc.) e o tempo de sociabilidade comum entre os membros da família e da comunidade. (KREIN, 2007, p. 211, destaque do autor).

Essa configuração é claramente revertida à própria reprodução do capital, apresentando fins desprendidos da perspectiva de emancipação humana, restritos à identificação do homem como força de trabalho imprescindível para a produção de mais-valia.

Tendo em mente a sociedade que construímos, centrada no trabalho abstrato, distante de qualquer reprodução verdadeiramente humana, mas sim como força de trabalho, Singer (1977, p. 118) coloca que:

A reprodução da força de trabalho implica em dois processos combinados: a) a *manutenção* do trabalhador enquanto tal, ou seja, a renovação diuturna de suas forças, o atendimento de suas necessidades materiais no que se refere à alimentação, vestiário, abrigo, higiene, transporte, saúde, recreação etc; b) a *reposição* do trabalhador, quando este se retirar da força de trabalho por

aposentadoria, invalidez ou falecimento. Para que esta reposição seja possível, é preciso fornecer ao trabalhador os meios para que possa criar filhos, satisfazendo as necessidades materiais destes até atingirem idade adequada para oferecer sua capacidade de trabalho no mercado e os educando, de modo que sua futura capacidade de trabalho inclua as aptidões técnicas e culturais exigidas pelo capital.

Para o atendimento de cada um desses elementos exemplificados, tanto os materiais como os imateriais, é indispensável a detenção de um espaço de tempo adequado. Sob a luz da racionalidade econômica capitalista, percebemos que, na própria perspectiva da reprodução do capital, são necessários tempos sociais que não estejam ligados **diretamente** ao do trabalho. Inicialmente, queremos, com isso, dizer que os demais tempos sociais aparecem direta e indiretamente subordinados ao trabalho.

Verificamos que hoje há um aumento e uma intensificação da jornada de trabalho, como vimos no item 1.1. De modo geral, o uso de formas pretéritas de apropriação da força de trabalho e a precarização do trabalho, assim como a incorporação de novas estratégias ao processo de trabalho, deixam o trabalhador constantemente exausto. Nas palavras de Del Roio (1986, p. 35):

Quando se retira da tarefa, o trabalhador volta exausto a uma miserável e infecta casa, onde encontra a família à mingua. Não pode nem trocar de roupa na qual suou todo o dia, porque não a possui. Lazer, instrução, felicidade, isso é algo com que o operário não tem forças nem para sonhar. Para ele, viver é não morrer.

O fato de que “Não se levou em conta ainda esta grande diferença: até que ponto os homens trabalham com máquinas, ou até que ponto eles trabalham como máquinas.” (MARX, 2004, p. 32), é de fundamental importância para compreender as predominantes formas de apropriação do tempo de não-trabalho. Segundo Russel (2002, p. 33):

Os prazeres das populações urbanas se tornaram fundamentalmente passivos: ver filmes, assistir a partidas de futebol, ouvir rádio e assim por diante. Isto ocorre porque as energias ativas da população estão totalmente absorvidas pelo trabalho.

Ainda nos períodos da Revolução Industrial e do Fordismo/Taylorismo, tínhamos tempos sociais mais desconectados (ainda que subordinados) do tempo de trabalho. Atualmente, temos um tempo de trabalho que se insere diretamente nos demais espaços sociais, além do trabalho. O tempo de trabalho invade momentos fora do ambiente formal de trabalho, de acordo com a utilização massiva de meios de comunicação, como celulares e internet.

[...] as novas ferramentas de comunicação – tais como o computador doméstico, a internet, o telefone celular – abrem a possibilidade de ampliar a

liberdade de o trabalhador executar o serviço fora do local de trabalho e, ao mesmo tempo, permitem que o empregado fique mais tempo à disposição dos desígnios da empresa. (KREIN, 2007, p. 213).

Dentro de outros espaços sociais e, conseqüentemente, interrompendo os demais tempos sociais, há uma forte e compulsória vinculação do trabalhador à empresa. Isso provoca uma excessiva imbricação do tempo de trabalho ao que chamamos nesse estudo de outros tempos sociais.

Mais que a simples noção de “levar trabalho para casa”, o tempo que deveria ser livre de trabalho é empregado para a realização de cursos de capacitação, que possam compor a carreira ou o perfil profissional, “recomendável” pelas empresas. Observa Gorz (2005, p. 24):

Cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação e compreender que a possibilidade de vender sua força de trabalho depende do trabalho gratuito, voluntário, invisível, por meio do qual ele sempre poderá reproduzi-la.

Esse dispêndio - ou como os gestores do capital designam - esse investimento de tempo em atividades que estão diretamente ligadas ao trabalho equivale a uma nova forma de ampliação do tempo do trabalhador, ordenada pelo capital, sob a falácia do capital humano. A intensa concorrência no mercado de trabalho e outras características inseparáveis do capitalismo, como o individualismo, influem absolutamente na proliferação de atividades voltadas para a busca de educação meramente formal e funcionalista ao modelo econômico.

O desafio de continuar sendo empregável ou um empreendedor autônomo (com serviço) está levando as pessoas a investirem tempo no seu aprimoramento profissional, num contexto em que, por um lado, há uma crescente desestruturação do mercado de trabalho com o aumento do desemprego, de ocupações precárias, instáveis e informais e, por outro, dado o mercado restrito e concorrido, acentuam-se as exigências de formação escolar e profissional, pois se utiliza o conhecimento (e a criatividade) do trabalhador como fator de competitividade convergente com a emergência de uma economia imaterial. Nessa lógica, há um crescimento do tempo – fora do expediente de trabalho – dedicado para a (re) qualificação profissional, o estudo e a busca de informações que vai afetando a vida pessoal e familiar das pessoas. (KREIN, 2007, p. 214).

Nos estudos de Hirata (2002, p. 138-139) no Japão, sobre o trabalho e as estruturas familiares japonesas, a pesquisadora verificou que a organização familiar tem um papel essencial para que sejam possíveis as novas práticas de gestão do trabalho:

As atividades *voluntárias* dos trabalhadores após as horas de trabalho e nos fins de semana, os deslocamentos freqüentes e prolongados, as horas extras regulares, as diversões organizadas pela empresa apenas para seus assalariados, com exclusão da família, somente são suscetíveis de se produzir e de se reproduzir à medida que as mulheres no lar se encarregam

da totalidade das tarefas domésticas e da educação das crianças e que o casal sacrifica suas horas de lazer em benefício da empresa.

São necessárias a cooperação e a compreensão da família — aqui representada pela mulher, para que o operário consiga responder às novas deliberações feitas pelas empresas, posto que o tempo dedicado a ela é sacrificado em prol de trabalhos no fim de semana, capacitações, estudos relacionados ao trabalho e atividades a serem realizadas no próprio lar. Nesse caso, considerando a divisão sexual do trabalho estabelecida, a mulher tem um papel fundamental na sustentação do trabalho masculino, por tornar possível a extensão do trabalho.

No molde capitalista, o trabalho ocupa um lugar central no cotidiano. Ou seja, a vida cotidiana se compõe em torno da organização do trabalho, influenciando todas as demais atividades.

De acordo com Bernardo (1992, p. 403), “O problema da mais-valia é o problema do tempo. Há os que dispõem do seu tempo: não são explorados. Há os que não dispõem do seu tempo: são explorados. Há os que dispõem do tempo dos outros: são exploradores.” Partindo desse princípio, o autor explica que o aproveitamento do componente intelectual do trabalho, intensificado atualmente, resulta num interesse por parte do capital nas próprias formas de lazer. Pois,

[...] o lazer é indispensável à produção ou reprodução das qualificações necessárias ao exercício das formas mais complexas de atividade. A produção de trabalhadores deve ser entendida como uma produção de mais-valia e, nesses termos, o capitalismo é um sistema fundamentalmente totalitário, que rege as vinte e quatro horas por dia da vida do trabalhador. (BERNARDO, 1992, p. 404).

Segundo as análises de Gorz (2005, p. 19), é de fundamental importância, no processo de produção, o consumo de toda a bagagem cultural que os trabalhadores adquirem através das socializações primárias. “É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação.”

Por tudo que abordamos até aqui, concluímos que a questão da composição do tempo na vida cotidiana pelos tempos sociais e, mais especificamente, a hegemonia do tempo de trabalho sobre os demais, é pertinente — ainda que de modo singular — a todas as categorias de trabalhadores.

Com relação à interseção da renda com o tempo de não-trabalho, podemos, de imediato, apontar a **tendência** de que, quanto maior é a renda, maior também é o tempo de não-trabalho, seja durante um dia normal de vida, seja durante um período mais longo, como um ano. Devemos esclarecer que, quando falamos “tempo de não-trabalho”, estamos considerando

que exista um “tempo de trabalho”. Desse modo, não nos referimos, nesse momento, à realidade de homens e mulheres que estão em situação de desemprego, de inatividade.

Avaliando as diversas configurações presentes no mundo do trabalho, KREIN (2007, p. 246, grifo nosso) afirma que:

Os trabalhadores inseridos de forma mais precária na estrutura ocupacional tendem a ter jornadas mais longas, e o número médio de horas trabalhadas é um pouco maior. Por exemplo, os trabalhadores sem registro e os por conta própria tendem a trabalhar mais do que os com carteira assinada e os estatutários.

Assim, um trabalhador formal e com melhores salários normalmente possui maior disponibilidade de tempo livre do trabalho, como também tem garantido descanso semanal remunerado e férias.

Porém, há situações que fogem a essa regra, como é o caso de trabalhadores que possuem maior autonomia e responsabilidades dentro de empresas. Esses trabalhadores assumem cargos de maior responsabilidade e têm razoáveis salários, mas, com frequência, vivem sobrecarregados, submetendo-se à excessiva carga horária de trabalho, possuindo um tempo de não-trabalho restrito.

Existe, também, a possibilidade de concentração do tempo de trabalho em determinados períodos do ano para alguns trabalhadores, como os temporários, os bóias-frias (que trabalham apenas na época da safra) e os subcontratados; ou mesmo, a concentração em algumas horas do dia, como no caso dos trabalhadores parciais.

De modo geral, sabemos que a administração dos tempos sociais se dá de diversas formas, determinadas fundamentalmente por fatores econômicos. Seja porque são estabelecidas jornadas de trabalho, que se preocupam apenas com a produtividade e a obrigatoriedade do trabalho faz com que as pessoas não consigam ir contra essa tendência e, conseqüentemente, tenham um tempo de não-trabalho curto; seja porque os trabalhadores não têm renda suficiente para se inserirem em espaços sociais diferenciados - espaços que foram criados dentro da própria lógica do capital. Desse modo, estabelece-se uma distribuição desigual dos tempos sociais.

Para o consumo de mercadorias e serviços, por exemplo, uma minoria tem oportunidade de se inserir nos espaços gerados, como consumidores, com facilidade e “prazer”. Entretanto, grande parte dos trabalhadores quase não dispõe de renda e/ou tempo nem mesmo para desempenhar atividades dessa natureza – isto é, atividades que implicam a própria sustentação do capitalismo, como o consumo.

Nas palavras de Bihl (1998, p. 94, destaque do autor):

[...] um dos maiores obstáculos com os quais se choca, no momento, a transformação dos modos de consumo é a ausência de qualquer redução significativa do tempo de trabalho. Pois o uso desses novos produtos e serviços exige ‘tempo livre’, e conseqüentemente uma nova organização do tempo social, com base na redução do tempo de trabalho. Ora, na ausência de um novo compromisso social que substitua o compromisso fordista, qualquer avanço em direção a uma redução significativa do tempo de trabalho parece excluído.

Uma resposta dada, segundo essa lógica, é a ampliação do período de funcionamento de locais atrelados ao comércio.

[...] o funcionamento das atividades em regimes excepcionais é adequado para uma população que conhece uma ampliação do ritmo e da extensão da jornada de trabalho e que passa a ter o fim da semana com único momento para realizar suas compras. (DEDECCA, 2004, p. 27).

Além da conseqüente vinculação, principalmente, do lazer ao consumo, essa medida traz, em sua natureza, a contradição de que “Enquanto os trabalhadores do comércio sofrem com a restrição do uso de seu tempo, os consumidores vêem ampliados os horários que podem realizar as suas compras.” (KREIN, 2007, p. 234).

O tempo de não-trabalho abrange os tempos sociais dedicados à saúde, à educação, à cultura e ao convívio comunitário e familiar. A seguir, destacaremos esses tempos sociais que compõem o tempo de não-trabalho. No entanto, esclarecemos que isto não quer dizer que seus fins não estejam ligados ao tempo de trabalho, haja vista que a sociedade atual é baseada no trabalho (abstrato). E, se observarmos bem cada um desses tempos, perceberemos que estão interligados. Por isso, acrescentamos que essa divisão tem como principal objetivo facilitar nossas análises. Por exemplo, podemos ler um livro que aborda questões de saúde ou assistir a uma peça de teatro na companhia de amigos.

- a) Tempo de Saúde: trata-se do tempo dedicado a atividades que promovam o bem estar orgânico, físico e/ou mental de um indivíduo. Com esse objetivo, podemos citar desde o dispêndio de tempo para caminhar, até aquele utilizado para se alimentar adequadamente. São práticas simples, mas essenciais à manutenção da saúde e ao reconhecimento do corpo e da mente.

Quando dispomos desse tempo somente para a restauração da saúde, em casos de enfermidades, ocorre um esvaziamento de seu verdadeiro significado. Permeando todas as categorias de trabalhadores, essa prática aparece frequentemente vinculada à noção imediata de não-doença, cuja essência fundamental é restabelecer a “saúde” para assumir novamente o trabalho.

- b) Tempo de Educação: mais que o tempo dedicado à educação formal, é o tempo que dedicamos diariamente às diversas formas de educação. Tanto pode ser o tempo destinado à leitura desinteressada, como à leitura informativa, à escrita, à troca de conhecimentos por meio da participação em cursos, em oficinas capazes de potencializar vocações, entre outros. Atualmente, como vimos, esse tempo tende a voltar-se diretamente ao trabalho, através de cursos de qualificação profissional.
- c) Tempo de Cultura: é o espaço de tempo encarregado da apreciação e também do desenvolvimento de atividades culturais¹⁷. Trata-se da dedicação a atividades como dança, pintura, escultura, música, literatura, teatro etc. Deve-se apropriar desse tempo não só de forma passiva, contemplativa, mas ativa, como sujeito apto a criar e a se expressar.
- d) Tempo de Participação Política e Comunitária: significa o tão reclamado tempo para participação em reuniões, associações, conselhos. Desenvolve-se dentro de espaços estratégicos de participação dos cidadãos no debate sobre a vida na cidade, no bairro, na escola. Quando exercida de forma autônoma e consciente, esta é uma fração de tempo fundamental para a organização de princípios norteadores da sociedade em que vivemos ou que desejamos.
- e) Tempo de Convivência Familiar e Social: diz respeito ao tempo dedicado à convivência com amigos, vizinhos, filhos e outros familiares. Este tempo permite relações que fortalecem a sociabilidade.

Antes de prosseguirmos, esclarecemos que julgamos redundante fazer referência ao tempo de lazer, pois, dentro da classificação elaborada acima, o lazer é contemplado em outros tempos sociais, como no tempo de cultura, no tempo de convivência social, no tempo de educação (como, por exemplo, na leitura desinteressada) e no tempo de saúde (na prática de esportes).

Segundo Faleiros (2005, p. 47):

No capitalismo, as relações de trabalho/assalariamento condicionam, de forma mais ou menos determinante, a inserção dos sujeitos no processo de educação, nos serviços de saúde, nos tipos de habitação, de vestir, de alimentar e de ver o mundo, ou seja, com menores rendimentos menores são as chances de vida.

Tal condicionamento ocorre na medida em que as relações de trabalho/assalariamento asseguram formas precárias de vida, derivadas não somente de

¹⁷ Restringimos-nos, nesse contexto, à concepção de cultura no sentido de criação artística.

salários baixos (diretos e indiretos), mas também da questão da distribuição do tempo. Pois, uma vez que o capitalismo considera somente a reprodução do homem, como uma mercadoria, observamos que os tempos da vida social e coletiva, que aparentemente estão desconectados do trabalho, permanecem reduzidos a horas de recomposição da força de trabalho ou, ainda, a um privilégio restrito às classes altas.

Falamos de tempos sociais que estão contidos numa sociedade capitalista e, por isso, concordamos com diversos autores, como Antunes (2005) Padilha (2000) e Santos (2004), que concluem que esses tempos são incapazes de configurar momentos que assegurem a emancipação humana. No entanto, acreditamos que, a partir da reivindicação do tempo e sobretudo da intensa apropriação desses tempos sociais, demandar-se-ão rupturas capazes de criar a vontade de uma nova sociedade, baseada em novos valores.

Como uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, mas com o projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária, que seja alheia a qualquer forma de exploração, opressão e alienação, o Serviço Social traz, em seu bojo, a possibilidade de tencionar a crítica sobre a organização dos tempos sociais e uma apropriação mais profunda desses tempos – ainda que consideremos os limites colocados pela sociedade capitalista – como um passo necessário para o exercício da construção de novas bases societárias.

A proposta é de ir contra o movimento apontado:

É evidente por si mesmo que a economia nacional considere apenas como trabalhador o proletário, isto é, aquele que, sem capital e renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato. Ela pode, por isso, estabelecer a proposição de que ele, tal como todo cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar. Ela não o considera como homem no seu tempo livre-de-trabalho (*arbeitslose Zeit*), mas deixa, antes, essa consideração para a justiça criminal, os médicos, a religião, as tabelas estatísticas, a política e o curador da miséria social (Bettelvogt). (MARX, 2004, p. 30).

A discussão com relação à distribuição dos tempos sociais deve estar contida nas diversas demandas do Serviço Social, quando busca superar as práticas de caráter paliativo e reiterativas da submissão e penalização dos trabalhadores.

A necessidade de trabalhar por longos períodos, imposta principalmente por condições econômicas, desconsidera necessidades humanas. Contra a ameaça da fome, as pessoas se subordinam a um trabalho estranhado, intenso e longo. “Trabalhando mais, não terão tempo e disposição para se entregar às outras atividades. [...] o trabalho ocupa todo o

tempo e graças a ele não sobra tempo para a República e para os amigos.” (LAFARGUE, 2000, p. 117).

Na presença do controle exercido pelas forças e relações econômicas, a autonomia do homem para administrar os tempos sociais restringe-se à opção por frações de tempo que não comprometam o longo período de exposição ao trabalho. No momento em que somente através da venda da força de trabalho o homem consegue garantir a sua subsistência, o trabalho torna-se uma atividade compulsiva e, portanto, necessariamente deve ser definida uma considerável parcela de tempo da qual não se pode abrir mão, deixando, em segundo plano, algum tempo social que difira do tempo de trabalho.

Assim, o predomínio do tempo de trabalho sobre os demais tempos sociais é um reflexo de como o trabalho, na forma como se dá, é a opção necessária para cada homem que compõe essa sociedade, como forma de garantir a sua própria sobrevivência.

Desse modo, numa organização social genuinamente centrada no trabalho abstrato, em que o tempo de trabalho domina, para seus membros é restrita até mesmo a simples concepção da possibilidade de uma nova sociedade onde trabalho não seja predominante na divisão do tempo.

Mais que isso, na realidade social capitalista, mesmo os momentos fora do trabalho se transformam, para algumas pessoas, em um martírio, devido ao tamanho da proporção vital que o trabalho adquire. Os tempos sociais nem sequer ultrapassam, para a maioria dos trabalhadores, a dimensão imediatista, ligada fundamentalmente aos princípios da sociedade do trabalho abstrato.

É preciso lutar contra a idéia de que trabalhar menos horas na fábrica ou no escritório é passar mais tempo sem fazer nada. Ao contrario, é ter mais tempo para fazer outras coisas que mais contam na vida individual e coletiva. (ROLANT apud GORZ, 1987, p. 194).

Destaca-se, atualmente, uma antiga bandeira de luta dos trabalhadores: a redução da jornada de trabalho. Porém, em sua maioria, formulada como possível resposta para o desemprego, quando o objetivo é redistribuir coletivamente o trabalho social, e que, segundo Santos (2004), aparece desvinculada dos princípios da estabilidade no emprego, cedendo a regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.

Neste sentido, o que assume o primeiro plano não é mais a redução da jornada como momento importante no processo de construção do ser consciente e capaz de estabelecer a contraposição ao capital, mas sim a efetivação de mais postos de trabalho, isto é, os esforços para que um maior volume de subjetividades pertencentes ao mundo do trabalho possam ser postas sob o jugo do capital enquanto força-de-trabalho assalariada. (SANTOS, 2004, p. 211)

Eximindo-nos de uma visão inocente, de modo geral, enfatizamos novamente que o capitalismo não comporta um tempo verdadeiramente livre. “Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho.” (ANTUNES, 2005, p. 175). Pois o estranhamento do trabalho dialoga com situações de estranhamento fora dele. A reivindicação imediata por menores jornadas de trabalho pode conseguir apenas “[...] minimizar o brutal desemprego estrutural que é conseqüente da lógica destrutiva do capital e de seu sistema.” (ANTUNES, 2005, p. 177).

Diminuir o tempo de trabalho pode ser uma alternativa para o desemprego, mas enquanto não acabar com o universo totalizante do capital, não possibilitará que o tempo livre seja realmente livre, porque, embora reduzido o trabalho continuará estranhado. (PADILHA, 2000, p. 100)

Portanto, a luta sobre a redução da jornada de trabalho não deve vir desligada da luta pela extinção de qualquer forma de dominação e, assim, da superação do sistema capitalista. Segundo Mézaros (2006, p. 28):

O êxito dessa luta só é possível mediante uma inter-relação contínua – uma reciprocidade dialética – entre a luta pelo objetivo imediato de reduzir significativamente o tempo de trabalho e a progressiva transformação da ordem social estabelecida, que não deixará de resistir e anular a totalidade de tais reivindicações.

Enfim, o verdadeiro tempo livre, capaz de proporcionar a emancipação humana, só é possível sob um novo modo de produção.

Nas palavras de Antunes (2005, p. 178):

Uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social, dada pela omnilateralidade humana, somente poderá efetivar-se por meio da demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho, de modo que, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, autodeterminada, para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, portanto, sob bases inteiramente novas, possa se desenvolver um nova sociabilidade.

CAPÍTULO 2 A INDÚSTRIA CALÇADISTA DE FRANCA/SP

Classe Operária
Tom Zé

Sobe no palco o cantor engajado Tom Zé,
que vai defender a classe operária,
salvar a classe operária
e cantar o que é bom para a classe operária.
Nenhum operário foi consultado
não há nenhum operário no palco
talvez nem mesmo na platéia,
mas Tom Zé sabe o que é bom para os operários.
Os operários que se calem,
que procurem seu lugar, com sua ignorância,
porque Tom Zé e seus amigos
estão falando do dia que virá
e na felicidade dos operários.
Se continuarem assim,
todos os operários vão ser demitidos,
talvez até presos,
porque ficam atrapalhando
Tom Zé e o seu público, que estão cuidando
do paraíso da classe operária.
Distante e bondoso, Deus cuida de suas ovelhas,
mesmo que elas não entendam seus desígnios.
E assim, depois de determinar
qual é a política conveniente para a classe operária,
Tom Zé e o seu público se sentem reconfortados e felizes
e com o sentimento de culpa aliviado.

É sabido que a região que hoje comporta o município de Franca constituiu ponto estratégico de convergência das Capitânicas de Gerais, de Goiás e de São Paulo.

A Estrada dos Goiases foi decisiva para a permanência populacional na região encarregada do abastecimento dos viajantes que por ali passavam e para a defesa do território contra a população nativa, Caiapó. O processo de ocupação da região permanecia e, em 1824, 10.664 moradores compunham os povoados sob a jurisdição da Villa Franca do Imperador (TOSI, 1998). Franca do Imperador foi elevada à categoria de cidade em 1856. (TOSI, 1998, p. 43).

Na economia, destacava-se o comércio do sal e do gado e, mais adiante, o cultivo do café ganha relevância. Em 1895, a embarcação de café ultrapassou duas mil toneladas. Segundo Tosi (1998, p. 87), a ferrovia, que chegou em 1886, “[...] trouxe a cafeicultura capitalista para Franca [...]”

No mesmo ano, 1886, foi instalado, pelo padre Alonso Ferreira de Carvalho, o primeiro curtume. Para tanto, foi determinante o fluxo regular de couro na região, a disponibilidade dos insumos necessários ao curtimento, a farta disponibilidade de água e o fato de haver uma relevante procura. (TOSI, 1998, p. 116).

Profissões ligadas à atividade coureira havia em Franca desde muito tempo, [...] a presença dessas atividades no conjunto das atividades de profissão em Franca é uma constante. Todavia, a organização das atividades de seleiro, sapateiro e lojas especiais de selaria e sapataria, na forma de empresas, é uma realidade apenas nos últimos anos do Século XIX. Foi nessa ocasião que se passou de uma primeira fase, onde predominou o artesanato. O artesanato do calçado, entretanto, não se extinguiu, conviveu com a implantação de indústrias e foi importante no processo posterior de adensamento da atividade (TOSI, 1998, p. 125).

Em decorrência principalmente das oscilações do setor cafeeiro, os capitalistas lançaram-se no setor industrial e foram surgindo pequenas fábricas de bebidas, cigarros, etc. (TOSI, 1998, p. 150-151). Por outro lado, o capital adquirido por meio do setor cafeeiro, a disponibilidade de mão-de-obra e o surgimento de um segmento envolvido na comercialização dos diversos derivados do couro foram fatores importantes para a consolidação da indústria coureiro-calçadista.

Na década de 1950, havia diversas atividades produtivas ligadas à indústria coureiro-calçadista. Tosi (1998, p. 247) explica que houve uma espécie de verticalização da produção:

[...] não foi uma empresa ou um grupo de proprietários de capitais que forjaram essa verticalização, mas um conjunto de detentores de capitais que estavam pulverizados, quanto à sua propriedade e seu comando. O que havia de comum era o fato de estarem envolvidos em uma mesma atividade, cujo núcleo da cadeia produtiva se aglomerava geograficamente e para a qual o mercado oferecia oportunidades espetaculares.

Atualmente, a cidade de Franca possui 332.109 habitantes e, em maio de 2008, foram registradas 25.739 pessoas empregadas no setor calçadista. À Franca é conferido o título de capital nacional do sapato masculino, cuja produção total em 2007 foi de 26,1 milhões calçados (84% masculinos, 14% femininos e 2% infantis). Desse número, 5,3 milhões foram destinados ao mercado externo e 20,8 milhões foram vendidos para o mercado interno.¹⁸

2.1 Reorganização produtiva e do trabalho

Segundo Bihl (1998), o fordismo deu sinais de esgotamento no mundo entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, como: a diminuição dos ganhos de produtividade nos países de capitalismo avançado; a elevação da composição orgânica do

¹⁸ Veja em ANEXO B as informações divulgadas pelo Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca (SINDIFRANCA).

capital; saturação da norma social de consumo; desenvolvimento do trabalho improdutivo. (BIHR, 1998, p. 70-74). Como já vimos no Capítulo 1, entra em pauta uma forte tendência mundial de reestruturação produtiva que atinge todos os setores da economia.

Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) foram incrementados em algumas fábricas no Brasil em meados da década de 1970. Em seguida, outras formas de produzir foram introduzidas, como a qualidade total, o *just-in-time*, a terceirização. O setor automotivo foi o precursor na adoção de práticas toyotistas. De acordo com Druck (1999, p. 103), a partir de 1990, o modelo japonês se difundiu para os setores de bens e de serviços.

No entanto, o processo de reestruturação produtiva brasileiro registra-se especialmente a partir da década de 1990, quando o país cede ao ideário neoliberal. Nesse momento, o Estado brasileiro privatiza empresas públicas e tenta garantir a estabilidade econômica a qualquer preço. A abertura econômica ocorrida no período, que acirrou a concorrência entre produtos nacionais e importados, foi determinante para a consolidação das mudanças nas práticas de gestão e organização das empresas brasileiras.

[...] com a abertura comercial praticada pelo governo, estas [empresas] ficariam mais expostas à competição internacional, pois, para estabilizar os preços e manter a inflação baixa e sob controle, reduziram-se as alíquotas de importação que, juntamente com o câmbio sobrevalorizado, estimulavam positivamente as importações e dificultava as exportações (BRAGA, 2000, p. 143).

A especificidade dos desdobramentos da utilização de técnicas toyotistas no Brasil demonstra quão agressivas foram essas medidas para o contingente de trabalhadores que mal vivenciaram os “benefícios” do compromisso fordista. Oliveira (2004, p. 75-76) acrescenta que:

Enquanto no Japão foi criado um núcleo de “contrapartidas institucionais” – tais como emprego vitalício, salário-antiguidade e outros – para aquele núcleo de trabalhadores estáveis que garantem a continuidade da produção, no Brasil a contrapartida foi a flexibilidade do trabalho que significou o desbaratamento daquela rede de garantias e direitos duramente conquistados em anos anteriores pelo movimento social organizado.

Por meio da reorganização do trabalho, o empresariado brasileiro buscou aumentar a qualidade de seus produtos e, ao mesmo tempo, reduzir custos de produção.

Com a indústria de calçados do Brasil não foi diferente. A intensa concorrência no mercado internacional e a densidade de mercadorias estrangeiras que se colocaram no

mercado interno¹⁹, principalmente as asiáticas, desencadearam mudanças no processo produtivo, na busca por aumento da produtividade, menores custos de produção e maior qualidade dos produtos. De acordo com Navarro (2006, p. 22): “Essas mudanças resultaram na redução de postos de trabalho nas fábricas, no desemprego, na intensificação do ritmo de trabalho, no aumento das horas trabalhadas e do trabalho terceirizado e na exploração do trabalho em domicílio.”

A substituição do fordismo-taylorismo, ou melhor, a incorporação e prevalência de práticas originárias principalmente de um novo padrão de acumulação, denominado toyotismo, caracterizam as novas formas de organização do capital.²⁰ De modo geral, em lugares e tempos distintos, o novo padrão de acumulação, destacando-se o toyotismo, gerou profundas modificações nas formas de produção, na gestão do trabalho e na organização industrial.

Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural. (ANTUNES, 2005, p. 47-48, destaque do autor).

Em Franca, a competição acirrada no mercado brasileiro, a partir da década de 1990, somada à diminuição das exportações, forçaram o ajuste às novas práticas de gestão do trabalho e reorganização industrial, potencializando a reestruturação produtiva. Essas medidas vieram aumentar a produtividade nas indústrias e reduzir custos, de maneira que compensassem a defasagem tecnológica do setor. (BRAGA FILHO, 2000, p. 149). Anteriormente a esse processo, aparece no estudo de Braga Filho (2000, p. 186) o fato de haver certa procrastinação das empresas de calçados de Franca em relação às modificações no mundo do trabalho e da produção, que já estavam aceleradas em outros lugares.

Primeiramente, no modelo toyotista é abandonado o ideal da produção em massa, entrando em cena a produção individualizada, heterogênea, respaldada pelos níveis de consumo. A produção é orientada, fundamentalmente, pela demanda. O sistema *Just-in-time* (JIT) significa essa noção de gerenciar a produção segundo o consumo.

De acordo com a técnica JIT, a produção é acionada pela demanda (venda) que, através de comandos sucessivos, disponibiliza os componentes no lugar, hora e quantidade necessários à fabricação das unidades desejadas, vendidas

¹⁹ “Com o câmbio sobrevalorizado, as importações de calçados da China, Argentina, Indonésia, e Coréia do Sul mais que quadruplicaram entre os anos 1993 e 1995, e, ao contrário, as exportações do calçado francano caíram abruptamente.” (BRAGA FILHO, 2000, p. 144).

²⁰ Quando o modelo taylorista-fordista perde sua hegemonia na produção mundial, lembramos que a própria classe trabalhadora teve um papel fundamental nesse processo (ANTUNES, 2005, p. 40-45)

antecipadamente. Pressupõe perfeita sintonia entre a estratégia de produção e a estratégia de mercado. É a produção de zero – estoque, zero – defeito, zero – desperdício. (OLIVEIRA, 2004, p. 32).

Verificamos, nas empresas calçadistas de Franca, um enquadramento a esse padrão de acumulação. A produção era feita em larga escala e composta por produtos homogêneos. Agora, ela deve corresponder a uma demanda gerada por produtos diferenciados, de certa forma, personalizados, que correspondam às expectativas do mercado. Para tanto, passa a haver uma preocupação com a variedade dos modelos de calçados, cuja fabricação se dá em lotes menores.

Para dar conta desse processo, torna-se viável, nas fábricas, o trabalho dentro do sistema de células, uma vez que o sistema de linha²¹ dificulta o atendimento a esses pedidos diversificados. “Nas grandes empresas, onde o volume de produção é maior e a tendência a uma variedade de modelos se faz presente, a adoção do sistema de células ou de grupos de trabalho no pesponto é apontada como uma estratégia mais adequada à nova realidade.” (NAVARRO, 2006, p. 259). Isso não ocorre apenas no setor de pesponto, mas também pode surgir em outras seções, como de montagem (NAVARRO, 2006, p. 278), de acabamento (NAVARRO, 2006, p. 284).

Nas pesquisas de Navarro (2006) e de Tomazini (2003), confirma-se, em vários momentos, a combinação entre características do fordismo/taylorismo e do modelo toyotista. Essa combinação acontece de forma estratégica, de acordo com os objetivos e as especificidades da própria empresa de calçados de Franca.

Tais tarefas demandam apurada atenção e colocam em pauta a possibilidade de eventuais atrasos passíveis de provocar soluções de continuidade, o que, em um sistema de produção em série, em linha de montagem, organizado segundo preceitos tayloristas/fordistas e ancorado no controle dos tempos e movimentos dispendidos na rotina de trabalho, é extremamente problemático.

A dificuldade de sincronização das múltiplas e consecutivas atividades parcelares que integram a confecção do calçado – cerca de 120 a 130 operações – se não descarta esse paradigma produtivo, conduz à sua combinação com outros mecanismos, tais como as práticas toyotistas, capazes de conferir maior flexibilidade à produção. (TOMAZINI, 2003, p. 132)

²¹ “Em 1965, antes mesmo que o governo tivesse dado sinais claros de promover o incentivo à exportação, a Samello passou a utilizar esteiras mecânicas em sua fábrica, dando ensejo à introdução da linha de produção na fabricação de calçados, fator decisivo para a conquista de maior produtividade e, por conseguinte, maior competitividade para os seus produtos, requisitos básicos à pretensão de concorrer no mercado internacional.” BARBOSA, 2004, p. 177-178).

Como consequência direta desse rearranjo, temos a desvalorização do operário especializado. O perfil do novo operário é dado principalmente pela capacidade de desempenhar distintas atividades, capturando o trabalhador qualificado e polivalente.

O trabalhador toyotista deve conhecer todo o processo de fabricação e é chamado a ocupar diversas funções na produção. Deve ser polivalente, capaz de operar máquinas diferentes. As empresas levam ao limite a extração do trabalho manual e intelectual.

Desde 1955, na Toyota um trabalhador se ocupa, em média, de cinco máquinas. Enquanto quatro máquinas trabalham, automaticamente, os operários carregam, descarregam e preparam o trabalho para a quinta máquina. Essa é a origem do trabalhador desespecializado, inserido na organização do trabalho, tendo em vista que o operário deixa de atuar numa máquina, em um posto de trabalho isolado, para atuar como membro de uma equipe de operários, diante de um sistema automatizado, em postos polivalentes. (OLIVEIRA, 2004, p. 26).

Acreditamos que, devido ao próprio fato de a produção de calçados de Franca ser respaldada não no uso de tecnologias avançadas, mas ainda muito baseada no trabalho de caráter artesanal, na destreza, na habilidade de cada trabalhador, a remuneração é conferida de acordo com a função de cada operário. A necessidade de habilidades específicas e, conseqüentemente, remunerações desiguais, impede a ocupação de postos de trabalho muito distintos dentro da produção.

A exemplo disso, Tomazini (2003, p. 153-154, grifo nosso), nos seus estudos contextualizados na indústria calçadista, a partir da aproximação com uma grande empresa de Franca do ramo, pôde observar que:

O setor de pesponto compreende uma vasta gama de atividades e utiliza-se de um conjunto heterogêneo de equipamentos, tanto manuais quanto mecânicos. O pesponto e a colagem são atividades desenvolvidas por grupos de sapateiros, que têm uma meta de produção a cumprir, e são por ela remunerados. A equipe, em geral de 4 a 7 trabalhadores, incumbe-se das tarefas de pespontar, colar, cortar e queimar as linhas excedentes da costura. Requer-se de cada integrante do grupo, em relativa polivalência, o domínio de um conjunto integrado de afazeres distintos. Essa polivalência é questionável, já que de caráter exclusivamente técnico; refere-se tão somente à execução de uma série de operações de uma das etapas do processo produtivo.

No entanto, há uma conjugação de funções, identificada pela empresa como polivalência. Eliminam-se algumas especialidades, sem, contudo, eliminar suas atribuições, as quais são demandadas a outras antigas especialidades. De acordo com Navarro (2006), ocorre soma de atividades, como no caso do cortador²², que, além da tradicional atribuição de cortar o couro, passa a exercer a função de conferir as peças que ele mesmo cortou. “A partir do

²² Para saber sobre cada fase do processo de produção de calçados, veja ANEXO E.

momento em que essas empresas passaram a reorganizar sua produção coube ao cortador a função de revisar o próprio trabalho, levando à extinção do trabalho da conferideira de corte.” (NAVARRO, 2006, p. 244).

O mesmo acontece com o pespontador, que assume a atribuição do trabalhador que existia somente para cortar ou queimar a linha que sobrava da costura (NAVARRO, 2006, p. 256). Dentro da seção de montagem, de acabamento e de planchamento, também é constatada a sobreposição de tarefas, resultando na eliminação de trabalhadores auxiliares e revisores (NAVARRO, 2006, p. 279-284).

O corte no número de trabalhadores auxiliares implica um reordenamento da produção, de maneira que as tarefas antes divididas entre vários trabalhadores são reagrupadas e exercidas por um único trabalhador. Ao ser atribuído um número maior de tarefas a um mesmo trabalhador, este se torna ‘polivalente’, ‘multifuncional’, ‘qualificado’ para se manter no posto. Essa polivalência do trabalhador, condição que vem sendo crescentemente requisitada dos sapateiros em Franca, significa, na realidade, sobrecarga de trabalho. O trabalhador ‘polivalente’ nada mais é do que um trabalhador que vê acrescida à sua tarefa outra tarefa antes atribuída a um colega de trabalho que perdeu o emprego. (NAVARRO, 2006, p. 279-280, destaque do autor).

Mais que isso, no movimento de enxugamento do quadro de trabalhadores, vemos o trabalho improdutivo, como a vigilância e limpeza das fábricas, ser incorporado às funções habituais dos empregados.

No sentido de regulamentar a utilização de seus recursos materiais, a FÁBRICA [nome dado pela autora à empresa pesquisada] implantou o Programa D’Olho, uma parceria estabelecida com funcionários para limpeza e organização do recinto de trabalho, bem como de banheiros, refeitórios e demais espaços por eles utilizados. [...]

Serviços que seriam realizados por faxineiros contratados para tal passam a ser assumido como tarefas extraordinárias e voluntárias, por trabalhadores que não foram contratados para executá-las e fazem-no sem qualquer remuneração adicional. (TOMAZINI, 2003, p. 160).

Essa acumulação de funções provoca uma maior intensificação do trabalho, sobrecarregando o trabalhador, aumentando o desgaste físico e mental.

Vale à pena ressaltar que, no toyotismo, ao contrário do fordismo-taylorismo, temos, nesse momento, um aproveitamento da dimensão cognitiva do operário. O desenvolvimento do trabalho passa a exigir a combinação do intelecto com o físico. O trabalhador participa ativamente de espaços encarregados de promover a otimização do processo produtivo e, nesse sentido, é o responsável por fornecer ideias que racionalizem, ainda mais, essa produção. Isso ocorre através dos Círculos de Controle de Qualidade, do trabalho em equipe e das sugestões de boas ideias.

O gerenciamento participativo significa a implementação de técnicas que suscitem o envolvimento nos objetivos da empresa, direcionando os trabalhadores a fazerem sugestões de boas idéias e de melhorias contínuas (kaizen) contribuindo para alterar a organização interna da empresa e melhorar sua posição competitiva. (OLIVEIRA, 2004, p. 43).

No sentido de engajamento e cooperação, ocorre a proliferação do conceito de empresa família, em que existe a suposta igualdade entre o operário do chão da fábrica e da gerência. Internaliza-se a ideia de que o melhor para a empresa corresponde ao melhor para si, de maneira que o operário chega a se auto-inspecionar dentro da produção. Por outro lado, o trabalho em equipe aparece como “[...] uma forma de internalizar o controle de uns trabalhadores sobre os outros e, até, de permitir a penalização na forma de castigos que uns trabalhadores impõem a outros, caso seu desempenho não seja satisfatório.” (OLIVEIRA, 2004, p. 29). Para esse envolvimento, temos que considerar que há também incentivos como os ganhos adicionais.

Contudo, em Franca, baseada nas falas das sapateiras entrevistadas para sua pesquisa, Tomazini (2003, p. 171) relata:

Nos grupos [refere-se ao trabalho em grupo], o controle dos tempos de produção é assumido pelos próprios trabalhadores e o ambiente de cobrança que, neles, se estabelece é intenso, já que a remuneração de cada integrante vincula-se à produção conjunta da equipe de trabalho; a pressão, internamente exercida, torna desnecessário qualquer mecanismo externo de fiscalização.

O estabelecimento da remuneração por produção acarreta a intensificação do ritmo de trabalho e o prolongamento da jornada.

Com a adoção de práticas de caráter Toyotista, a fábrica que usava maciça mão-de-obra deu lugar à fábrica enxuta – isto é, ao termo dado por Juan J. Castillo e usado por Antunes (2005, p. 52-59) de *liofilização organizacional*. Isso se traduz em fábricas que empregam alta tecnologia e são mantidas por um número cada vez mais reduzido de trabalhadores. Isso é garantido pela conjunção de funções dos trabalhadores internos, assim como pela terceirização de partes da produção e serviços.

Interligadas a essa nova fábrica, existem fábricas ou empresas subcontratadas, que podem desempenhar suas funções dentro do perímetro da empresa principal/contratante ou em instalações próprias. Essa descentralização da produção garante diminuição nos custos com mão-de-obra, além de dispersar, heterogeneizar a classe trabalhadora.

As empresas subcontratadas são totalmente dependentes da empresa principal e sofrem pressões para reduzir custos, manter os prazos de entrega e a qualidade.

As indústrias, no caso a Toyota ou a Nissan, escolhem um leque de firmas subcontratadas e as põe em competição para baixar o preço. A renovação do contrato, a cada dois anos, depende de a subcontratada desenvolver vantagens tecno-organizacionais de redução dos preços dos produtos e dos custos operacionais e a manutenção dos prazos de entrega. (OLIVEIRA, 2004, p. 40).

Ao mesmo tempo, são sensíveis à própria instabilidade e aos interesses da contratante, sendo que esta é quem determina a elevação e diminuição na produção. De acordo com Bihl (1998, p. 92):

[...] o recurso à subcontratação e ao trabalho por encomenda ocupa o primeiro lugar, o que permite variar os investimentos de capital (constante e variável) em função das flutuações do mercado e da conjuntura econômica geral, fazendo os subcontratados desempenharem o papel de ‘amortecedores’ em relação às sacudidas da produção que podem resultar.

Para se manter como contratada, a empresa terceira tende a abdicar da rigidez e utilizar a flexibilização. Dentro desse processo, constatam-se situações precárias de trabalho, nas quais grande parte dos trabalhadores não consegue emprego estável. Destacam-se novas formas de trabalho à custa de uma desregulamentação da rigidez do trabalho.

De acordo com Oliveira (2004, p. 35): “[...] flexibilizar a força de trabalho significa despir o trabalhador de sua roupagem de proteção, segurança, perspectiva de futuro e solidariedade de classe – determinando as novas condições de inserção da força de trabalho.” E todas essas transformações no mundo do trabalho ocorrem de acordo com a reestruturação econômica, combinada com um reajustamento social e político, moldado no neoliberalismo.

Em 1990, Franca produziu 27 milhões de pares de sapatos, chegando a absorver uma mão-de-obra equivalente a 30.588 trabalhadores assalariados, em julho do mesmo ano. Mesmo quando os registros apontam um considerável aumento da produção em 1993 e em 1994, produzindo 31,5 milhões de pares de sapatos em ambos os anos, isso não correspondeu a um aumento no número de trabalhadores formais. Pelo contrário, o índice de trabalhadores empregados pelas empresas sofria uma significativa retração. (NAVARRO, 2006). Observamos que, em 2007, foram produzidos 26,1 milhões de pares de sapatos e os postos de trabalho nas indústrias, em julho, foram ocupados por 25.929 trabalhadores.

Nas análises de Navarro no período de 1986 até 1996, a autora conclui que:

Independentemente das variações ascendentes e decrescentes do volume da produção ao longo da década de 1986 – 1996, a indústria calçadista francana extinguiu pelo menos 16,5 mil postos de trabalho nesse período, decorrência não da incorporação de maquinaria mais desenvolvida ao setor e sim da adoção de estratégias de gerenciamento da produção pelas indústrias. (NAVARRO, 2006, p. 213-214).

Destacamos que a incrementação dos meios de produção – isto é, a “modernização”, por meio da utilização de novas tecnologias, é inexpressiva no setor calçadista de Franca. A indústria de calçados se caracteriza principalmente pelo uso intensivo de mão-de-obra. Assim, em Franca, houve uma reorganização do trabalho dentro das empresas (conforme abordamos) como mecanismo capaz de tornar o trabalho mais produtivo, o que, conseqüentemente, poupa mão-de-obra, além de uma acentuada externalização de partes da produção que demandavam mais trabalhadores.

No setor calçadista de Franca proliferaram, especialmente a partir da década de 1990, velhas formas de produção. É evidente a incorporação de métodos e técnicas de organização da produção e do trabalho de inspiração japonesa. No entanto, práticas como a transferência de partes da produção a terceiros, conhecida como terceirização, já existiam. Nas palavras de Navarro (2006, p. 219):

[...] nas indústrias de calçados masculinos de couro de Franca, a terceirização, sob forma de transferência de parte da produção para ser realizada fora das indústrias, é uma prática anterior e bastante difundida. O que se observou, em Franca, a partir dos anos 1990, foi apenas uma intensificação desse processo que, apesar de ter sido apresentado como uma estratégia moderna de readequação da produção industrial calçadista, não apresenta nada de novo.

Desse modo, no processo de terceirização no setor calçadista de Franca expande as subcontratações, aumentando o número das denominadas “bancas”, e, ao mesmo tempo, do trabalho no domicílio. As bancas são unidades produtivas de micro e pequeno porte, subcontratadas pelas indústrias com função de realizar determinadas etapas do processo da fabricação de calçados. Ocorre que uma seção interna da fábrica se externaliza, no caso, a de corte e de pesponto. No chamado trabalho domiciliar, são desenvolvidas tarefas como a costura manual e o tressê. É interessante observar que “A seção de costura manual foi a primeira a ser suprimida do interior das plantas industriais.” (NAVARRO, 2006, p. 264).

A quantidade de bancas na década de 1990 se multiplicou e grande parte delas estava em situações precárias e de informalidade. Elas foram se constituindo de forma descontrolada, em locais improvisados, geralmente no ambiente doméstico, muito distante de qualquer preocupação com higiene e segurança, colocando em risco a saúde do trabalhador (LARA, 2005, p. 73; NAVARRO, 2006, p. 262, 263).

Dados fidedignos sobre o número de bancas e de trabalhadores domiciliares em Franca são, de certa forma, impossíveis, levando em conta que muitas bancas estão na ilegalidade e o fato de que o trabalho domiciliar é informal. Em uma pesquisa realizada em

2005, divulgada pelo Sindicato da Indústria de Calçados de Franca, foram registradas 552 microempresas, categoria em que as bancas são enquadradas.²³

Os estudos referentes à questão da expansão da terceirização em Franca revelam quão precárias foram as relações entre a banca e a empresa principal e entre o proprietário da banca e os trabalhadores que ele emprega.

De acordo com Lara (2005, p. 67):

Durante os anos de 1990, a relação do “banqueiro” – proprietário da banca – com as fábricas se realizou, na maioria das vezes, de *forma verbal*, não havendo contratos que assegurassem a negociação entre as partes, tornando-se, portanto, uma instabilidade para o ‘banqueiro’ e os trabalhadores por ele contratado. Quando não há o contrato formal entre ‘banqueiro’ e fábrica, todos os vínculos empregatícios são solapados.

A subcontratação, como se deu em Franca, gerou para o banqueiro e para o trabalhador domiciliar uma possibilidade de renda através de um empreendimento de baixo investimento de capital fixo²⁴. Já para a indústria de calçado, a terceirização trouxe vantagens como: maior dinamização do processo de produção; transferência dos riscos de produção; desresponsabilização da manutenção do maquinário, no caso, máquinas para o corte e/ou pesponto; diminuição de gastos, como os com energia elétrica; redução dos custos com mão-de-obra e encargos sociais.

O pagamento às bancas e ao trabalhador domiciliar é feito de acordo com sua respectiva produção e esta, por sua vez, varia conforme a densidade de pedidos da indústria contratante. Sobre as bancas:

Percebemos também que, pelo fato de serem os proprietários de bancas de pesponto apenas prestadores de serviços, fica evidente a fragilidade e a dependência destes em relação à indústria, pois, na pesquisa aplicada, pudemos verificar que dos 31 proprietários pesquisados, 100% destes só e exclusivamente prestam serviços e que 80,6% afirmaram que o serviço não é constante, que, às vezes, ficam parados. Logo, quando a indústria de calçado vende, a banca de pesponto funciona, caso contrário, ou seja, se a indústria não vende, a banca de pesponto não tem o que produzir (BRAGA FILHO, 2000, p. 216).

Nos momentos em que a demanda por algum dos serviços aumenta, o recurso da ampliação da jornada de trabalho torna-se indispensável. De acordo com Lara (2005, p. 70): “[...] o sapateiro chega a trabalhar dezesseis, dezessete horas por dia para terminar a encomenda e se atrasar corre o risco de não conseguir mais o próximo serviço.”

²³ Ver ANEXO B.

²⁴ [...] as bancas têm como proprietário um trabalhador que na maioria das vezes, foi demitido da empresa; então, o sapateiro quando consegue, monta a banca por conta própria e, em seguida, subcontrata outros sapateiros [...]. (LARA, 2005, p. 62).

Após um longo período de luta do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e Vestuário de Franca e Região (conhecido como Sindicato dos Sapateiros) contra as precárias condições de trabalho dentro das bancas e dos domicílios, o Ministério Público do Trabalho da 15ª região se manifestou, em 2004, com relação ao desrespeito à legislação trabalhista brasileira, praticado no município.

O referido órgão propôs um Termo de Ajustamento de Conduta, que foi assinado pelas empresas de calçados de Franca. Esse Termo tornou-se um meio para impedir a manutenção da relação abusiva entre a empresa e a banca, assim como, indiretamente, visou a atingir as relações trabalhistas estabelecidas dentro das bancas, uma vez que a empresa passa a se comprometer a contratar somente bancas (na forma de prestadora de serviços) que garantam os direitos trabalhistas aos seus empregados, ofereçam-lhes instalações físicas adequadas e utilizem equipamentos de segurança. A regularização das bancas tornou-se necessária para sua própria contratação pela empresa principal, já que esta última está, nesse momento, sujeita às fiscalizações.

Indicamos que, a partir disso, surge a necessidade de novas pesquisas que possam se aproximar dessa nova realidade e avaliar esse movimento de regularização das bancas.

2.2 A Exploração da Mão-De-Obra Feminina

O desafio de situar a trabalhadora do setor calçadista de Franca no processo global de reestruturação produtiva demanda a necessidade de recuperar algumas discussões fundamentais que permeiam a situação da mulher na divisão do trabalho – uma vez considerada a particularidade que o ser feminino historicamente apresenta na sua inserção social.

À medida que os indivíduos passaram a se mobilizar em função da produção de excedentes, de mercadorias que contêm valor de troca, pois permitiam a acumulação, o trabalho das mulheres – uma vez destinado à esfera da reprodução – foi classificado como inferior, porque produzia exclusivamente valores de uso. Ainda, com a acumulação de bens pelo homem, há uma busca pelos descendentes deste, na condição de herdeiros.

[...] as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a idéia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem da herança estabelecida.

Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. (ENGELS, 1980, p. 59).

Para tanto, junto com a propriedade privada surge a exigência da monogamia²⁵. Quando a família de direito materno foi sendo substituída pela de modelo de direito hereditário paterno, há a conversão da posição do homem como ser superior, dentro da hierarquia consolidada. Do ponto de vista de Engels (1980), este é um exemplo de que questões culturais estão condicionadas aos interesses econômicos.

A organização dos papéis sexuais criados historicamente, que se constituem em algumas atividades e atitudes conferidas às mulheres e outras atividades e atitudes destinadas aos homens, foi oportunamente utilizada para estabelecer e justificar a opressão de gênero e, assim, facilitar a exploração. Traços do patriarcado²⁶, sistema que marca profundamente a história da mulher, persistem sob diversas formas na atual sociedade, compondo forte relação de cumplicidade com o sistema capitalista.

Dado que a estrutura de classes é altamente limitativa das potencialidades humanas, há que se renovarem, permanentemente, as crenças nas limitações impostas pelos caracteres naturais de certo contingente populacional [...] como se a ordem social competitiva não se expandisse suficientemente, isto é, como se a liberdade formal não se tornasse concreta e palpável em virtude das desvantagens maiores ou menores com que cada um joga no processo de luta pela existência. (SAFFIOTI, 1985, p. 96).

De acordo com essa constatação, interessa ao capitalismo alimentar relações patriarcais. Quando mulheres são historicamente confinadas ao trabalho doméstico, dificulta-se a compreensão do modo de produção capitalista como um sistema contraditório e excludente. A função da mulher refere-se a servir de amortecedor da exclusão em massa de pessoas, causada pela não absorção de toda mão-de-obra disponível – fato intrínseco ao capitalismo.

Uma vez legitimadas as características femininas criadas historicamente – como um ser frágil, destinado à procriação, a zelar pelos filhos e marido, labutando, por natureza, no recinto doméstico e familiar – a incapacidade de inclusão de todos os homens e mulheres nas esferas da produção incide desproporcionalmente sobre as mulheres, já que o trabalho

²⁵ Segundo Engels (1980, p. 70): “Foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas econômicas, e concretamente no triunfo da propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente. Os gregos proclamavam abertamente que os únicos objetivos da monogamia eram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos que só pudessem ser seus para herdar dele.”

²⁶ “[...] sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem.” (SAFFIOTI, 2001, p. 16).

produtivo²⁷ para estas deve ser uma atividade secundária²⁸. Isso ameniza, em grande medida, o conflito de classes.

Fatores [sic] de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem. (SAFFIOTI, 1969, p. 33).

Nesse contexto, a mulher assume a condição de mão-de-obra de reserva no mercado, a qual em períodos de escassez de trabalhadores – provocada especialmente por conflitos entre nações e em épocas de expansão econômica – é convocada a inserir-se na esfera produtiva de bens e serviços. Assim, quando for conveniente, o capital admite a mulher no processo produtivo, como ocorreu na Revolução Industrial, durante a 1ª Guerra Mundial, 2ª Guerra Mundial e atualmente, com a proliferação de formas atípicas de trabalho. Ao contrário, quando a demanda por mão-de-obra se reduz, seja porque há recessão econômica, seja por causa da introdução de novas tecnologias, a trabalhadora é a principal vítima do desemprego gerado.

As mulheres, juntamente com idosos e crianças, “[...] constituem uma categoria de força de trabalho que está provisória ou definitivamente fora do mercado de trabalho formal.” (RUAS, 1993, p. 28). Quando excluídas de postos formais de trabalho, além de continuarem nas funções voltadas ao trabalho doméstico, as mulheres também se aglutinaram nos diversos tipos de emprego precário. Atualmente, à medida que se propagam os trabalhos desse tipo – isto é, subcontratados, informais, em regime de tempo parcial, e temporários – há justamente um aumento da incorporação da mão-de-obra feminina no processo produtivo, pois o capitalista demanda uma mão-de-obra a baixo preço e flexível.

A feminização do mundo do trabalho abre duas frentes de discussões, ainda que interligadas. Primeiro, quando o termo “feminização do mundo do trabalho” refere-se ao aumento do ingresso da mulher no trabalho produtivo e ela transita dentro desse espaço entre a emancipação e a precarização (NOGUEIRA, 2004).

Outra frente de discussão é a de que há a generalização das diversas formas de trabalho precário, guetos da produção, que antes eram atribuídos especialmente às mulheres. Daí a expressão feminização do mundo do trabalho, no sentido de que um

²⁷ Quando usamos “trabalho produtivo”, fazemos referência a todo trabalho que não seja reprodutivo, ao trabalho profissional.

²⁸ A respeito disso Saffioti (1969, p. 64) ressalta que: “[...] as possibilidades de integração na família são muito mais palpáveis do que as de integração na estrutura ocupacional, não só pelos fatores [sic] objetivos que envolvem as duas estruturas, mas também em virtude do próprio tipo de formação recebido pela mulher.”

episódio que antes era considerado feminino, atualmente, de acordo com os interesses do capital, impõe-se também para o homem. (BORGES; GUIMARÃES, 2000, p. 137). De acordo com Hirata (2001/2002, p. 144): “[...] as trabalhadoras podem ser vistas como cobaias para o desmantelamento das normas de emprego predominantes até então. Um cenário possível neste contexto seria a extensão ou a generalização deste modelo a toda a população ativa, inclusive a masculina.” A inclusão antecipada das mulheres em formas precárias de trabalho, que possibilitassem a conciliação com o trabalho doméstico, fez-se, com facilidade, na medida em que elas são menos protegidas pela legislação e pelas organizações sindicais.

Contudo, fica patente que a posição reservada às mulheres no desempenho do trabalho doméstico é determinante para o aspecto da condição feminina no trabalho produtivo e, claro, funcional à sociedade capitalista. Até o momento, essa constatação foi indicada algumas vezes na nossa explanação. As responsabilidades domésticas permanecem conferidas às mulheres, sobrecarregando-as e incentivando a preferência por modos mais flexíveis de trabalho. Conforme Hirata (2002), há alterações no paradigma da divisão sexual do trabalho profissional, no entanto as mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico se dão de forma lenta, na qual a execução de atividades desse tipo se mantém a cargo da mulher. A autora afirma ainda que: “Enquanto a atribuição das responsabilidades domésticas e familiares continuar a recair exclusivamente sobre as mulheres, as bases em que se sustenta a divisão sexual do trabalho não parecem ameaçadas em seus fundamentos.” (HIRATA, 2002, p. 25).

O trabalho doméstico, compreendido como parte do processo de produção – pois é o responsável pela reprodução do trabalhador, pela manutenção da força de trabalho masculina e da família – configura-se como trabalho imprescindível e gratuito (não pago), que desresponsabiliza o capital. Segundo Toledo (2001, p. 45), “Assim, diminui o custo de reprodução do trabalhador masculino e de sua força de trabalho, permitindo que o valor seja apropriado pelo capital”.

Quando uma jornada se encerra, inicia-se uma nova e a insuficiência de equipamentos coletivos que possam compartilhar as obrigações que são dadas à mulher sobrecarrega-a ainda mais. A respeito disso, o comunismo soviético defendeu que:

As tarefas domésticas, realizadas pelas mulheres no lar, de maneira individual e isolada, deviam ser substituídas, segundo os revolucionários, por um sistema de serviços sociais garantidos pelo Estado: creches, jardins de infância, lavanderias e refeitórios coletivos, hospitais, cinemas, teatros. (D’ATRI, 2008, p. 92).

Desse modo, o trabalho doméstico passaria a ser compreendido como um trabalho comum, que deveria ser compartilhado pela sociedade, e não de responsabilidade exclusiva das mulheres. Com isso, a elas seria reservado o mesmo espaço que era garantido aos homens na esfera produtiva e liberaria frações de tempo que poderiam ser despendidas em atividades culturais e outras. Esse é um exemplo de intervenção do Estado no sentido de superar a desigualdade de gênero consolidada. Para a mulher, o atual modelo de política neoliberal significou o distanciamento de qualquer prática social nesse sentido, posto que nele o Estado abandona as garantias sociais conquistadas e as privatizações se expandem.

Segundo os princípios do sistema capitalista, a existência de distinções de gênero não só é interessante, como elas são reforçadas pelo próprio modo de produção. As diferenças de gênero criam condições propícias para conformação com situações precárias de trabalho e, em consequência disso, as trabalhadoras femininas trazem enormes vantagens ao capital. É o ciclo no qual o capitalismo corrobora a perpetuação da opressão de gênero para amortecer o conflito de classes e ter à disposição um exército de mão-de-obra barata e submissa, disposta a ocupar empregos periféricos e precários. Por outro lado, esses empregos só são assim ocupados devido à condição de opressão feminina contida desde o patriarcado e que o capitalismo reforça.

[...] as funções que a mulher desempenha na família (sexualidade, reprodução e socialização dos filhos) se vincula quer à sua condição de trabalhadora, quer à sua condição de inativa. Em qualquer dos casos, aquelas funções operam no sentido da discriminação social a partir do sexo expulsando as mulheres da estrutura de classes ou permitindo-lhes uma ‘integração periférica’. (SAFFIOTI, 1969, p. 58, destaque do autor).

De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Trabalho, do Anuário Estatístico, Relação Anual das Informações Sociais (RAIS)²⁹, sobre a evolução do mercado de trabalho formal no Brasil, a distribuição de homens e mulheres nos seguintes setores é assim representada:

²⁹ ANEXO C

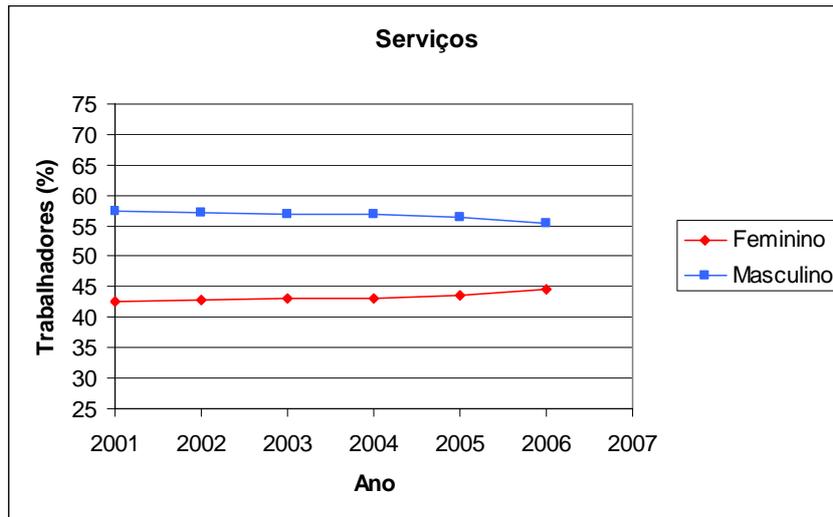


Gráfico 2 – Evolução do número de mulheres e homens empregados no setor de serviços.

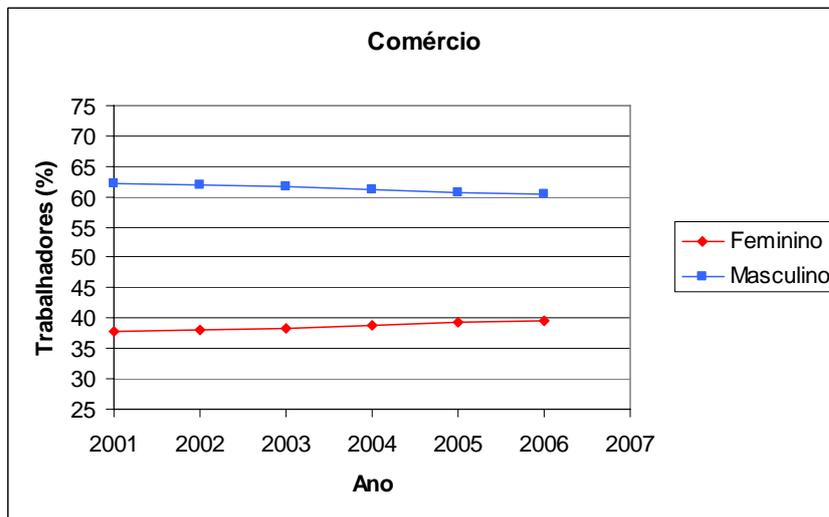


Gráfico 3 – Evolução do número de mulheres e homens empregados no comércio.

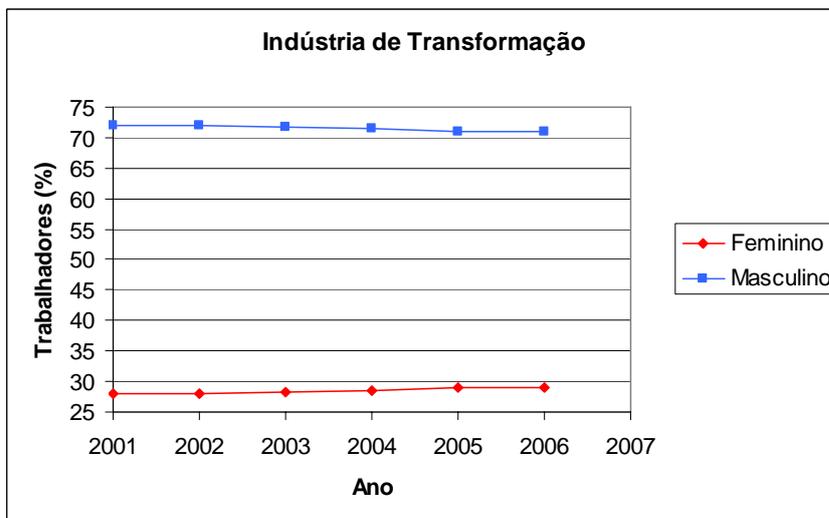


Gráfico 4 - Evolução do número de mulheres e homens empregados na indústria de transformação.

Mesmo tratando-se de um curto recorte temporal, podemos identificar a crescente admissão de mulheres no mercado de trabalho formal. No entanto, no interior das estatísticas, as pesquisas revelam que o aumento da incorporação da mão-de-obra feminina está longe de significar a igualdade com as condições de trabalho do homem.

[...] apesar da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, podem-se detectar, nas diferentes análises, a segmentação por gênero no mercado de trabalho com a concentração feminina em determinados guetos ocupacionais e, além disso, a concentração de mulheres em postos de trabalho mais instáveis e de piores remunerações. (NEVES, 2000, p. 173-174)

Na formas de assalariamento típico dentro do setor calçadista de Franca, não há dados sobre a quantidade de mulheres que está lotada nesses empregos. A única referência que detemos é que existem mulheres trabalhando dentro das fábricas e que elas representam 37,1% do total de trabalhadores sindicalizados no Sindicato dos Sapateiros³⁰.

Quando nos perguntamos sobre como se efetiva o trabalho dessas mulheres nas fábricas de calçados, destacamos a pesquisa realizada por Tomazini (2003) como de grande valia para nos inteirar sobre as possíveis respostas para esta pergunta. Na empresa calçadista de grande porte em que realizou sua pesquisa, Tomazini (2003) verificou formas distintas de trabalho exercidas por homens e mulheres. Apesar de constatar que as demissões e admissões recaem igualmente sobre homens e mulheres, encontrou diferenças na qualidade dos cargos ocupados pelos dois sexos, na remuneração e nas oportunidades de progredir na carreira. (TOMAZINI, 2003, p. 186).

As mulheres prevalecem nas ocupações menos complexas, desempenhando atividades repetitivas, na função de auxiliares³¹. Segundo Tomazini (2003, p. 186 – 187):

Elas concentram-se em cargos auxiliares, serviços e de natureza assistencial. No setor de produção, há predomínio de mulheres nos repetitivos serviços de colador, chanfrador, dobrador e carimbador; entre os pespontadores – função que goza de maior prestígio e é melhor remunerada que as anteriores, há certa paridade sexual.

[...]

Das 478 sapateiras que a fábrica empregava, 195 estavam registradas como coladoras e passadoras de cola ou seja, 40,79 % de seu contingente feminino; seus vencimentos situavam-se, em setembro de 2000, pouco acima do piso da categoria, então de R\$ 217,00.

³⁰ Veja ANEXO D

³¹ Cabe levantar o questionamento que, como vimos no subitem anterior, Navarro (2006) afirma que, no processo de reestruturação produtiva, há significativa redução dos cargos de auxiliares. Sendo assim, ao contrário do que Tomazini constatou, obviamente, que as demissões ocorridas no período de 1986 a 2001 deveriam incidir ou incidiram desproporcionalmente entre mulheres e homens, já que as trabalhadoras prevalecem nessa função.

A autora pôde perceber que, quanto mais qualificação exige uma função e, naturalmente, os salários são maiores, menor é a participação das mulheres. Estas predominam em cargos hierarquicamente inferiores e de pior remuneração. Por exemplo, na colagem, constatou que não havia homens e, sobre essa divisão do trabalho, a explicação era consensual entre as próprias trabalhadoras: por ser uma atividade simples, não era adequada para homens. Desse modo, “[...] o trabalho mais fácil de executar e mal remunerado configura-se como algo não adequado a homens, mas perfeitamente cabível às mulheres.” (TOMAZINI, 2003, p. 188). No pesponto, havia uma certa paridade no emprego de homens e mulheres; já no corte, era evidente o predomínio masculino, com a justificativa de essa tarefa requerer maior força física, ainda que sem respaldo algum, já que os balancins têm acionamento hidráulico (TOMAZINI, 2003, p. 190-191).

Na pesquisa de Cintra (2003, p. 120-121), feita com mulheres que ocupam cargos de chefia na indústria de calçados, reaparece a constatação de uma divisão sexual do trabalho.

[...] elas mesmas [mulheres que participaram da pesquisa] respondem que as mulheres nas fábricas onde trabalham estão presentes basicamente nas seções de preparação, plancheamento, pesponto e acabamento, funções estas para as quais estão aptas a trabalharem, por possuírem as habilidades necessárias para exercê-las como paciência, capricho e destreza. São funções que remuneram menos na cadeia produtiva do calçado. As funções no corte e montagem não empregam mulheres nas empresas onde os sujeitos desta investigação trabalham.

Mais do que isso, a reestruturação processada pelo capital impõe para essas mulheres a necessidade de ampliar ainda mais o tempo do seu trabalho. Desse modo, cabe destacar que as operárias costumam levar trabalho para casa, como observou Tomazini (2003, p. 180):

As novas formas de gestão e organização do trabalho introduzidas pela empresa tanto impuseram um ritmo mais acelerado à produção quanto, através de artifícios, fizeram com que as operárias prolongassem a jornada de trabalho, ao realizarem, gratuitamente, serviços complementares em domicílio. [...]

Assim, nem em seu próprio lar, a mulher escapa ao controle do capital; seus tentáculos alcançam-na de múltiplas formas, controlando, inclusive, o seu tempo e o seu ritmo de trabalho extrafábrica.

Verificou-se, também, que existe a adição das tarefas domésticas e familiares, incluídas como de responsabilidade da mulher operária. Concordamos com Tomazini (2003, p. 195) que diz: “O problema maior é a ausência de um mesmo nível de paternagem, é o fato de parceiros, que contribuíram para a procriação, pouco colaborarem no processo de criação dos filhos e não partilharem, na justa medida, as responsabilidades da reprodução social.” O

mesmo se diz do trabalho doméstico, que fica a cargo da mulher. Caso insira-se no processo produtivo, a mulher tem obrigatoriamente que conviver com a dupla jornada de trabalho. Em consequência disso,

É evidente que, na medida em que os afazeres domésticos são assumidos quase que exclusivamente pelas mulheres, elas têm dificuldades muito maiores para freqüentar cursos de qualificação profissional proporcionados pela empresa que, em geral acontecem fora do horário normal de trabalho. (TOMAZINI, 2003, p. 271)

Já a questão das mulheres que trabalham dentro das bancas aparece superficialmente em algumas pesquisas. Mesmo com todos os estudos feitos no setor calçadista, desconhecemos algum que aborde especificamente a questão do trabalho das mulheres nesse tipo de empresa subcontratada.

Na pesquisa de Chinali (1997, p. 91-92), afirma-se que nas bancas predominava a mão-de-obra feminina. De acordo com a autora:

A costura seja ela mecânica ou manual conta com a presença quase que exclusiva das mulheres. Essa presença é “natural” considerando-se a divisão sexual do trabalho que destina a mulher ao trabalho doméstico, do qual faz parte a costura. Assim, as habilidades como destreza, capricho e paciência, necessárias à costura, fazem parte da qualificação das mulheres, adequada a essa tarefa a elas destinada no trabalho fabril.

Em contraposição, num recorte temporal diverso, na pesquisa de Cintra (2003, p. 100) não fica claro se, quando a autora aborda as microempresas, está se referindo às bancas. Se pensarmos que ela segue a nomenclatura fornecida pelo Sindicato das Indústrias, então, possivelmente, esteja fazendo referência às denominadas bancas e, sendo assim, Cintra (2003) afirma que excluiu do seu estudo empresas desse porte, porque já havia realizado uma pesquisa em 1993, constatando que era insignificante, dentro das bancas, a participação das mulheres.

Sabemos que o aumento do emprego feminino no mundo traduz-se, principalmente, em empregos precários, vulneráveis e flexíveis. Segundo Hirata (2001/2002, p.145) :

Nos países do Norte, este modelo [emprego precário] se encarnou na figura do trabalho em tempo parcial. Ocupado majoritariamente, de 80% (França) a mais de 95% (Japão) por mulheres, e significando um salário parcial, ele agrava as disparidades existentes na repartição do trabalho doméstico [...]. Nos países do Sul, ele se encarnou na figura do trabalho informal, sem nenhuma proteção social.

Desse modo, acreditamos que, no trabalho das bancas de Franca, há sim um aproveitamento da mão-de-obra feminina; recentemente, poderíamos afirmar, com absoluta

certeza, que se tratava de condições precárias de emprego, tanto com relação aos vínculos empregatícios estabelecidos, quanto às questões relativas à saúde do trabalhador.³²

A costura manual de sapatos em Franca, realizada predominantemente no domicílio, é quase exclusivamente feita por mulheres. Configura-se numa modalidade de trabalho informal, de baixa remuneração e instável. Trata-se de um trabalho extremamente desigual, quando pensamos nos trabalhadores internos das fábricas.

De acordo com Lavinias e Sorj (2000, p. 220), sobre a renovação de antigas formas de trabalho no Brasil:

Fruto da crescente flexibilização do processo produtivo diante de um mercado diversificado sazonal e em crise permanente, a utilização dessa modalidade de trabalho pelas empresas flutua de acordo com as necessidades de restringir custos, manter os exíguos prazos de entrega ou, ao contrário, reduzir a produção em momentos de forte queda da demanda. Essa mão-de-obra é essencialmente feminina e invisível diante da precariedade das estatísticas oficiais.

As partes do sapato, que devem ser costuradas manualmente, chegam até as casas das trabalhadoras geralmente por meio de um intermediário, o qual elas denominam de “banqueiro”, configurando um processo de *terceirização*³³. O banqueiro tem a função de intermediar a demanda por serviços feita pelas empresas e a oferta de mão-de-obra feminina, especialmente na periferia da cidade, onde as trabalhadoras, devido a condições socioeconômicas desfavoráveis, estão dispostas a trabalhar sob quaisquer condições. Na fala da entrevistada Caroline:

É, de fábrica pra repassar. Quer dizer que ela sai ganhando mais do que nós né, porque é a banqueira que ganha, né, por isso o sapato é barato, que tem sapato até de 0,50 centavos [...] a gente vai reclamar aí ainda acha ruim, então...

[...]

Desde que eu mudei pra cá que eu me entendo por gente eu aprendi a costurar com a mulher ali, a vizinha, ela que me ensinou. Hoje ela faleceu e hoje eu agradeço a Deus, né, porque pelo menos a gente sabe alguma coisa, né, não passa tanta dificuldade.

Cabe ressaltar que, embora o valor de cada sapato costurado equivalha a um valor muito inferior ao que deveria custar à empresa quando essa atividade é realizada dentro da

³² Observe páginas 47, 48 e 49 deste trabalho.

³³ “A partir do momento em que a empresa, que a cidade foi crescendo, que as fábricas foram se espalhando pela cidade, foi criando dificuldade da costureira sair da casa dela para ir lá na fábrica buscar o sapato e levar pra casa. Então o quê que aconteceu? [...] aí foi criado uma outra figura, que é a figura do gato, do atravessador, que nós chamamos aqui de banqueiro. O cara vai lá numa grande empresa, na média, pequena, vai na empresa, pega lá os ... sei lá... 200 pares, 500 pares que ele pega por dia, distribui para as costureiras da cidade inteira, e no outro dia ele passa para deixar a produção e para pegar a produção. Nisso esse atravessador acaba trabalhando uma hora e meia, duas horas por dia, entrega o sapato, vai cuidar da vida ou vai fazer nada.” (Presidente do Sindicato dos Sapateiros)

fábrica, a intromissão de um atravessador no processo de externalização da costura manual avilta ainda mais a remuneração das costureiras³⁴. De acordo com as falas dos sujeitos da pesquisa, apesar de o banqueiro ser encarregado somente da distribuição de tarefas, ele fica com a maior parte do valor pago pelas empresas. A pesquisa que fizemos apontou que as trabalhadoras externas recebem menos de 50% do valor total. Apesar de haver um sentimento de injustiça, demonstrado através das falas das entrevistadas, ora com relação às empresas, ora dirigido aos banqueiros, desenvolvendo lutas diárias de resistência, as costureiras, trazem nos depoimentos, a árdua tarefa de ir contra esse quadro de exploração.

Os fatores que levam a isso são absolutamente complexos, envolvendo razões aparentemente de ordem cultural. Entretanto, em última instância, estão claramente presentes as questões econômicas. Primeiro, é muito comum o que Guiraldelli (2006, p. 188-189) observou da fala de um dos sujeitos da sua pesquisa:

[...] ela comenta a existência de um intermediário que lhe fornece o calçado a ser costurado, porém não sabe para qual empresa calçadista está prestando tal serviço, o que redundava num processo de não reconhecimento da cadeia produtiva em que está envolvida, permitindo a diluição dos trabalhadores que não se reconhecem como sujeitos envolvidos num trabalho coletivo, caindo no isolamento e trabalho individual, não tendo em vista a dimensão do todo.

É relevante observar que um de nossos sujeitos revelou que não sabia sequer o nome do banqueiro:

Ah, é sempre era o... era um homem numa fábrica ali embaixo... Agora esse outro aqui é da rua debaixo aqui. Assim, a gente nunca fica sabendo muito nem o nome da pessoa... (Tais)

Uma das principais vantagens do trabalho em domicílio para o capital é o fato de se tratar de um trabalho pulverizado, o que dificulta a organização dos trabalhadores que estão sob essa forma de trabalho. Apesar de as trabalhadoras estarem numa mesma situação de exploração, elas não ocupam o mesmo espaço de trabalho, sendo esse espaço a residência de cada uma delas, o que as converte em operárias isoladas, dispersas e invisíveis.

Mais que isso, dificilmente o trabalho em domicílio de Franca mantém-se por meio de relações formais de trabalho, o que, além de reduzir custos, exclui-o de representação sindical.

³⁴ Classificação dada pelas próprias trabalhadoras entrevistadas.

Segundo, o desemprego faz com que grande parte da população, sem possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, submeta-se mais prontamente às formas precárias de trabalho.

Conforme vimos, a composição desse contingente populacional excluído do sistema produtivo³⁵ é liderada pelas mulheres. Sendo assim, é essa categoria social que acaba predominando nas diversas formas de trabalho atípico, como no trabalho em domicílio informal.

Obviamente, a classe patronal tem o maior interesse na existência de categorias sociais discriminadas: mulheres, negros, homossexuais. Quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários. (SAFFIOTI, 2001, p. 23).

Considerando o papel assumido pela mulher, outro agravante da submissão às formas de trabalho mais flexíveis é a insuficiência de equipamentos coletivos que a poupem das responsabilidades domésticas e da educação e socialização dos filhos, uma vez que esse fator limita sua locomoção para espaços fora do recinto familiar, o que causa a preferência por atividades que possam ser executadas no próprio domicílio, mesmo feitas sob condições desfavoráveis e precárias.

A conquista brasileira por um direito mínimo, que assegura o atendimento de crianças por creches — que deve ser interpretado como um artifício capaz de favorecer a igualdade de oportunidade profissional entre homens e mulheres, uma vez que age contra a carga conferida exclusivamente às mulheres no tocante à maternidade — é problemática em Franca, deparando com um equipamento extremamente deficitário. Na cidade, existe somente uma (1) creche estadual, duas (2) creches municipais e vinte e nove (29) creches são conveniadas com a Prefeitura Municipal³⁶. A demanda reprimida de crianças inscritas para admissão nessas creches é desoladora, sendo que, em 2005³⁷, correspondia a de 60% - isto é, apenas 40% delas conseguiam ter acesso a creches. Esse fato aponta mais um direito que não se efetiva, sendo fundamental para a compreensão da restrição que se faz às mulheres a respeito de sua inserção no mercado de trabalho.

Assim, sob esse aspecto, o trabalho domiciliar surge como uma forma de ocupação capaz de permitir (de forma conturbada) a conciliação do trabalho produtivo com o reprodutivo. Fazemos uma ressalva para lembrar que, nessa perspectiva, também se dá o

³⁵ Cabe destacar que a mulher referenciada como dona-de-casa não é incluída nos indicadores de desemprego, no entanto, sabemos que se trata de uma mão-de-obra velada, em potencial e descartada, que se soma ao total de mulheres naturalmente à margem do mercado de trabalho.

³⁶ Dados de outubro de 2008.

³⁷ Ver Alice Braga, 2005.

trabalho em tempo parcial e o temporário, utilizados amplamente pelo capital nos dias atuais, que, para as mulheres, tornam possível uma “otimização” do desempenho de suas funções como força de trabalho no mercado e no lar.

O capitalismo explora a situação com oferta de empregos que tornem “compatíveis” ambas as tarefas (no lar e na empresa) e que, por definição, serão “parciais” já que o trabalho doméstico não se abandona. A mulher, portanto, é por definição uma mão-de-obra barata e flexível. Por meio desse mecanismo, o sistema aplica, de fato, a redução de horas de trabalho com redução de salário. (TOLEDO, 2001, p. 54-55, destaque do autor).

Observamos, ainda, que a manutenção do trabalho em domicílio não apenas encarrega-se de reforçar o destino social imputado às mulheres, como guardiãs do lar, com responsabilidades na execução das tarefas domésticas e na socialização dos filhos, mas também de distanciar a identificação da condição da mulher trabalhadora com a do homem trabalhador. Isso se manifesta quando a compreensão geral (inclusive das próprias trabalhadoras) do trabalho da mulher na costura manual de sapatos em Franca é assimilada como uma atividade complementar ou auxiliar. As próprias palavras do presidente do Sindicato dos Sapateiros de Franca revelam essa constatação. De acordo com ele:

[...] a maioria são donas de casas, que usam o trabalho, que trabalham como costureira domiciliar muito mais para ajudar na renda familiar do que uma profissão de fato, porque a primeira tarefa delas é cuidar da casa, né, e sem registro.

Essa afirmação subestima o papel das costureiras na divisão social do trabalho e faz surgir vários questionamentos, como: de acordo com as transformações presenciadas no mundo do trabalho, hoje, o que caracteriza uma “profissão de fato”? Ela é definida com base na existência do registro em carteira, ou quando ela gera remuneração suficiente para dar conta de todo o orçamento familiar ou da maior parte dele? Afinal, quem coopera na geração da renda familiar? Partindo da premissa de que existe a igualdade de gênero, não seria de competência dos dois sexos a manutenção financeira do lar, em que ambas as remunerações se somam, se auxiliam? Por que apenas a remuneração da mulher é considerada auxiliar? Isso se deve ao fato de o salário ter menor valor ou ao fato de ser mulher?

Utilizamos o conceito de trabalho em domicílio, em Franca, conforme Chinalli (1997), que caracteriza as trabalhadoras como operárias externas.

Defendemos a posição de que o trabalho industrial a domicílio é uma extensão do trabalho interno a fábrica e os trabalhadores e trabalhadoras nele ocupados são operários no pleno sentido do termo, embora com especificidades. Na verdade, a fábrica com seus instrumentos, sua matéria prima, sua técnica, seus ritmos, invade a casa dos trabalhadores, tomando conta do espaço e do tempo familiar subjugando-os às suas necessidades. (CHINALI, 1997, p. 115-116).

Devemos ter claro que as remunerações variam conforme a posição ocupada dentro do trabalho coletivo, dentro do sistema de exploração capitalista. Sem dúvida, a má remuneração da costureira manual e o caráter informal de sua atividade não devem servir para a construção de uma visão equivocada, que desmereça o trabalho em questão, mas sim ser usados para a compreensão dessa trabalhadora como uma mão-de-obra barata, que, além de ser a responsável pelo trabalho doméstico, insere-se no espaço produtivo.

Conforme Chinali (1997, p. 157):

Pensamos que o trabalho a domicílio é uma das modalidades de trabalho que melhor reafirmam a condição de gênero, já que não abre à mulher um espaço que não seja o doméstico, dificultando assim ainda mais sua identidade como trabalhadora. A fraqueza dessa identidade constitui-se numa vantagem para o capital, na medida em que dificulta a auto-valorização como pressuposto da reivindicação por melhores condições de trabalho.

A costura manual feita no domicílio em Franca configura-se como um trabalho de baixa qualificação, temporário, em que não há a formalização do vínculo empregatício. Desse modo, essas mulheres, alheias aos direitos trabalhistas, não têm garantido o piso salarial da categoria dos sapateiros, tampouco usufruem do descanso semanal remunerado ou férias. O seu tempo de trabalho é regulado pela demanda, ou seja, depende do número de peças a serem costuradas. Sem nenhuma garantia, o descumprimento das tarefas pode acarretar a suspensão dos repasses, trazendo problemas financeiros às famílias que dependem desse trabalho para gerarem alguma renda.

De fato, a utilização da mão-de-obra feminina no processo de flexibilização e modernização produtiva ocorre por meio de jornadas parciais, contratos por tempos determinados, trabalhos a domicílio, utilizando-se, uma vez mais, da qualificação informal adquirida pelas mulheres no trabalho doméstico, mas sem nenhuma forma real de valorização do trabalho feminino. Pelo contrário, elas estão submetidas a condição de trabalho precárias e inseguras, marcadas por baixos salários, pela realização de várias tarefas simultâneas e flexíveis – ocasionando intensificação do ritmo do trabalho – e pela perda de direitos legais. (NEVES, 2000, p 182).

O emprego quase absoluto da mão-de-obra feminina no trabalho em domicílio em Franca – confirmando a tendência mundial³⁸ - e, especificamente, a forte presença de

³⁸ “Efetivamente, uma das características mais marcantes do trabalho a domicílio contemporâneo é ser uma atividade essencialmente feminina em todas as partes do mundo. A feminização do trabalho a domicílio varia de 90% a 95% na Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália e Holanda; é de 84% na França; 75% na Espanha e 70% na Grã-Bretanha. No Japão segundo uma pesquisa de 1988, 93,5% dos trabalhadores a domicílio eram mulheres e na antiga URSS, onde o trabalho a domicílio é concentrado em indústrias locais, 86% dos trabalhadores são mulheres.” (ABREU; SORJ, 1993, p. 13-14).

mulheres de meia idade, casadas e com filhos revelam uma inversão de preferências, que emergem sempre em consonância com os interesses capitalistas.

O capital prescreve as regras para as formas de exclusão e inclusão de contingentes populacionais na esfera produtiva. Mediante isso, vemos que há um diferente grau de exploração entre as mulheres solteiras e as casadas e com filhos. Ocorre que as primeiras são mais procuradas para os empregos formais, devido ao volume de responsabilidade no lar que as segundas “normalmente” têm, o que, conseqüentemente, torna-as mais propícias a faltar ao trabalho, a não terem tempo para se dedicar a cursos de qualificação e a terem dificuldades para trabalhar além do horário estipulado.

É interessante observar o que ocorre em Franca, na costura manual: a não formalização do vínculo empregatício deixa desprotegida a trabalhadora e, em contrapartida, exige que o banqueiro seja prudente no repasse das partes do sapato a um trabalhador. Vale lembrar que se trata de frações de couro, matéria-prima cara, e que as empresas estabelecem prazos curtos para a execução das tarefas de costura manual. Assim, a danificação do couro ou, ainda, o descumprimento dos prazos acarreta problemas para os próprios banqueiros. Portanto, há uma preocupação por parte do atravessador com relação a quem deve ser confiado esse trabalho. Nesse contexto, “[...] qualidades como autodisciplina, compromisso e seriedade são extremamente valorizadas e percebidas como atributos de uma categoria específica de mulheres: aquelas com meia-idade, casadas e com prole.” (LAVINAS; SORJ, 2000, p. 221). Pois,

Mulheres casadas, de meia-idade e com filhos parecem lhes oferecer maior segurança do que as solteiras. Enquanto as casadas têm alternativas de emprego mais reduzidas, as solteiras estariam mais disponíveis para aceitar as oportunidades de um trabalho assalariado [...]. (LAVINAS; SORJ, 2000, p. 221)

Desse modo, as casadas têm responsabilidades com relação à sobrevivência da família e, especialmente por isso, o vínculo de submissão a trabalhos desregulamentados e precários é mais forte. Como já vimos, essa tendência é o inverso da verificada no mercado de trabalho formal. Neste, a preferência é dada a trabalhadoras solteiras e sem filhos, em função da compreensão da mulher como responsável pela regulação da vida familiar, o que, conseqüentemente, provoca maior absenteísmo das casadas do que de mulheres solteiras.

Devemos esclarecer que, além da permanente instabilidade do trabalho da costura manual, nos meses de janeiro e fevereiro, especialmente, ocorre regularmente a total suspensão dos repasses das parcelas da fabricação de calçados a terceiros. Esse fato é explicado por se tratar de um período de baixa produção nas fábricas e pelas empresas

concederem férias coletivas a seus operários internos. Ainda que o início do ciclo de produção nas fábricas se dê a partir da segunda quinzena de janeiro, os sapatos normalmente tardam para chegar novamente até as costureiras. As mães e, conseqüentemente, as famílias, muitas vezes inteiramente dependentes do trabalho da costura manual, sofrem com essa longa interrupção do trabalho, pois estão alheias aos direitos trabalhistas e sem qualquer proteção social.

Por fim, observa-se a dificuldade para ultrapassar os limites impostos pelas diversas situações de exploração que as operárias internas e externas à fábrica calçadista enfrentam, no sentido de ambas se solidarizarem como classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, existe uma barreira para que elas construam uma identidade desse conjunto, como mulheres que encaram posições, ainda que particulares, de submissão dentro da sociedade de modo geral. A superação desses dois fatores é fundamental para a luta pela extinção da exploração e opressão.

Se isso se dá internamente, no âmbito da categoria feminina, propomos a reflexão sobre o que ocorre na relação com os homens. Sabemos que, se não há uma participação consciente masculina, é deficitário o esforço para a minimização das distinções de gênero e, conseqüentemente, da divisão sexual do trabalho, pois essas diferenças são historicamente forjadas em torno de questões econômicas, o que demanda uma discussão mais ampla e direcionada para os projetos sociais das classes. Mais que isso, a desunião, a não-identificação de trabalhadores periféricos e centrais, de homens e mulheres trabalhadores, torna a luta contra a sociedade de classe impotente.

Na classe trabalhadora, a solidariedade entre homens e mulheres é frágil, esbarrando nas manifestações das contradições capitalistas. A exemplo disso, tem-se, em diversos momentos, o estabelecimento de uma disputa por empregos sem a profunda percepção de que ambos os sexos estão inseridos num contexto de intensa exploração, presente na essência do desenvolvimento capitalista.

Em seu texto, Saffioti (1969, p. 71) antecipou que:

Nem através do sindicalismo, nem através da legislação trabalhista talvez possa a mulher deixar de ser uma trabalhadora marginal nas formações econômico-sociais capitalistas, na medida em que estas técnicas operam em uma economia cujas características fundamentais são a insegurança e as repetidas crises. [...] Isto é, os problemas que as mulheres enfrentam na (sic) sociedades competitivas, na medida em que sejam realmente insolúveis neste tipo estrutural, são problemas de classes sociais manifestando-se diferentemente nas categorias de sexo e que, portanto, devem ser atacados conjuntamente por homens e mulheres.

CAPÍTULO 3 A COMPOSIÇÃO DO TEMPO NO COTIDIANO DAS MÃES QUE COSTURAM SAPATOS EM FRANCA/SP

Cotidiano
Chico Buarque
[...]
Todo dia eu só penso em poder parar
Meio-dia eu só penso em dizer não
Depois penso na vida pra levar
E me calo com a boca de feijão.
[...]

3.1 As relações sociais e econômicas que permeiam a organização dos tempos sociais

O setor calçadista de Franca é um locus privilegiado para o estudo do trabalho em domicílio. Como já vimos, a costura manual de calçados trata-se de um trabalho informal, domiciliar, temporário, realizado por mulheres – em sua maioria mães – e geralmente conta com a cooperação de outros componentes da família para a execução das tarefas de costura. Pode-se observar que o grupo doméstico coincide com a unidade de reprodução e produção, assim como com a unidade de parentesco. Existe, assim, dentro do domicílio, a reprodução de seres humanos (biológica e social) e a produção de bens materiais.

A divisão sexual do trabalho – na qual ainda prevalece o homem como o principal responsável pelo trabalho produtivo, cabendo à mulher o trabalho doméstico e familiar – condiciona para a mulher a preferência por um trabalho produtivo domiciliar, pois, assim, pode conciliar ambas as funções, quais sejam, de produtora e de reprodutora. Da mesma forma, a divisão sexual do trabalho influencia também o modo de distribuição dos tempos sociais no dia-a-dia de mulheres e homens.

Dedecca (2004, p. 44) verificou que no Brasil:

Ambos realizam jornadas totais de trabalho extensas, contudo as mulheres respondem por uma jornada de trabalho em afazeres doméstico, em média, três vezes superior àquela realizada pelos homens. É espantoso que essa diferenciação seja observada inclusive na condição de desemprego, quando o trabalho de caráter econômico não se faz presente.

Do mesmo modo, verificamos com a pesquisa que, em Franca, quando há participação do cônjuge no desempenho de afazeres domésticos e na socialização dos filhos, essa participação é mínima – isto é, a mulher costureira é a principal responsável por essas atividades. Apenas duas (2) das mulheres entrevistadas podem contar integralmente com o

trabalho do cônjuge no desempenho das tarefas do lar, assim como na própria costura manual de calçados.

O companheiro de Alessandra trabalha junto a ela. Os dois costuram, em média, 36 pares de sapatos diariamente e, no fim de semana, ele trabalha como juiz de futebol. Segundo Alessandra, ele faz os trabalhos domésticos e leva as crianças ao médico quando elas ficam doentes. Nas palavras dela:

[...] eu acho que ele cuida mais da casa do que eu. [...] na hora do almoço ou eu ou ele pára pra arrumar almoço, né? Aí fica costurando e outro vai pra cozinha.

Quando o esposo de Daniela (trabalhador rural noturno, com registro em carteira) está no lar, ele se dispõe a realizar serviços domésticos e a auxiliar na costura manual de sapatos.

Me ajuda, se for preciso, ele ajuda sim. Quando aperta o sapato, quando tem bastante, ele me ajuda

[...] Se eu tiver com muito sapato, ele me ajuda, igual hoje eu não limpei a casa porque eu tive de sair, porque eu tô tentando arrumar a cirurgia da minha menina não tô conseguindo. Ele falou assim olha eu vô levanta mais cedo pra te ajudar a limpar a casa, eu falei: você vai dormir, pode deixar que eu dô um jeito até sábado, eu dô conta de arrumar ela.

[...] aí eu mais ele combinou assim, igual, eu só trabalho pra fora e ele também, então eu acho que do jeito que eu to trabalhando ele também ta, se ele chega cansado e eu também tô, tão cansada. Então eu acho que a gente tem que dividir o serviço de casa.

No entanto, podemos verificar, na fala de Daniela, que o exercício de trabalhos domésticos por seu cônjuge é condicionado à necessidade esporádica, de solicitação de “ajuda” pela mulher, “se for preciso”, “se estiver com muito sapato”.

Na maioria das famílias estudadas, não existe a divisão do trabalho doméstico e familiar entre os dois sexos, sendo que as mulheres são as responsáveis pela sua execução. As costureiras não só limpam a casa, lavam as roupas, cozinham, como também levam os filhos ao médico, à escola, participam de reuniões de pais, cuidam das crianças e educam-nas. Observe os depoimentos:

Meu marido ele nunca trocou uma fralda de criança, nunca fez nada pra mim. (Caroline).

Oxe, ele não ajuda não, ele fala: eu já tô trabalhando. Tem vez que ele chega, nem louça eu não lavei, né. Fica empolgada costurando sapato, eu falo: faz isso pra mim! E ele fala: eu não, meu serviço eu já fiz. Ele fala desse jeito. (Clarissa)

Aparece, novamente, a desvalorização do trabalho da costura manual, assimilado como uma atividade inferior ao trabalho desempenhado pelo homem e a ideia de que, portanto, a mulher deve desenvolver solitariamente todo trabalho doméstico. As responsabilidades concentradas no papel assumido pela mulher tornam seu cotidiano carregado de obrigações.

O número de sapatos costurados diariamente pelas mulheres varia muito. Algumas revelaram que costuram doze (12) pares, outras costuram quinze (15), dezoito (18) e algumas até trinta e seis (36) pares de sapatos. Todas as costureiras disseram que elas mesmas decidem sobre a quantidade de sapatos que devem costurar. No entanto, no período em que a demanda pela costura aumenta, elas tendem a pegar mais sapatos do que normalmente pegam. Cristiane conta que:

[...] esses dias pra trás ele trouxe muito sapato. Se você entrasse aqui na minha sala era ficha³⁹ pra todo lado, aquele tanto de ficha. Eu falei assim, nossa glória a Deus, porque vai ter muito serviço, porque ele animou muita gente menina, e procurando costureira... Mas eu acho assim, quando o barco é muito assim, alguma coisa vai acontecê porque era muito serviço, daí, quando foi na quinzena, minha filha, já não teve serviço. Não tinha um pé mais, você vai fazer o quê? Já faz mais de mês que eu tô parada.

Ele [o banqueiro] fica assim: se der pra você fazer duas ficha daqui pra tarde, você faz, ele pensa assim que a gente é uma máquina. A gente também tem que descansar. Chega no final da tarde, menina... Porque meio dia você já tá cansada, que o tanto que você já costurou até meio dia, daí de meio dia pra tarde você pensa que tem louça pra lava, casa pra cuidar, ele só quer o sapato, você entendeu?.

A frequência de pedidos é muito instável. Durante pesquisa, cinco (5) das entrevistadas não estavam recebendo sapatos para costurar no período. Quando não há sapato, também não há renda. Enquanto isso, as costureiras ficam em casa aguardando o retorno do banqueiro. Ressaltamos que quatro das famílias não têm nenhum de seus membros em empregos formais ou perenes. Assim, os rendimentos provenientes da costura manual são de suma importância para a sobrevivência familiar.

Devido aos diversos problemas sociais que as famílias enfrentam, ainda que o cônjuge tenha emprego formal, a renda que provém da costura manual é fundamental, como aparece na fala de Simone, 49 anos:

O salário do meu marido é de uns seiscentos e pouco, mas tem aquele problema. E o pagamento dele ultimamente tem sido nada. Primeiro que ele

³⁹ O controle dos sapatos que saem das fábricas para as diversas fases de fabricação terceirizadas, como corte, pesponto, chanfração, costura manual, é feito por meio de uma ficha enumerada e subdividida entregue a cada responsável por essas etapas. Por isso, 'ficha' é como as costureiras chamam o conjunto de sapatos fornecidos pela banca, fábrica ou pelo banqueiro. Há fichas de 12 pares, de 15, 20 pares de sapatos.

é alcoólatra, gasta no botequinho, gasta com noitadas, então, o pagamento dele ele fez empréstimo pra pagar a moto, tá pagando. Tem pagamento que ele não recebe nada. Mês passado mesmo, ele ficou devendo, no banco, porque ele recebe dinheiro no banco, então ficou devendo. É quinzena agora também... Então, tem gastado muito fora. (Simone)

A dependência financeira, ligada, em sua maior parte, à própria sobrevivência familiar, acaba dificultando a luta dessas mulheres para, de alguma forma, conseguirem reconhecimento dos seus direitos como trabalhadoras, visto que são intimidadas pela grande oferta de mão-de-obra compulsoriamente disposta a assumir esses empregos precários, distanciando-se da identidade enquanto classe, caindo em práticas individualistas e paliativas.

[...] o sapato é muito barato aqui em Franca. Faz muitos anos que tá cinquenta centavos. O de cinquenta centavos, que é um chuliadinho, é fácil de fazer, mas é uma coisa que você perde tempo, né? Doze par aí você vai... ainda mais você tando em casa, você vai quase que a tarde inteira, o dia inteiro naquilo ali, né? Então poderia ser um pouquinho mais. Mas eu falo assim: se eu não fizer tem aquele que vai fazer, às vezes até por menos. (Simone)

O salário por peça é pago quinzenalmente e o valor pela costura de cada par de sapatos não sofre aumento há muito tempo, como relataram as trabalhadoras. Alguns banqueiros repassam o serviço mediante o pagamento de setenta centavos (R\$ 0,70) o par de sapatos; outros, de sessenta e cinco centavos (R\$ 0,65) ou sessenta centavos (R\$ 0,60), sendo que duas mulheres recebiam cinquenta centavos (R\$ 0,50) por cada par de sapatos costurado. Algumas vezes, recebem um modelo de calçado mais difícil de costurar, que apresenta um preço maior, estabelecido geralmente acima de um real (R\$ 1,00). Porém, esses modelos mais complicados provocam também maior desgaste físico nas trabalhadoras e demasiado tempo no cumprimento da tarefa, se comparados à mesma cota dos sapatos mais simples de costurar. A dificuldade está principalmente quando-se tem que costurar *na sola*:

[...] quando eu aprendi a costurar o de sola, eu falei: eu não quero vê esse sapato nem morta. Além de ele ser difícil, ele é pesado porque tem a sola, né? Então, a primeira vez que eu costurei meu braço ficou assim. [...] levantei de manhã, fui abri a torneira pra fazê café eu não conseguia levantar o braço, de tanto que doía [...] Eu falei gente, mas não entrava na minha cabeça, eu fazia um pouco, ele levou; eu fiz metade, ele voltou. Não, você tem que apertá, eu falei não é possível, aí desmanchei. Não, tá muito apertado, aí eu desmanchei. Não, você apertou demais, eu falei: aí num aguento. Fiquei um dia inteirinho pra fazer um par e um pé do sapato. Aí levantei, aí eu comecei a chorar ali na pia. Meu marido virou e falo: o que que você tá chorando? Meu braço travou. Ele falou: mas o que que você fez? Eu falei: é o sapato. Aí eu tive que tomar remédio, fui no pronto-socorro, tomei relaxante. Tive que toma *voltaren* três dias pra melhorar. Aí eu falei assim: gente, mas... aí a necessidade. Aí ele falou: não, você não vai poder costurar esse sapato. Aí ele pegou e falou: eu vou te dando um par, dois par outro dia, e depois ele foi intercalando. Aí ele pegou e falou assim: não vira! Aí ele deixou uma ficha comigo e eu fiquei

uma semana pra fazer, uma semana pra fazer doze par, de segunda a segunda. E aí os meninos foram me ajudando, né, e os menino reclamava porque realmente era difícil. Aí eu falei ó, não vai dá não. Ele falou: não, isso é sinal de costume, tem gente que faz doze, quinze par, faz dezoito par. Aí eu fiquei conhecendo uma mulher no Santa Terezinha, que ela e o marido fazia dezoito par por dia. [...] O dia que ela falou eu falei: não acredito. Não acredito que a senhora faz. Eu faço dezoito par por dia. Eu falei: ó, mas se ela faz porque que eu não posso fazer? Aí comecei, sabe? Falei: ó, no dia que tiver sandália você me dá uns parzinho? Dô! Aí ele dividia a ficha, seis, três, dois, eu falei: não, hoje eu vou fazer seis; vou fazer sete pé, até conseguir os doze par. Então aí não faço num dia, mas de um dia até... aquela história. Aí dá pra fazer e agora eu já nem sinto mais. Os meninos também acostumaram, né, eles às vezes faz até mais rápido do que eu. Aí eu começo, vou num certo ponto e eles: mãe, vai até no bico. Às vezes eu vou até no bico, às vezes eu vou até a metade, dependendo da costura. (Simone)

O pagamento por tarefas obriga as mulheres a trabalharem intensiva e extensivamente, haja vista o pagamento irrisório recebido por cada par de sapatos costurado e o significado que essa remuneração tem para a própria sobrevivência familiar.

A participação de outros membros da família no trabalho da costura manual é muito comum, como se revela também nesse depoimento. Mesmo se sujeitando a altas jornadas de trabalho, as costureiras necessitam da cooperação da família para conseguir cumprir as tarefas, principalmente nos períodos de maior demanda, envolvendo adolescentes e crianças⁴⁰. Desse modo, prolonga-se o tempo de trabalho das mulheres, assim como se usurpa o tempo de indivíduos que também aparecem ligados indiretamente ao trabalho da costura manual em domicílio.

A sandália eu dó conta de até 20 par por dia, mas assim, com a minha menina me dando uma mão, né. Que ela também sabe costurar, mas assim menina ocê já viu, ela não sabe pegar no serviço igual a gente, às vezes pára, tem que ir pra escola, aí eu tenho que tomar conta, né?(Caroline)

Os principais fatores que facilitam o emprego indireto da mão-de-obra infantil na costura manual de sapatos são:

- a costura manual significa execução de tarefas simples e de fácil aprendizado;
- os pais são mal remunerados, o que provoca a necessidade da renda proveniente da mão-de-obra dos filhos;
- é insuficiente, em Franca, o número de espaços e equipamentos públicos que poderiam servir de jornada complementar à escola, bem como o número de creches.

⁴⁰ “[...] se hoje tem um lugar, se tem um campo de produção da indústria de calçados que segura, que ainda permite que o trabalho infantil aconteça de fato, crianças de seis, sete, oito anos trabalhando é na costura manual.” (presidente do sindicato dos sapateiros -2008).

Advertimos que há uma incoerência gritante quando observamos a situação das creches. Devido à carência desse equipamento, um dos critérios para a seleção das crianças atendidas pelas creches é a exigência de que a mãe trabalhe fora do lar. Observa-se o descompasso: como em uma cidade onde o trabalho domiciliar está tão presente, as creches excluem as crianças cujas mães trabalham dentro do lar? Além de facilitar a inserção precoce da criança no trabalho, esse fato sobrecarrega as funções designadas à mulher e pode provocar acidentes com o material de trabalho envolvendo os filhos.

Ao mesmo tempo, trata-se de um trabalho informal, em que não há qualquer tipo de registro, o que dificulta ainda mais a situação das mães quando solicitam vagas em creches.

[...] o ruim de costurar sapatos é isso. Porque ó, ocê precisa panhá uma criança na creche, você não tem nenhum papel comprovando que você está trabalhando. Ou, eu cansei de ir ali na creche pra mim panhá minhas duas crianças, né? Ah não, você não tá trabalhando. Eu acharia assim, quem dá sapato pra gente costurar tinha né, de falar assim: tá trabalhando. Dá um papel pra gente levar. (Clarissa)

Em todas as entrevistas, as crianças estavam presentes, deixando o registro de suas vozes durante as gravações. As mães costuram sapatos ao mesmo tempo em que cuidam de seus filhos. Flagramos, inclusive, uma mãe costurando sapato enquanto amamentava seu bebê⁴¹.

Constata-se uma clara dificuldade em se separar o espaço e a emoção em cada papel que a mulher desempenha, como consequência da conjugação de tempos sociais que o trabalho precário em domicílio acaba exigindo.

Esse ritmo acelerado e intenso de atividades entrepostas acaba gerando situações de estranhamento da mãe em relação ao filho, já que este é percebido como um entrave ao cumprimento da costura de sapatos solicitada.

Que nem, eu tenho criança pequena, nossa, minhas criança pequena tem hora que você fica com a cabeça... Criança chorando, quer uma coisa e você vendo sapato pra costurar. (Clarissa)

Olha, cedo, eu levanto umas seis e meia, despacho meu menino pra escola e já começo. Aí eu termino ali pelas quatro e meia, mais ou menos, que esse negócio de parar, dá mamá, né? A vezes vai até cinco horas. (Aline)

A escassez de creches ou congêneres faz com que as mulheres prefiram trabalhar em casa, mesmo que em trabalhos informais, pois, assim, têm a oportunidade de, ao mesmo tempo, cuidar dos filhos. Desse modo, quando perguntamos qual o motivo de estar trabalhando na costura manual de calçados, Gabriela respondeu:

⁴¹ Veja foto no ANEXO A.

[...] é por causa que se for pra mim pagar uma pessoa pra olhar os dois, não compensa eu trabalhar fora, entendeu? E eu ainda não consegui creche. Então preferi ficar em casa mesmo, costurando sapato.

Do mesmo modo, Helena, 38 anos, disse-nos que mudaria de emprego, no entanto:

[...] eu não posso né, porque eu não tenho confiança de deixar meus meninos sozinho, por isso eu prefiro costurar sapatos pra cuidar deles.

Toda vez que você vai procurar uma creche, você não consegue vaga. (Clarissa)

Chinali (1997, p.140) acrescenta:

O trabalho a domicílio apresenta-se como o instrumento para compatibilizar a necessidade de renda com as responsabilidades de mãe, dona-de-casa e esposa. Assim fica claro que, para essas mulheres a introjeção dos “papéis femininos” e da idéia do salário complementar atuam no sentido de desestimular questionamentos às limitações de suas possibilidades como trabalhadora, dentre as quais a luta por equipamentos coletivos públicos.

Contraditoriamente, a costura manual impede que as mães cuidem de seus filhos da forma que elas mesmas desejam. A superposição e a justaposição das diversas jornadas compõem uma única jornada diária, no entanto, conturbada, longa e intensa. Uma maior atenção aos filhos é reivindicada pelas próprias crianças.

E tem vez que os meu menino vai na escola, eles chega, eu to ali ainda costurando sapato. Eles fala assim: mãe você não acabô ainda? Eu falo: não. Sabe, e ali você fica com aquela dor no corpo, com aquela indisposição. Se você levanta de manhã, você já pensa no sapato, aí eu tenho que acabar o sapato que eu tenho que entregar. (Caroline)

Desse modo, há um desempenho insuficiente do papel — demarcado pelo próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — dos pais, da sociedade e do Estado na socialização e educação das crianças e adolescentes, insuficiência essa responsável por inviabilizar o pleno desenvolvimento nessas fases peculiares da vida.

A costura manual não exige um trabalho qualificado, o que acrescenta mais uma característica ao perfil desse trabalhador: a baixa escolaridade. Das costureiras com as quais tivemos contato, apenas uma tem o segundo grau completo, permanecendo nesse tipo de trabalho principalmente para poder ficar em casa cuidando dos filhos. Seis (6) delas têm o ensino básico incompleto e três (3), o ensino fundamental incompleto. A pouca escolaridade restringe as possibilidades de conseguir empregos formais, melhor remunerados ou com uma jornada regular.

Mas nois já lutou tanto por essa melhoria de preço, mas não adianta, né, não adianta. A gente pega também porque a gente precisa. Igual eu, eu não consigo trabalhar fora não. Já tentei trabalhar. Esses dia eu até fiquei triste [...] era um serviço até que eu fazia, trabalhar em acabamento. Ele pediu pra eu ir lá na escola pedir, pegar a declaração. E eu não estudei, como é que eu

ia lá? Um pouco é a gente que não usa a cabeça quando é mais novo pra estudar né?(Tais)

Para atender as exigências dos banqueiros e, conseqüentemente, as das empresas, além de as costureiras se submeterem a uma extensa jornada de trabalho, o desenvolvimento da costura manual se dá num ritmo acelerado, em posições inadequadas, trazendo sérias conseqüências para a saúde dessas trabalhadoras. É consensual que o bem-estar físico e mental interfere no próprio prosseguimento do trabalho e que, quando a saúde não vai bem, compulsoriamente as atividades produtivas e domésticas cessam, influenciando no cotidiano das famílias, especialmente nas vidas das mulheres.

Tem vez assim, menina, que de manhã cedo quando você costura muito, as mão fica adormecida, sabe? [...] de manhazinha, assim quando você vai levantar cinco hora pra pegar no sapato assim, quando você começa a costurar os dedo tá tudo adormecido. Mas acho que é de cansaço do outro dia que você costurou muito. (Cristiane)

Ah, vai dando uma cansaço na gente. A vista cansa, começa a doer a vista. E começa a doer a mão, que eu tenho problema de tendinite, acho que é por isso que eu não consigo fazer muita coisa mais. Aqui ó, esse pulso dói, sabe?(Tais)

Ah, eu sinto muita dor na coluna. Aí eu fui em médico por causa disso aí. Ele falou pra mim que é de eu ficar sentada costurando.(Alessandra)

Uma vez furei minha perna com o furador, que eu fui furar com tanta pressa, né, pra acabar o sapato, furei minha perna [...] você tem que acabar, você fica com aquela ansiedade de acabar o sapato pra entregar o serviço pra você pegar de novo, que se não você fica sem também, né.

[...]

Nossa, aí você fala: acabei né, aí você fica livre. Mas aí você tem que tomar conta do serviço de casa, então é correria né. Então você tem que ter a mente muito assim, você tem que tá bem atento, se não você fica doente. Que é um serviço assim que ele toma o seu tempo, né?(Caroline)

Como em outros tipos de trabalho informal, não há licenças médicas, não há aposentadorias, não há afastamentos. O que existe é a importância material desse trabalho precarizado para cada costureira, o qual precisa ser executado a qualquer custo.

Julgamos relevante transcrever um trecho da entrevista com Tais:

P: Já houve algum dia em que você deixou e trabalhar porque suas mãos doíam?

Tais: Teve.

P: E aí, o que a senhora fez?

Tais: Tive que entregar tudo.

P: E dá problema?

Tais: Aí dá, né! Porque a pessoa vai falar: ah, mas deu o serviço e ela não fez! Arruma outra, né? A mulherada é tudo doída por causa de sapato.

3.2 A jornada de trabalho heterogênea

As costureiras têm dificuldades para precisar quantas horas por dia dedicam à costura manual de sapatos, haja vista que não existe uma clara delimitação entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico e familiar.

Pedimos que cada mulher descrevesse um dia normal de sua vida e destacamos alguns depoimentos:

Olha, eu só sei que eu começo às vezes seis horas da manhã e para só pra arrumar o almoço, já largo. Não, tem vez que nem almoçar eu não almoço, eu não tenho...não dá nem vontade de comer. Aí eu largo de almoçar e vou costurar e fico até a hora que eu acabar. Não tem hora pra acabar, às vezes, quantas vezes eu fico até uma hora da manhã costurando sandália. (Caroline)

Eu levanto, depois que eu dô café pros menino e tomo café também, aí eu pego sapato pra costurar, aí às vezes quando tem consulta, igual hoje ela teve consulta de manhã cedo. Aí eu levanto levo ela no médico primeiro pra depois voltar a costurar sapato. Paro pra fazer almoço, depois à tarde eu paro pra fazer a janta e dô uma limpada na casa e vou costurar de novo. Entendeu? Aí eu fico até umas nove, dez e meia, aí depois que eu vou dormir... (Gabriela)

Acordo às cinco, já vou fazer o café. Depois quando dá seis horas meu marido sai e eu já vou começar a chamar a molecada. Chamo primeiro a de 15, depois chamo o de 12, depois chamo o de 8. Depois eu venho na sala pra brigar com o de 18 pra ir trabalhar, que aquele lá é difícil de levantar. Depois eu já levo esse aqui pra escola. Volto da escola e já levo a outra pra Pastoral. Da Pastoral, eu já passo na fábrica, deixo o sapato e já traz o sapato e começo a fazer de novo. E depois eu paro pra fazer o almoço, porque eu ainda faço almoço que meu marido também é de almoçar em casa. Começo a costurar de novo até as cinco. Vejo novela, brigo com os meninos bastante, que eu sou bem implicante... Tem dia que é nove e meia, dez horas, já tô deitada.(Helena)

E já faço café, já arrumo a mesa dos menino pra tomar café e já sento ali e vou até onze horas. Aí paro pra dar banho neles, dou almoço, boto na escola. De novo, aí paro só às cinco e pouco pra levar o sapato, que aí eu tenho que acabar esse horário. Cinco hora quer dizer, e já pego os menino, aí quando já chego, vou fazer a janta pros meninos, dou a janta pros meninos, janto, aí volto de novo a costurar, aí ali vou até onze, onze e meia da noite. (Daniela)

Meu horário normalmente é seis hora da manhã, quinze pras seis, café da manhã, chama ele pro serviço, seis e meia começa a chamá a menina que vai pra escola, chama as meninas que agora tão fazendo serviço, tem que começá cedo. Sete hora chega essa menininha [Simone trabalha também cuidando de duas crianças] é, aí, quando às vezes não dá tempo da mãe trocar, eu troco, dô banho, dô mamadeira, ela costuma dormir outra vez. Quinze pras oito chega o menininho, né, e esse já chega arrumado, de café, banho tomado, e aí eu vô pra costurá sapato. Costuro, paro, tomo conta da menina, bato roupa, largo o sapato, vô lá, boto roupa no varal, é dez horas eu

paro, dou almoço pra eles, pros dois e já começo o meu. É que pra eles é que são pequeno, eu costumo fazer, é, não papinha, mas uma sopa, uma coisa mais caldeada pra eles, e já vô preparando o meu. Pros meus, pros que vão sair e pros que estão chegando. Aí quando é esse horário assim, entre meio dia, entre dez horas, até uma hora, eu fico praticamente por conta disso, de despachá menino, de almoço, né? Aí, depois do almoço, os menino costumam me ajudá a arrumá a cozinha, as menina saem pro serviço meio dia, e aí eu fico só com uma à tarde e com a que eu pajeio, é, um meu e o que eu pajeio. Aí ajuda a arrumá a cozinha, ajuda a olhar o outro, aí eu vô acabá o sapato quando tem pra acabá, quando não tem, aí eu vô limpá a casa, lavá roupa, roupa passada à noite, né, às vezes as menina de final de semana passa. E, aí quando é cinco hora eu paro pra dá banho no que tá indo embora, né, e prepará a janta, né. E o sapato o que não terminô com o que veio duas horas aí é que eu sento, vô costurá, assistindo uma novelinha, escutando a meninada falá o dia da escola, e aí vai até dez, onze da noite, dependendo, esperando as duas chegarem da faculdade, né, também, que eu espero todo dia. Vem de ônibus, às vezes vem, tem alguns menino que moram por aqui que vai de carro também, às vezes vai de carro, aí trazem elas. Elas chegam, quando vem de ônibus, costuma chegar entre onze e vinte, onze e meia, aí banho, cama, pra seis hora da manhã tá em pé começando tudo de novo. (Simone).

Podemos verificar, nas falas reproduzidas acima, que a composição do tempo para as mães que trabalham na costura manual é dada por uma jornada de trabalho heterogênea e densa, ora desempenhando trabalhos do lar, ora a costura manual de sapatos, ora os dois, concomitantemente. No fim de semana, a tendência é trabalhar ainda mais, ferindo-se o direito ao descanso semanal remunerado conquistado pelos trabalhadores. Observe:

Sábado, quando, principalmente assim, quando eu to precisando de dinheiro, que tá pra fechar a quinzena que tem um pouco mais de sapato, então geralmente a gente pega um pouco mais, né: três, quatro ficha na sexta-feira. Aí sábado quatro horas da tarde eu paro, vou pra igreja [...]. E aí oito horas eu chego, faço um lanche pros menino, e aí costuro mais um pouco. [...] Domingo, levanta um pouquinho mais tarde, mas sempre acaba tendo aquele sapato, mas aí é mais o período da tarde que a gente pega. Deixa os menino dormir um pouco, né, então depois do almoço, duas, três horas aí reúne aqui na sala assistindo televisão mandando brasa, até oito, nove horas da noite. (Simone)

Como vimos, à noite, as mulheres também costuram sapatos, para dar conta de cumprir as tarefas. Nesse horário, o trabalho se torna mais difícil, uma vez que exige muita atenção e maior esforço dos olhos.

Ontem eu fui parar de costurar sapato já era meia noite e meia, porque hoje eu tinha que entregar sapato hoje cedinho, às sete e meia já tinha que entregar sapato. (Clarissa)
Quantas vezes eu não pus uma lâmpada aqui ô, de cem vela, de duzentas vela, aqui ó pra mim poder enxergar pra costurar e vareei quase uma hora da manhã e tinha que acordar no outro dia cedo, entregar e pegar mais.
[...]

E quantas vezes eu falava: Maria, eu não posso costurar sapato preto, porque eu não dô conta de noite. Aí ela: ah, mas só tem essa ficha, você tem que costurar. Fazer o quê? Tem que costurar. (Caroline)

Quando tem, costura até a noite se for preciso. (Daniela)

No estudo de Ricci (1985) sobre as mulheres que trabalham em olarias, a pesquisadora conceituou diferentes modalidades de jornadas de trabalho: jornadas justapostas e jornadas superpostas. As jornadas são superpostas quando há a realização simultânea de jornadas de trabalho, exemplo: a produção de tijolos, a socialização dos filhos para a vida e a socialização dos mesmos para o trabalho. Já as jornadas justapostas são aquelas em que se tem a intercalação entre a jornada de trabalho doméstico e a própria jornada superposta. (RICCI, 1985, p. 272). De acordo com a autora:

A noção de dupla jornada deve ser aplicada com o cuidado de explicitação de que as duas jornadas se intercalam no decorrer do dia, ou melhor, há uma jornada ora intercalada ou justaposta, ora superposta, não uma dupla jornada. A jornada superposta, em que o papel de produtora é realizado concomitantemente com o de reprodutora é, conseqüentemente, mais densa. É uma jornada potenciada. (RICCI, 1985 p. 259, grifo da autora).

Acreditamos que, dessa maneira também se dá o trabalho em domicílio em Franca, no qual as mulheres, estrategicamente, combinam, num mesmo espaço e tempo, o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo. A jornada heterogênea é representada por jornadas que se *justapõem* ou mesmo se *superpõem*, isto é, consistem em combinações cotidianas das jornadas de trabalho doméstico (cozinhar, limpar a casa), de costura de sapatos e de cuidados e socialização das crianças.

Verificamos que a costura manual realiza-se também em outros espaços diferentes do domicílio⁴². O fácil transporte dos materiais necessários para o desempenho da costura manual deve ser considerado como um fator importante, que permite compatibilizar esse trabalho com outras atividades. Portanto, as mulheres costuram sapatos, sentadas nas calçadas, quando caminham pelas ruas, nas filas de espera dos postos de saúde, nas reuniões escolares dos filhos e nas reuniões dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS). De tal modo, o tempo de trabalho está presente nas diversas (ou em todas) frações de tempo que compõem o cotidiano dessas mulheres.

Avaliamos que qualquer tipo de trabalho produtivo, normalmente, ocorre na esfera pública — isto é, dentro das fábricas. No entanto, com relação à costura manual de

⁴² Fotos no ANEXO A.

calçados, essa ocupação desloca-se para a esfera privada e, ainda, em alguns momentos, o mesmo trabalho também invade esses outros espaços públicos.

A separação entre espaço e tempo de trabalho e de vida, sob a ótica do capital, é adequada à elevação da produtividade nos setores em que a sofisticação tecnológica se impõe. Nas atividades manufatureiras submetidas ao capital, como na produção de roupas e bordados a domicílio, ou mesmo nas olarias, a não-separação, a contigüidade é solução ideal para a reprodução capitalista. É solução que, aliada ao caráter clandestino das atividades (tanto na produção de roupas e bordados quanto na olaria) garante ao capitalismo a apropriação de grandes massas de valor e sua reprodução a baixo custo. (RICCI, 1985, p. 265, destaque da autora).

Em seu depoimento, Cristiane revela que, quando ocorrem reuniões de pais na escola de seus filhos, ela leva consigo o sapato para ser costurado.

Eu levo junto menina. Tá lá costurando e escutando o que o professor tá falando. É mas a professora não liga. Nesse ponto, o professor fala assim, que não importa porque a pessoa está trabalhando, tá dando ouvido no que elas ta falando, você entendeu? Ué, porque é o serviço que eu tenho, aí eu levo e já vou adiantando, entendeu? Eu chego aqui em casa, quer dizer, o que eu levei eu já adiantei, né?

Durante as reuniões do CRAS:

Leva o sapato, e as outras menina que tem a reunião como nois, também. Você pode perguntar pra Craudia, todas levam também. A hora de fazer alguma atividade que a Craudia dá atividade pra gente fazer, a gente para com o sapato e vai fazer o que ela manda. (Cristiane)

Caroline, 38 anos, explica como faz para ir a uma consulta médica na Unidade Básica de Saúde do bairro:

Vou costurando. Às vezes, tem consulta no UBS, eu ponho ele [sapato] na sacola e vou costurando. Ih, já aconteceu muitas vezes... Que é, você não pode, às vezes você tem uma consulta marcada, você não vai falar: ah, vou deixar o sapato em casa. Então, você já vai ali, não vai perde o tempo, né, você vai ganhar tempo costurando e ganhando seu dinheirinho, né? Então, é, você tem que aproveitar o tempo que você tem né, você tá esperando, então você tem que ir costurando e ali você faz três, cinco par.

Torna-se interessante observar, na fala acima, que trabalhar o tempo todo significa, nesse universo, ganhar tempo. Na essência, isso é ter mais tempo para o trabalho e perder mais daquilo que poderíamos designar – ainda que equivocadamente – de tempo livre⁴³.

“[...] a costura do calçado absorve grande parte do dia-a-dia dessas mulheres, as quais passam a viver em função da costura, restando pouco tempo para se dedicar às demais

⁴³ Nós não reconhecemos que haja de fato um tempo livre. Durante toda pesquisa, preferimos utilizar o termo “tempo de não-trabalho”.

tarefas como o lazer e o convívio social.” (GUIRALDELLI, 2006, p. 183-184). Um dos sujeitos da pesquisa de Guiraldelli (2006, p. 183) deu o depoimento de que:

Porque nesse serviço aqui é assim, levanto com o sapato na mão, deito com o sapato na mão, só largo o sapato pra pegar o prato. Não pode sair pra lugar nenhum. Depende do tanto de sapato eu tenho mais. Às vezes eu vou até umas 21:00, 22:00, mas quando é sapato preto eu vou até umas 17:00 porque eu não enxergo mais pra enfiar a agulha. Eu faço mais ou menos uns 12 par por dia, tem uns que é muito ruim eu não faço nem 6. Eu trabalho umas 10 horas por dia. Geralmente eu trabalho final de semana, eu não saio pra lugar nenhum, quando eu ia na cadeia ver meu filho aqui no domingo eu não pegava sapato, agora eu pego.

O tempo de trabalho produtivo é regulado pelo número de peças a serem costuradas. Quando a demanda aumenta e o banqueiro pode fornecer maior número de sapatos para a trabalhadora domiciliar, a mulher acaba assumindo a responsabilidade por uma quantidade de ficha maior; a mãe, com a ajuda da família, é compelida a executá-lo, pois o descumprimento pode acarretar a suspensão dos repasses, trazendo problemas financeiros às famílias.

O estudo do orçamento de tempo da costureira manual revela a sujeição de todos os tempos sociais ao tempo de trabalho produtivo. O tempo de trabalho produtivo é o tempo que predomina e, também, o tempo que influencia o desempenho de todos os demais tempos sociais, inclusive o do próprio tempo de trabalho doméstico.

O ritmo acelerado de trabalho das costureiras revela uma dificuldade para a própria reprodução da trabalhadora, pois não há tempo suficiente para a saúde, para a educação, nem mesmo para a alimentação.

Quando perguntamos se Caroline tinha tempo para descansar, a costureira respondeu:

Pára só pra fazer almoço e tomar uma aguinha e olha lá. Tem vez que eu, eu sempre assim, eu sento até lá na calçada debaixo de uma árvore na sombra, ali você fica o dia inteiro, tem vez que você nem lembra de tomar uma água, de comer nada. É, você tá ali, você quer acabar o serviço, você quer ganhar o seu [...]

[...] sempre só assim, dedicando na casa, sapato, casa, sapato, aquela rotina, sabe?[...] Não dá tempo pra nada. Você sempre tem que tá ali costurando, a não ser que igual agora faltou, não tem sapato, aí você tem que aproveitar a oportunidade, né. Porque se fosse sapato assim direto de fábrica já não tinha mais. Já tinha é que ficar pensando só no sapato.

[...] quando ocê tá costurando, você quer sabê, você não tem tempo nem pra banho. (Caroline)

Não, porque enquanto não acaba, não tem jeito de parar. Que se você parar pra descansar, você atrasa a ficha, aí se você não pega uma ficha no outro dia... Aí é uma ficha a menos pra você receber na quinzena, então não pára. (Gabriela)

A exploração do trabalho produtivo existe e outros tempos sociais são, com dificuldades, conseguidos. Cuidados com a saúde, com a educação, com a cultura, com a participação política e comunitária ou outros tipos de convivência social e familiar são escassos num tempo conturbado, num tempo de vida caracterizado pela hegemonia do tempo de trabalho sob os demais.

De acordo com Chinali (1997, p. 147, destaque da autora):

Ainda analisando as condições gerais de vida das trabalhadoras entrevistadas, consideramos relevante focar a realização pessoal, o 'usufruir do mundo', como um pressuposto da capacidade de intervir na construção desse mesmo mundo, isto é, da participação seja ela cultural no sentido mais amplo, seja no plano da atividade sindical e da política [...]. [...] as limitações que aí identificamos são as de ordem econômica ou com elas relacionadas, como é o caso da disponibilidade de tempo.

Vale a pena observar que, devido à irregularidade da demanda pela costura manual, quando ocorre a diminuição do número de calçados demandados à costura ou quando ocorre a total suspensão dos repasses, as mães aparecem ociosas. Já quando a demanda pela costura manual de calçados aumenta, a tendência é de que as costureiras aproveitem o período para pegar mais tarefas, ainda que tenham que prolongar a jornada de trabalho produtivo, pois, desse modo, conseguem um aumento na renda familiar.

Contudo, apesar de, na maior parte do ano, as costureiras trabalharem na costura manual, a sazonalidade desse trabalho desencadeia, além de uma renda muito variável, um orçamento do tempo inconstante. Helena conta que ficou três meses ou mais sem costurar recentemente, e quando perguntamos o que ela faz quando isso ocorre, ela responde:

Nada, fico deitada de dia.

Perguntamos o que ela faria se tivesse mais tempo de não-trabalho, se conseguisse fazer, em uma hora, todo o serviço de costura demandado:

Você sabe que eu ia ficar perdida, porque eu já acostumei tanto trabalhar que quando eu fico parada eu fico perdida, aí eu não consigo fazer nada. Que eu já acostumei levantar e pagar no meu sapato. Já acostumei com aquela rotina já. Quem é acostumada a trabalhar não consegue parar, né. Se eu parasse ia ficar perdidinha de tudo. (Helena)

O trabalho produtivo se traduz numa atividade compulsória e estritamente necessária, na medida em que é impensável qualquer prática que não esteja ligada a ele, seja pelo "sentido" que dá à vida das trabalhadoras, seja porque estas precisam de dinheiro. Simone responde à pergunta acima da seguinte forma:

Ah, eu ia pegar mais sapato. Ah, ia pegar mais. [...] É devido ao dinheiro. Se em uma hora você faz, pô, então eu tenho três horas, então vamo pegar trinta e seis, né. [...] É um dinheiro que como diz o outro, tem mantido a casa ultimamente tem sido esse dinheiro [...].

O depoimento das costureiras nos permite concluir que, diante da maneira como vem sendo realizada a costura manual nos domicílios, é raro o tempo para outras atividades que não seja o desse trabalho.

Então, durante a semana é impossível sair, impossível. Chega no domingo, principalmente quando a gente tá precisando de dinheiro, então tem de costurar o sapato que vai fechar a quinzena, então já programa, preciso de tanto, então preciso costurar tanto, entendeu? Então a gente fica...

[...]

Aí gostaria de fazer umas visitas pras amigas, sabe? Pros parente, passear, sabe? Nossa senhora! Sair, falar assim: não, vou no shopping! Mesmo que não fosse pra comprar, mas assim, ir no shopping passear, ir no centro vê as loja. Final de ano, minha filha, quem falou que eu saí? Os meninos falou: vamo vê o centro, vê o Papai Noel? Que vê Papai Noel o quê, tem que trabalhar, sabe?

Final de ano geralmente tem muito né? Então eu sei que é aquilo: chega janeiro, fevereiro não tem nada, né? Então, nem tanto guardar dinheiro pra janeiro e fevereiro, mas pelo menos pra por as conta em dia, você entendeu? E, pra começar o ano pelo menos sem conta, sem dinheiro, mas também sem conta. (Simone)

Quando perguntamos para Daniela se ela possui tempo para reservar as atividades relacionadas a outras partes da vida social, a mesma afirma que sim, que sobra tempo para realizar tudo que sente vontade ou tem necessidade fazer. Porém, observe sua fala:

Ah, sobra! Porque quando eu quero ir na minha irmã eu levo o sapato que tiver costurando [...] Então, se eu falar que vou sair, os menino fala: vamo mãe! Eu pego sapato ponho dentro da sacola e vô, dá sim.

Conforme as declarações da costureira, há tempo para praticar outras atividades que não sejam a do trabalho produtivo. No entanto, vemos que, quando diz isso, ela considera, automaticamente, que a outra atividade deve ser realizada simultaneamente com a da costura manual. O trabalho produtivo se faz tão presente e intrínseco no cotidiano delas, que nem sequer notam a ausência de um tempo social totalmente livre (independente) da costura manual, um tempo ao qual elas possam entregar-se integralmente.

De modo semelhante, Clarissa faz visitas aos vizinhos:

[...] tem vez que eu gosto de ir na Helena. Essa outra menina que tava aqui também, vou na casa dela mas costurando, sabe? (Clarissa)

Analisando o que as próprias costureiras relatam, pode-se constatar que a costura manual, ao contrário do que elas afirmam, minimiza outros tempos sociais, misturando-se

com esses tempos. Quando é inviável a compatibilização do tempo de trabalho produtivo com outro tempo social, este último sempre entra em desvantagem na disputa com o primeiro.

Tem vez que eu falo assim: vô costurar sapato, vô deixar pra costurar mais tarde que eu vô na missa hoje. Mas chega na hora, tem tanto sapato vô costurando e perco a hora. (Daniela)

Tem que acabar e só daí ir na igreja. Daí eu vou no domingo, porque daí no domingo você pode deixar o serviço pra terminar na segunda-feira de manhazinha que ele só vem pegar meio dia e meio, né. Aí eu deixo o restante. Agora esses dias que não tá tendo, aí nois vai frequentemente na igreja, porque aí a gente tem que aproveitar, né. (Cristiane)

Nem mesmo práticas passivas, como assistir televisão, as costureiras conseguem fazer livre do trabalho da costura manual.

Ah, pra ver televisão e vejo né, porque às vezes eu ponho, eu sento pra costurar vendo televisão se eu quero vê a imagem dá pra ver um pouquinho sim, mais eu escuto. (Daniela)

Clarissa mora em Franca há dois anos e quatro meses (na data da pesquisa). Ela tem depressão e, constantemente, não consegue dormir, sente vontade de ficar andando pela casa. Perguntamos por que não vai ao médico:

Ah porque aqui é poucos lugar que eu sei ir, né? E sabe, ai junta filho, serviço. Porque eu, eu não posso depender só do meu marido, porque meu marido é usuário [de drogas], sabe? Eu tenho que trabalhar pra ele e pra mim. Tem vez que ele pega o pagamento dele, mês passado ele deu cem reais pra mim ir no mercado. A minha salvação é que eu tava costurando, eu tinha um dinheirinho. Porque eu tenho medo que um dia eu vou voltar no médico e ele fala assim: você vai ter de fazer seus tratamento, daí eu tenho de ir e daí? Eu não posso deixar meus filhos passar fome. (Clarissa)

A situação econômica das famílias exige medidas que vão trazer respostas a curto prazo. Por isso são tão comum situações como essa, em que o trabalho produtivo, enquanto um meio de obter o dinheiro, torna-se mais importante que a própria manutenção da saúde da trabalhadora e, até mesmo que a restauração da saúde - como no caso apresentado. Helena faz tratamento de saúde, segundo ela, para o estomago e para vesícula, porém:

A minha obrigação era ir a cada 15 dias, mas eu vou uma vez por mês. Falta de tempo do sapato. (Helena).

Que às vezes você tá pensando que tá ganhando e não tá. Ali você ta perdendo seu tempo às vezes. Às vezes você ta largando o seu serviço pra trás e você perde até consulta, de levar seu filho no médico pra acabar o seu sapato. (Caroline)

As famílias necessitam resolver situações emergenciais, destinando todo tempo suficiente a um trabalho capaz de gerar alguma renda, de aliviar privações econômicas essenciais para a manutenção da vida de seus componentes.

Por outro lado, a longa jornada de trabalho produtivo suprime outros tempos sociais, provocando alterações no próprio cotidiano das famílias e, especialmente, no papel assumido pela mulher dentro do lar:

Ó, a minha vida é todo dia eu fazia bolo pras crianças. Eu não comprava pão assim de mercado, de jeito nenhum, mas você não tem mais tempo. Male má você tem tempo de fazer um arroz com feijão. Uma carne, se você fazer na janta, se sobrar pra você comer no almoço, come... se não... sabe assim? É muito corrido. [...] Se pegou tem que dá conta. (Clarissa)

As conseqüências que o descumprimento da cota diária de costura de calçados pode trazer para as famílias obrigam a uma maior dedicação à costura manual e, assim, impedem que outras atividades possam ser desempenhadas.

[...] eu preferia trabalhar fora, mas não tem como, por causa dos meninos. Então, eu costuro em casa. Mas eu queria fazer um curso no começo do ano de culinária, não pude fazer por causa do sapato. Porque se não ia ter que parar de costurar. (Gabriela)

Quando afrontam as rígidas jornadas de trabalhos doméstico e produtivo, as costureiras não conseguem deixar de se preocupar com as tarefas que estão aguardando-as. Clarissa fazia um curso de culinária aos sábados:

Era das sete as dez, mas você tava ali no curso... mas com a cabeça: eu tenho de ta em casa pra costurar sapato. Daí eu chegava, minha filha já tinha dado uma limpadinha na casa e eu ia costurar sábado e domingo. (Clarissa)

Aqui agora se eu tivesse conversando com você aqui, eu tava numa ansiedade pra parar, que eu tinha que acabar. (Tais)

Os outros tempos sociais são raros para essas trabalhadoras e podemos avaliar que a vida delas restringe-se ao tempo e espaço do trabalho, provocando situações de conformismo, que refletem a não concepção de uma sociedade sem a escravidão do trabalho capitalista.

Já acostumei tanto que fico aqui sentada aqui. Sai pra levar o menino na escola, pra poder buscar, igual eu falei: pra levar o sapato, pra trazer outro... (Helena)

Imaginando uma situação de trabalho da costura manual, em que elas conseguiriam cumprir num tempo menor as tarefas suficientes para gerar a renda necessária para suas famílias, o que as mulheres iriam fazer com o tempo que seria liberado?

Ah, eu ia fazer um bolo pro meus filhos comer, e ter mais tempo pra eles, né? Tem hora que eles vêm chegando você dá um tapa e fala: vai pra lá, depois a mãe vê o que você quer.” (Clarissa)

Ah, eu ia curti meus filho, né? Ia curti eles. Porque eu acho que falta tempo pra mim curti eles. Que é tudo corrido, né?É tudo corrido... Aí sempre falta um pouquinho de tempo pra ficar com eles. (Alessandra)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o tempo de trabalho, mais especificamente com relação ao tempo que dedicamos ao trabalho produtivo, diz respeito à vida de todos os trabalhadores, perpassando fundamentalmente a noção de uma sociedade sustentada no trabalho abstrato.

Observamos, por meio desse estudo, o emprego estratégico do uso intensivo e extensivo da mão-de-obra pelo capital, na tentativa de eliminar todos os poros da produção e ampliar a jornada de trabalho, como princípio indissociável do capitalismo, para a produção da mais-valia. Reduzindo os poros da produção, os tempos mortos, e/ou estendendo a jornada de trabalho, o capitalista consegue o aumento relativo ou absoluto do *tempo de trabalho excedente* — fração do tempo de trabalho encarregada de produzir mais-valia. Com isso, fica patente que o interesse crescente do capital em obter vantagem na composição da jornada de trabalho está em sintonia com o imperativo de lucratividade que esse modo de produção contém.

Podemos considerar que, atualmente, a apropriação do tempo de trabalho produtivo realizada pelo capital dá-se de forma mais densa, seja para os trabalhadores centrais, seja para os trabalhadores periféricos, tendo em vista o maior aproveitamento da dimensão cognitiva do trabalho e o aumento do seu ritmo — que provocam uma crescente intensificação do trabalho — e também a utilização do recurso da ampliação da jornada de trabalho.

Na costura manual de sapatos em Franca, vimos que o baixo valor pago por cada tarefa executada força as mulheres a trabalharem num ritmo acelerado e por um longo período, pois apenas desse modo conseguem remunerações razoáveis. Considerando que o *tempo de trabalho necessário* é o tempo correspondente ao salário pago às trabalhadoras, nota-se a desvalorização da força de trabalho dessas mulheres, tratando-se de um tempo reduzido e que não consegue garantir a reprodução dessa mão-de-obra e de sua família. Para tanto, é importante a inclusão de outros membros familiares em processos de trabalho, de maneira que se torne possível a manutenção da própria família. Assim, a referida extensa jornada de trabalho se decompõe em um *tempo de trabalho necessário* curto e um *tempo de trabalho excedente* longo.

De acordo com a pesquisa realizada no setor calçadista, o caráter domiciliar da costura manual é relevante tanto para a escolha desse trabalho, quanto para a própria manutenção das mulheres nesse trabalho de jornada irregular e extensa.

No trabalho domiciliar, a mulher não precisa abandonar suas funções de socializadora dos filhos e trabalhadora doméstica. O trabalho desenvolvido no domicílio significa, para as mulheres, a possibilidade de se conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo. Esse fato nos leva a refletir sobre a divisão sexual do trabalho, que o trabalho a domicílio nos moldes de Franca, além de manifestar, acaba reforçando essa divisão.

A escolha e a manutenção da trabalhadora em trabalho precário ocorrem com base na posição reservada às mulheres dentro do lar, a respeito das características femininas forjadas historicamente. É evidente que, quando as responsabilidades domésticas e familiares são conferidas exclusivamente às mulheres, as mesmas são impingidas a preferir modos de trabalho produtivos mais flexíveis com relação ao tempo e também ao espaço.

Fazemos uma ressalva de que, para minimizar os efeitos dessa divisão sexual do trabalho, o Estado tem um papel fundamental, quando oferece equipamentos coletivos suficientes. Em Franca, é inegável o déficit desses espaços públicos, até mesmo com relação ao número de creches.

As condições materiais das famílias estudadas, somadas à divisão sexual do trabalho e à negligência do Estado, consolidam um contexto propício para a conformação, por parte das costureiras, com a forma precária como se define o trabalho da costura manual de calçados em Franca.

Na maior parte do ano, as mães costuram sapatos, porém, não podemos deixar de observar que essas trabalhadoras convivem com a oscilação de situações extremas, ora de ofício, ora de ócio, provocadas pela irregularidade desse trabalho terceirizado informal, no qual as costureiras estão submetidas, sem qualquer proteção, aos interesses das fábricas de calçados. Contudo, a instabilidade da atividade da costura manual altera a distribuição dos tempos sociais, subordinando todos esses tempos à existência ou não do trabalho.

Em síntese, na costura manual de calçados em Franca, a mulher é mantida dentro do lar, com as mesmas responsabilidades de dona-de-casa, acrescida de responsabilidades de trabalhadora produtiva, devendo cumprir a cota de serviços num prazo estipulado e, para isso, recebe uma remuneração irrisória.

Assim, juntamente com a jornada de trabalho produtivo, estão concentradas outras jornadas, podendo ser concomitantes ou contínuas, razão pela qual chamamos de uma jornada heterogênea de trabalho. Por exemplo, as mulheres costuram sapato ao mesmo tempo em que cuidam dos filhos e interrompem essa jornada superposta para iniciar a jornada de trabalhos domésticos. A jornada heterogênea combina aleatória e estrategicamente as jornadas de trabalho doméstico, de cuidados e socialização dos filhos e de costura de sapatos,

configurando um tempo total de trabalho longo e denso, absolutamente funcional para lógica do capital.

Mais que isso, por ser uma ocupação que não tem instalações adequadas, e cujos meios de produção juntamente com os objetos do trabalho, podem ser transportados facilmente, a costura manual acompanha a rotina da mulher, inserindo-se em diversos espaços sociais. A costureira trabalha enquanto caminha pelas ruas do bairro, nas filas de espera dos postos de saúde, durante as reuniões escolares e dos CRAS e na casa de vizinhos, amigos e familiares.

No entanto, verificamos que, quando é incompatível a realização de alguma atividade com a do trabalho produtivo (simultaneamente ou não), a costura manual sempre aparece como prioridade, comprometendo a vivência dos demais tempos sociais. Assim sendo, mesmo quando não está invadindo os outros tempos sociais, o tempo de trabalho influencia seu desempenho.

Devido às necessidades materiais das famílias, o tempo destinado à costura manual é um tempo imprescindível e, como o valor equivalente a cada par de sapatos costurado é irrisório, a mulher prolonga sua jornada de trabalho produtivo, porque assim consegue costurar uma quantidade maior de calçados, conseqüentemente, ficam intensificadas as condições de exploração da força de trabalho. Dentro desse processo, há a hegemonia do tempo de trabalho em relação ao demais tempos sociais. As vidas das trabalhadoras são preenchidas pelo tempo de trabalho, responsável por comprimir os outros tempos sociais.

No cotidiano dessas mulheres, os tempos sociais, como o de saúde, educação, cultura, convivência familiar e social, e participação política e comunitária são escassos, desconsiderando-se necessidades humanas e sociais. Quando existem, esses tempos se dão de forma conturbada, mesclando-se com o tempo de trabalho ou de forma reduzida. Os tempos sociais apresentam-se muito distantes da concepção definida no item 1.1 do presente trabalho.

A reivindicação por um tempo maior de não-trabalho implica a luta pela regularização do trabalho domiciliar em Franca, estabelecendo, por meio de convenção coletiva, um padrão de contratação das costureiras, com uma jornada de trabalho fixada e remunerada conforme o piso salarial da categoria dos sapateiros. A partir disso, a costura manual deslocar-se-ia da posição de invisibilidade e outras lutas poderiam ter êxito, como por exemplo, demandaria o posicionamento do Poder Público e da sociedade com relação a vagas nas creches do município.

A discussão sobre os tempos sociais deve abarcar também pontos fundamentais da questão de gênero que trata da construção histórica, social e cultural das categorias

masculino e feminino. Inicialmente, as frações de tempo destinadas ao desempenho do trabalho doméstico e familiar devem ser repartidas equitativamente entre mulheres e homens.

Numa abordagem mais profunda, acreditamos que a prática profissional do assistente social deve incluir reflexões críticas sobre a questão da distribuição e composição dos tempos sociais, de modo a subsidiar a vontade coletiva por uma nova sociedade, na qual os tempos sociais não estejam ligados a objetivos imediatistas ou à práticas superficiais, mas vinculem-se a um tempo verdadeiramente livre, capaz de garantir a autonomia sobre uma vida que seria de cada um de nós.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas: uma revisão da literatura recente. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; SORJ, Bila. **O trabalho invisível**: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARBOSA, Agnaldo de Sousa. **Empresário fabril e desenvolvimento econômico**: empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado: Franca, 1920- 1990. 2004. 285 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2004.

BERNARDO, João. Depois do marxismo, o dilúvio? **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 43, p. 393–412, dez. 1992.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. Tradução de Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998.

BORGES, Ângela; GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da região metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.

BRAGA, Alice Morais. **O lugar da infância na reestruturação produtiva**: crianças que trabalham na costura manual de sapatos em Franca/SP. 2005. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

BRAGA FILHO, Hélio. **Globalização em Franca**: a reorganização industrial e economia informal. 2000. 266 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Franca, Franca, 2000.

CANÔAS, José Walter. **Nas pegadas do sapateiro**: 65 anos dos STIC - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados. Franca: Ed. UNESP-FHDSS, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHINALI, Israild Giacometti. **“De volta ao lar?”** trabalho feminino e globalização. 1997. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

CINTRA, Soraia Veloso. **A passos lentos**: o percurso das mulheres operárias na indústria de calçados de Franca: discriminação ou indiferença?. 2003. 142f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Jinkings, 1998.

D’ATRI, Andrea. **Pão e Rosas**: identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo. Tradução de Marina Fuser e Miriam Rocco. São Paulo: Edições Iskra, 2008.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Tempo, trabalho e gênero. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; SOARES, Vera. (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DE MASI, Domenico. (Org.). **A sociedade pós-industrial**. 3. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

DEL ROIO, José Luiz. **1º de maio**. São Paulo: Global, 1986.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DRUCK, Maria Graça. **Terceirização**: des (fordizando) a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, Celso 2005.

FORD, Henry. **Os princípios da prosperidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1967.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução de Celso Azzan Jr. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução de Ângela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GUIRALDELLI, Reginaldo. **Ser negra na precariedade das relações de trabalho**. 2006. 234 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 17/18, p. 139-156, 2001/2002.

_____.; MARUANI, Margaret. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Ed. Senac, 2003.

_____. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres – um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; SOARES, Vera. (Org.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

HOBSBAWN, Eric John. **Os trabalhadores: estudo sobre a história do proletariado**. Tradução de Marina Leão T. V. Medeiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 1999.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil 1990-2005**. 2007. 345 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

LAFARGUE, Paul. **Direito à preguiça**. 2. ed. São Paulo: Ed. Unesp: Hucitec, 2000.

LARA, Ricardo. **As determinações e manifestações do trabalho precário**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, SP, 2003.

_____. **As determinações do trabalho (in)visível**. 2005. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média: tempo, trabalho e cultura no ocidente**. Tradução de Maria Helena de Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1980.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTNELLI, Maria Lúcia. (Org.) **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. 1.

_____. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. v. 1-2.

_____. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006a. v.1.

_____. **O capital: crítica da economia política: o processo de circulação do capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006b. v. 2.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. Desempregados e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Anuário Estatístico RAIS**. Disponível em: <<http://anuariorais.caged.gov.br/index1.asp?pag=emprego>>. Acesso em: 9 dez. 2008.

MOTA, Ana Elizabete. (Org.). **A nova fábrica de consensos: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NAVARRO, Vera Lúcia. **A produção de calçados de couro de Franca (SP): reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, SP, 1998.

_____. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens à reestruturação produtiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (Org.). **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 2000.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, Eurenice de. **Toyotismo no Brasil**: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Alínea, 2000.

_____. **Shopping center**: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

RICCI, Teresina D'Aquino. **Trabalhadoras do barro**: oleiras e olheiras: um estudo de relações de gênero. 1985. 332 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 1985.

ROLANT, Michel. Trabalhar menos e viver melhor. In: GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

RUAS, Roberto. Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, Alice R. Paiva; SORJ, Bila. (Org.). **O trabalho invisível**: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1993.

RUSSEL, Bertrand. **O elogio ao ócio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

_____. Forças de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas**: Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 8, p. 95-109, 1985.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001.

SANTOS, Ariovaldo. Redução de jornada de trabalho e sindicalismo: nos limites do propositivo. In: BATISTA, Roberto Leme; ARAÚJO, Renan. (Org.). **Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI**. Maringá: Praxis, 2004.

SILVA, Josué Pereira da. **Três discursos uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo-1906/1932**. São Paulo: ANNABLUME : FAPESP, 1996.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA. **Resenha estatística**. Disponível em: <http://www.sindifranca.org.br/arquivos/1227522002_Resenha-Estatistica-Outubro-2008.xls>. Acesso em: 12 dez. 2008.

SINGER, Paul Israel. **Economia política do trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista**. São Paulo: Hucitec, 1977.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios da administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. 2. ed. Barcelona: Critica, 1984.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.

TOMAZINI, Maria Lúcia Vannuchi. **A mulher na fábrica de sapatos: trabalho e gênero na indústria calçadista de Franca (SP)**. 2003. 313 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2003.

TOSI, Pedro Geraldo. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860 – 1945)**. 1998. 276 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YACOUB, Leila Baumgratz Delgado. A luta contemporânea pela redução da jornada de trabalho: recuperando antigas bandeiras. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 82, p. 46–72, jul. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelos dos Termos de Consentimento

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
Rua Major Claudiano, n° 1488 – Centro, Franca/SP

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp

Mestranda: Alice Morais Braga

Telefone para contato: XXX

Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas

Telefone para contato: XXX

Projeto: O Tempo de Trabalho e os demais Tempos Sociais: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/ SP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Estamos realizando uma pesquisa no município de Franca/SP, intitulada “O Tempo de Trabalho e os demais Tempos Sociais: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP” e gostaríamos que participasse da mesma.

Os avanços nas Ciências Sociais Aplicadas ocorreram através de estudos como este, por isso a sua participação é importante. O objetivo dessa pesquisa é analisar a questão do tempo de trabalho em relação aos demais tempos sociais, segundo a realidade das mães que trabalham na costura manual de sapatos em Franca, SP. Participar desta pesquisa é uma opção e no caso de não aceitar participar ou desistir em qualquer fase da pesquisa, fica assegurado que não haverá qualquer prejuízo.

Caso aceite participar não será feito nenhum procedimento que lhe traga qualquer desconforto ou risco à sua vida. Gostaríamos que soubesse que as técnicas utilizadas para o estudo se resumem necessariamente na observação livre e na entrevista semi-estruturada. Através dessa pesquisa serão divulgados os resultados e confeccionados materiais tais como: resumos, artigos, e a própria dissertação de mestrado. Esclarecemos que mesmo assim, em nenhum momento serão fornecidas informações que possam identificá-la, preservando sua identidade.

Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
Rua Major Claudiano, n° 1488 – Centro, Franca/SP

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp

Mestranda: Alice Morais Braga

Telefone para contato: XXXXX

Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas

Telefone para contato: XXXXX

Projeto: O Tempo de Trabalho e os demais Tempos Sociais: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/ SP

Eu, _____ portadora do RG _____ aceito participar da pesquisa, na condição de **entrevistada**, intitulada: **O Tempo de Trabalho e os Demais Tempos Sociais: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP**. Declaro ter recebido as devidas explicações sobre a referida pesquisa e concordo que minha desistência poderá ocorrer em qualquer momento sem justificar minha decisão, sem que ocorram quaisquer prejuízos.

Sei que a entrevista será gravada e transcrita para a utilização de trechos da minha própria fala na redação da dissertação.

Declaro ainda estar ciente de que a participação é voluntária e que fui devidamente esclarecida quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa. Sei que meu nome não será divulgado.

Franca, _____ de _____ de _____.

Assinatura da Voluntária

Alice Morais Braga
Pesquisador Responsável

Prof. Dr. José Walter Canôas
Pesquisador Orientador

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM

Eu, _____,

_____ (RG) _____

(profissão/ ou função), na condição de responsável pelo (a) menor

autorizo Alice Morais Braga, RG:XXXXXX , mestranda em Serviço Social na Unesp-Franca a divulgar a **imagem** do menor supramencionado, em sua Dissertação de Mestrado em Serviço Social cujo o tema é: “O Tempo de Trabalho e os demais Tempos Sociais: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP”.

Declaro desde já estar ciente e de acordo com a doação de sua imagem.

A presente autorização é concedida a título gratuito, por prazo indeterminado e permite a veiculação da imagem em todo território nacional, através dos meios considerados lícitos.

Franca/SP, _____ de _____ de 2008.

Cedente responsável

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DA IMAGEM

Eu, _____,

_____ (RG) _____

_____(profissão/ ou função), doravante denominado simplesmente cedente, na condição de entrevistado da pesquisa “O tempo de Trabalho e os demais Tempos Sociais: realidade das mães que costuram sapatos em Franca/SP”, autorizo Alice Morais Braga, RG:XXXX , mestranda em Serviço Social na Unesp-Franca a fazer uso da minha imagem, com finalidade de divulgá-la em sua Dissertação de Mestrado em Serviço Social.

O cedente declara desde já estar ciente e de acordo com a doação de sua imagem. A presente autorização é concedida a título gratuito, por prazo indeterminado e permite a veiculação da imagem em todo território nacional, através dos meios considerados lícitos.

Franca/SP, _____ de _____ de 2008.

Cedente

APÊNDICE B – Fotos: imagens captadas durante a pesquisa de campo.









Mãe acompanhando a filha à Pastoral do Menor e da Família, ao mesmo tempo que costura sapato.



Mãe costurando sapato na calçada da sua residência.



Mães costurando sapatos na calçada, sendo que uma delas amamenta o filho ao mesmo tempo.

ANEXOS

ANEXO A – Diagnóstico social de Franca/SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: scdlhas@franca.sp.gov.br

Diagnóstico do Município¹

O município de Franca destaca-se por ser um pólo de desenvolvimento na região. Assim, mesmo considerando-se que nos últimos anos as principais atividades econômicas aqui desenvolvidas passaram por momentos de dificuldades e de reestruturação, o município ainda continua a receber um fluxo migratório positivo. Além de atrair novos contingentes populacionais que passam a residir em Franca, o município também continua a atrair trabalhadores que, apesar de residirem em municípios vizinhos, encontram em Franca seus postos de trabalho, especialmente no setor industrial e de comércio e serviços e, em menor escala, no setor agropecuário.

A outra face desta característica do município, como um pólo de desenvolvimento regional, está no fato que as principais atividades econômicas de Franca têm efeitos sobre os municípios vizinhos. Assim, por exemplo, do setor de calçados francano decorre, em parte, o desenvolvimento industrial de muitos municípios vizinhos que, ou fazem parte do processo, ou comercializam seus produtos no mercado de Franca.

Analisando os principais aspectos do desenvolvimento humano do município, constata-se que o crescimento populacional de Franca, ainda se mantém em níveis superiores ao do Estado de São Paulo. A Taxa geométrica de crescimento anual da população – 2000/2006 – é de 2,13%² a.a. Tal elemento deve-se, principalmente, a permanência de um fluxo positivo de migração no município (apesar da redução desse fluxo na década atual). No município também se percebe a tendência de envelhecimento populacional, embora a estrutura populacional francana ainda se mantenha um pouco mais "jovem" que a do Estado de São Paulo. O Índice de Envelhecimento em 2006 foi de 37,76, enquanto no Estado de São Paulo o índice chegou a 40,51³.

¹ As principais informações de caracterização econômica do município de Franca, neste item do Diagnóstico, têm como fonte o relatório que integra o Programa de Emprego e Renda – PRODER, do SEBRAE-SP, 1999, mimeo.

² Expressa em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado período de tempo. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado como geométrico. Fonte: SEADE – com base nos dados do IBGE.

³ Refere-se a 1º de julho de cada ano. Trata-se da proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos. Adota-se o corte etário da população idosa em 60 anos, de acordo com Rede Interagencial de Informações para a Saúde - Ripsa e 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana da Organização Pan-Americana da Saúde - Opos. Alguns países desenvolvidos adotam, todavia, 65 anos. Fonte: SEADE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: scdhas@franca.sp.gov.br

Os aspectos demográficos indicam a necessidade de geração de aproximadamente 4.600 novos empregos anuais, mantidas as atuais taxas de crescimento vegetativo, migração e desemprego.

Os indicadores sociais do município, comparados com os do Brasil e mesmo com os do Estado de São Paulo, evidenciavam que Franca estava, no início dos anos 1990, em uma situação bastante favorável, com um grau de desenvolvimento humano que pode ser considerado elevado. Em termos positivos havia os indicadores de saúde e habitação; em termos negativos, havia os indicadores relativos às condições da infância. Os indicadores de educação estavam na média estadual, assim como os de renda. De 1991 para cá, as indicações mostram que as condições de saúde e de educação apresentaram melhora em termos absolutos. Quanto às condições de vida infantil, os problemas tem sido enfrentados pela sociedade local, com resultados positivos nos últimos tempos. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM em 2000 foi de 0,82⁴ enquanto o do Estado de São Paulo ficou em 0,814.

As condições de renda, no entanto, aparentemente apresentaram evolução negativa. O mercado de trabalho em Franca é bastante concentrado no setor industrial – que retêm 48,58% da mão-de-obra empregada, especialmente nos setores associados à indústria calçadista. Outros setores relevantes são o de serviços (26,69%) e do comércio (21,33%). A agropecuária emprega apenas 1,76% dos trabalhadores e o setor da construção civil, emprega formalmente 1,64% da mão de obra com vínculo empregatício⁵.

Apesar do município possuir um nível médio de formalização, mais elevado que a média do interior do Estado, isto não indica que a questão não deva merecer a atenção das autoridades, pois esta média é enganosa, já que setorialmente a informalização é maior em quase todos os ramos da atividade econômica, conforme vem sendo demonstrado por vários estudos acadêmicos e por diversos institutos de pesquisa, no país⁶. Em termos de rendimento, a renda média do setor formal do município é menor que a renda média do Estado, tendo inclusive uma tendência declinante. Em relação aos empregos na indústria, o rendimento médio, em Franca, é de R\$ 740,07 enquanto no

⁴ Indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação. Para referência, segundo classificação do PNUD, os valores distribuem-se em 3 categorias: a) Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500; b) Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800; c) Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800. Fonte: SEADE

⁵ Ano: 2005. Fonte: SEADE www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php acessado em 21/08/2007

⁶ Especialmente o Relatório que integra o Programa de Emprego e Renda – PRODER, do SEBRAE-SP, 1999, *mineo*.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: scdhas@franca.sp.gov.br

Estado de São Paulo o rendimento médio nos vínculos empregatícios na indústria é R\$ 1.610,16. O rendimento médio no total de vínculos empregatícios (em reais correntes) no município de Franca no ano de 2005 foi de R\$ 853,55 enquanto no Estado de São Paulo, em igual período, chegou a R\$ 1.365,52, segundo o SEADE.

Esta tendência desfavorável é explicada, em parte, pelas dificuldades que os principais setores econômicos do município atravessaram no período recente, que acarretaram uma precarização das condições do mercado de trabalho francano.

A indústria calçadista utilizou, como formas de ajuste à crise do setor, tanto a dispensa de empregados, quanto modificações no mercado de trabalho, sendo que ocorreu um importante movimento de terceirização, aumentando o chamado “trabalho doméstico” em etapas do processo produtivo da indústria de calçados. Deste modo, parte dos empregos formais extintos acabaram sendo recuperados no setor informal, fazendo com que os dados anteriores, referentes aos empregos informais, provavelmente devam ter aumentado ao longo da década de 1990. Outra indicação importante da precarização da mão-de-obra em Franca é o declínio dos empregos atribuídos aos níveis médios e altos de qualificação, enquanto que os postos de trabalho que exigem mão-de-obra menos qualificada cresceram.

Em uma análise setorial, constata-se a existência de atividades tradicionais na cidade, que atribuem uma espécie de marca ao município, como é o caso do café na agricultura e dos calçados masculinos na indústria, sendo que esses setores atravessaram momentos difíceis na década de 1990.

Em Franca, o setor cafeeiro atravessou no período recente fortes oscilações, acompanhando o cenário nacional e internacional de café, dominado pelas oscilações de preço e pela desregulamentação. Entretanto, alguns problemas caracterizam a produção cafeeira local; por um lado, no setor processador, o município possui dificuldades em se adequar às novas tendências do setor (concentração, segmentação e concorrência) e, por outro lado, no setor produtor de matérias-primas, aparentemente diminuíram-se os tratos culturais, ampliaram-se os problemas ligados à deterioração do solo e existem dificuldades na incorporação das novas estratégias produtivas no setor.

A indústria, especialmente a ligada ao setor calçadista, continua sendo o setor mais relevante no município, assistindo na atual década uma dinâmica de reestruturação e de enfrentamento de vários problemas, especialmente relacionado às suas exportações. A indústria de calçados de Franca sofreu forte concorrência no mercado internacional nos anos 1990, modificando



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: scdhas@franca.sp.gov.br

o segmento de mercado onde atuava, dando menos atenção à linha popular para buscar uma linha de produtos de maior qualidade e maior preço. Por outro lado, a crise do setor calçadista, especialmente depois de 1994, pode também, em parte, ser explicada pelas dificuldades impostas ao setor exportador pela política econômica (valorização cambial etc.), que se aliaram às dificuldades de inserção da indústria brasileira no mercado externo. Por fim, pressões de realocização industrial em direção a novas regiões (Estados) produtoras também afetaram o setor no município.

O resultado deste processo foi um formato de desenvolvimento bastante excludente em que o tamanho do PIB regional cresceu 93% entre 1992 e 1999, enquanto o pessoal ocupado e a respectiva renda na atividade têm caído em média 10%.

Esse cenário de reestruturação econômica pelo qual Franca tem passado nos últimos anos, aponta para uma série de problemas que têm acometido o município. Entretanto, do ponto de vista da temática da inclusão social, o que mais salta aos olhos é a questão da geração e qualidade do emprego e, conseqüentemente, da renda, problema que tem afetado, fundamentalmente, as populações mais pobres do município.

Ao tratar do mapeamento da pobreza em Franca, o presente diagnóstico usa como referência básica o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS que, através da Fundação SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados, disponibiliza informações acerca da caracterização da vulnerabilidade social nos vários municípios do Estado de São Paulo, a partir dos dados do Censo de 2000. Ou seja, o IPVS é o indicador que possibilita a identificação dos espaços e dimensões da pobreza – no Estado de São Paulo – a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000.

De acordo com estas informações, o Município de Franca possuía, em 2000, 287.338 habitantes. Uma análise das condições de vida de seus habitantes mostra que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$ 814,00, sendo que 50,7% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 6,5 anos de estudo, 38,8% deles completaram o ensino fundamental, e 6,4% eram analfabetos. Em relação aos indicadores demográficos, a idade média dos chefes de domicílios era de 45 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,8% do total. As mulheres responsáveis pelo domicílio correspondiam a 22,4% e a parcela de crianças com menos de cinco anos, equivalia a 9,0% do total da população.

As situações de maior ou menor vulnerabilidade às quais a população se encontra exposta estão resumidas nos seis grupos do IPVS, a partir de uma análise das condições socioeconômicas e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: sedhms@franca.sp.gov.br

do perfil demográfico. As características desses grupos, no município de Franca, são apresentadas a seguir:

“Grupo 1 (nenhuma vulnerabilidade): 7.639 pessoas (2,7% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$2.743 e 10,8% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 11,5 anos de estudo, 98,8% deles eram alfabetizados e 80,5% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,0%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 18,0% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 6,4% do total da população desse grupo.

Grupo 2 (vulnerabilidade muito baixa): 61.521 pessoas (21,4% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$1.176 e 39,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 7,7 anos de estudo, 95,3% deles eram alfabetizados e 48,8% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 51 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 9,5%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 29,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 5,9% do total da população desse grupo.

Grupo 3 (vulnerabilidade baixa): 93.788 pessoas (32,6% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$767 e 47,4% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,6 anos de estudo, 94,5% deles eram alfabetizados e 40,5% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 44 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,3%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 20,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 8,9% do total da população desse grupo.

Grupo 4 (vulnerabilidade média): 60.929 pessoas (21,2% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$568 e 56,3% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 6,0 anos de estudo, 94,1% deles eram alfabetizados e 34,8% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 20,8%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 17,8% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 11,6% do total da população desse grupo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: sedhas@franca.sp.gov.br

Grupo 5 (vulnerabilidade alta): 46.142 pessoas (16,1% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$517 e 65,1% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 5,1 anos de estudo, 89,6% deles eram alfabetizados e 25,0% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 46 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 14,6%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 22,6% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 9,0% do total da população desse grupo.

Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta): 17.319 pessoas (6,0% do total). No espaço ocupado por esses setores censitários, o rendimento nominal médio dos responsáveis pelo domicílio era de R\$383 e 74,8% deles auferiam renda de até três salários mínimos. Em termos de escolaridade, os chefes de domicílios apresentavam, em média, 4,7 anos de estudo, 88,6% deles eram alfabetizados e 20,8% completaram o ensino fundamental. Com relação aos indicadores demográficos, a idade média dos responsáveis pelos domicílios era de 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representavam 21,5%. As mulheres chefes de domicílios correspondiam a 20,5% e a parcela de crianças de 0 a 4 anos equivalia a 12,3% do total da população desse grupo.”⁷

⁷ Fundação SEADE <www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/franca.pdf> acessado em 14 de agosto de 2007.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: scdhas@franca.sp.gov.br

O IPVS baseia-se na compreensão de que a vulnerabilidade social decorre de fenômenos diversos, com causas e conseqüências distintas. Nessa perspectiva, é no confronto entre as características individuais e familiares – ciclo de vida, tipo de arranjo familiar, escolaridade, renda corrente, formas de inserção no mercado de trabalho e condições de saúde – e suas possibilidades de desfrute dos bens e serviços ofertados pelo Estado, sociedade e mercado, que se definem as condições de vida e possibilidades de mobilidade social⁸. A tabela abaixo traz os indicadores e a população distribuída de acordo com os grupos elencados.

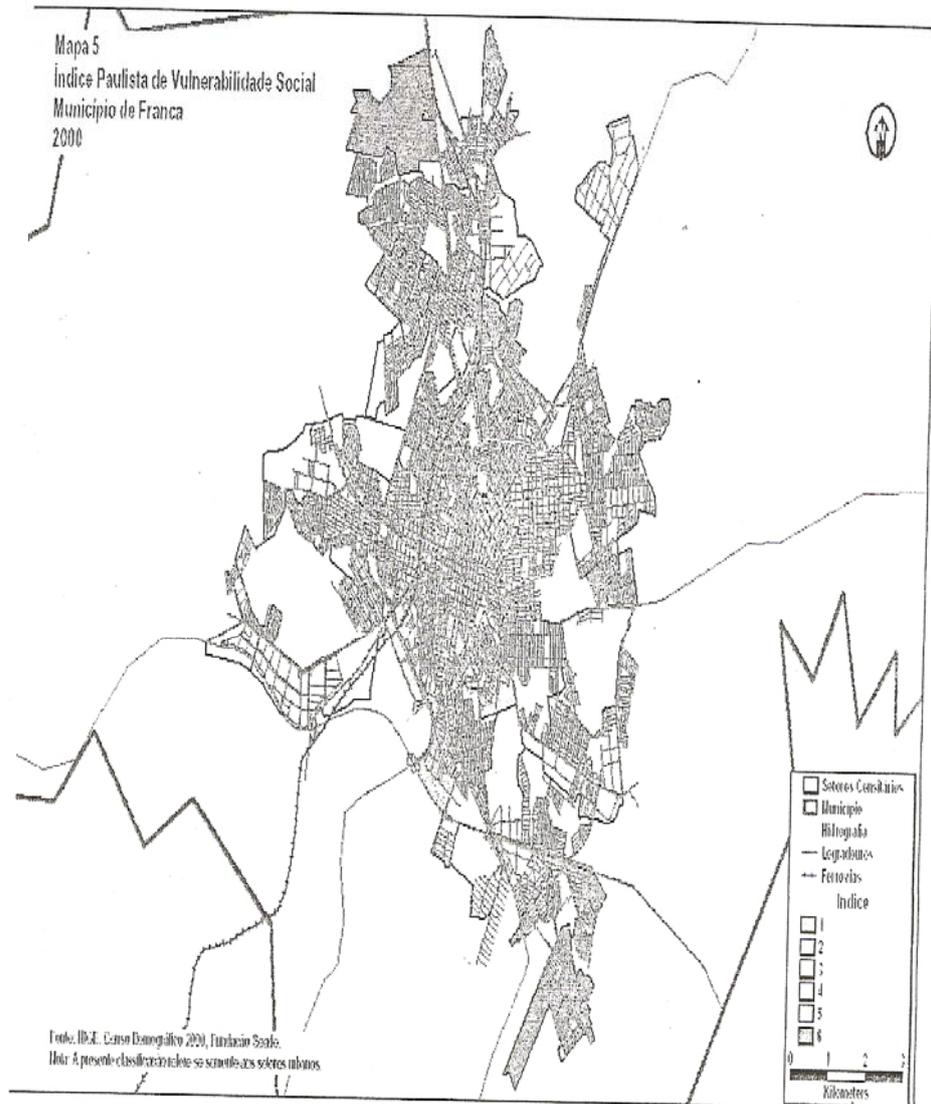
Indicadores que Compõem o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS
Município de Franca
2000

Indicadores	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social						Total
	1- Nenhuma Vulnerabilidade	2- Muito Baixa	3- Baixa	4- Média	5- Alta	6- Muito Alta	
População Total	7.639	61.521	93.788	60.929	46.142	17.310	287.339
Percentual da População	2,7	21,4	32,6	21,2	16,1	6,0	100,0
Domicílios Particulares	2.185	18.921	25.957	16.485	12.988	4.419	80.655
Tamanho Médio do Domicílio (em pessoas)	3,5	3,2	3,7	3,7	3,5	3,9	3,6
Responsáveis pelo Domicílio Alfabetizados (%)	98,8	95,3	94,5	94,1	89,8	88,6	93,6
Responsáveis pelo Domicílio com Ensino Fundamental Completo (%)	80,5	48,8	40,5	34,8	25,0	20,8	38,8
Anos Médios de Estudo do Responsável pelo Domicílio	11,5	7,7	6,6	6,0	5,1	4,7	6,5
Rendimento Nominal Médio do Responsável pelo Domicílio (em reais de julho de 2000)	2.743	1.176	767	568	517	383	814
Responsáveis com Renda de até 3 Salários Mínimos (%)	10,8	39,4	47,4	56,3	65,1	74,8	59,7
Responsáveis com Idade entre 10 e 29 Anos (%)	9,0	9,5	14,3	20,8	14,6	21,5	14,8
Idade Média do Responsável pelo Domicílio (em anos)	48	51	44	40	46	41	45
Mulheres Responsáveis pelo Domicílio (%)	18,0	29,5	20,5	17,8	22,6	20,5	22,4
Crianças de 0 a 4 Anos no Total de Residentes (%)	6,4	5,9	8,9	11,6	9,0	12,3	9,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Fundação Seade.

Nota: Foram excluídos os setores censitários sem informação devido ao sigilo estatístico.

⁸ idem





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 - Centro - FONE: 3711-9302 - FAX: 3711-9301
E-mail: sedhjas@franca.sp.gov.br

A Fundação SEADE disponibiliza, por setor censitário, a concentração espacial de acordo com o nível de vulnerabilidade, como que pode ser visualizado no mapa apresentado, onde o número de índice corresponde aos grupos já elencados.

A análise do Mapa da Vulnerabilidade Social do município de Franca permite apreender que há maior concentração de famílias do Grupo 6 (vulnerabilidade muito alta) nas regiões norte (maior incidência) e sul, e com pequena concentração na leste. É possível inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza, pois há combinação de fatores incidentes: chefes de famílias jovens (21,5%), de baixos níveis de renda (74,8%) e escolaridade (4,7 anos médios de escolaridade do responsável pelo domicílio) e a presença significativa de crianças de 0 a 4 anos (12,3%).

As famílias do Grupo 5 - vulnerabilidade alta - que, segundo o SEADE, é onde se concentram as famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas (de 0 a 4 anos) e são os que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica, e onde situam-se famílias nas quais os chefes de domicílio apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda (65,1% até 3 s.m.) e escolaridade (5,1 anos médios de estudo do responsável pelo domicílio), estão pulverizadas por todas as regiões do município, de maneira quase uniforme.

A maior concentração de famílias do grupo 4, ou seja, de vulnerabilidade média, com maior incidência de famílias jovens, com crianças pequenas, encontra-se na região oeste da cidade.

É relevante considerar também que nas regiões onde há incidência dos grupos mais vulneráveis, sobretudo do nível 5 e 6 é onde, a rede sócio-assistencial é insuficiente para o atendimento da demanda, além de contar com um número reduzido de equipamentos públicos.

O mapeamento estatístico do Programa Bolsa Família realizado com base no Serviço de Cadastro do órgão gestor da Política de Assistência Social, no município e disponibilizado pelo MDS, aponta que a estimativa de famílias pobres, com renda percapita familiar de até R\$ 120,00 - (perfil do Programa Bolsa Família) é de 7.172 (o número não sofreu variação de janeiro a maio/2007). A estimativa de famílias com percapita familiar de até R\$ 175,00, chega a 12.192. O total de famílias cadastradas no CAD-ÚNICO neste grupo, ou seja, com percapita familiar de até R\$ 175,00, foi de 12.288 famílias. Dessas, 7.530 famílias já constam como beneficiárias do Programa Bolsa Família, Bolsa Escola e Auxílio-Gás, nas estatísticas referentes ao mês de maio/2007⁹.

⁹ Fonte: MDS/Bolsa Família/IGD - www.mds.gov.br acessado em 20/08/2007



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social
Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301
E-mail: sedhas@franca.sp.gov.br

Em relação a situações de risco e situações de vulnerabilidades específicas, um levantamento por amostragem realizado nos cinco CRAS do município, tendo por base 1.793 famílias já inseridas nos Programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social¹⁰, aponta que:

- 6,3% dos usuários apresentam problemas de drogadição/alcolismo/tráfico;
- 7,7% dos usuários possuem algum membro da família em situação de reclusão;
- 10,5% dos usuários possuem dependentes em situação de trabalho infantil;
- 9,7% das famílias usuárias são chefiadas por idosos;
- 37% das famílias usuárias são chefiadas por mulheres;
- 69 % dos usuários responsáveis pelo domicílio têm ensino fundamental incompleto;
- 10,7%, ensino fundamental completo;
- 7,5%, o ensino médio incompleto;
- 6% dos usuários responsáveis pelo domicílio têm ensino médio completo; e,
- 6,8% dos usuários não são alfabetizados.

O Relatório Estatístico emitido pelo Conselho Tutelar do Município, referente ao ano de 2006, aponta o recebimento de 4.023 denúncias e/ou pedidos de providências da comunidade/entidades naquele ano, sendo confirmados 3.709 situações, assim especificadas:

- 596 casos de maus tratos;
- 953 casos de negligência;
- 033 casos de abuso sexual;
- 15 casos de trabalho infantil;
- 12 casos de prostituição infanto-juvenil;
- 476 casos de alcoolismo dos pais ou responsáveis;
- 230 casos de toxicômanos (pais ou responsáveis);
- 347 casos de alcoolismo infanto-juvenil (própria conduta);

¹⁰Renda Mínima (municipal): 651 famílias; Renda Cidadã (estadual): 664 famílias; PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – Gov. Federal): 190; Sementes do Amanhã: 248 famílias; Idosos: 37. Total: 1793 famílias.

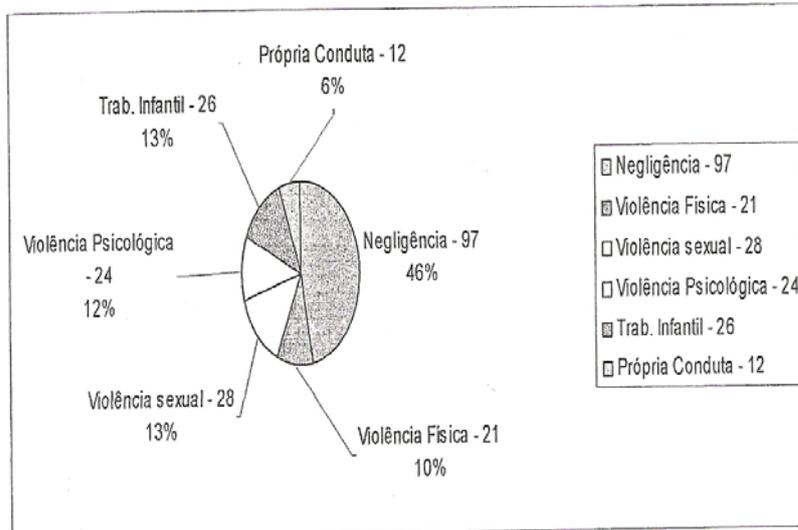


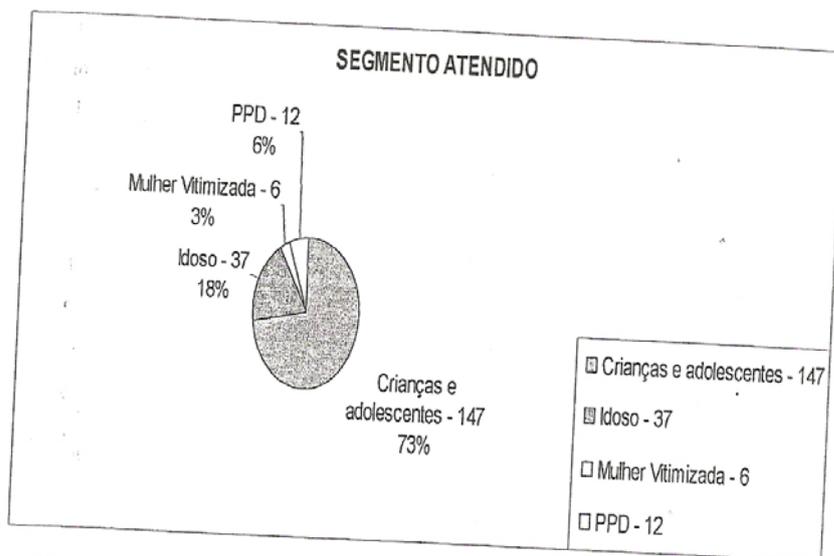
- 115 casos de toxicômanos (própria conduta);
- 932 casos de rebeldia infanto-juvenil (própria conduta).

O CAPS - Centro de Atendimento Psicossocial – equipamento vinculado à Secretaria de Saúde tem 600 pacientes/usuários cadastrados até julho de 2007. O número não corresponde à demanda, uma vez que o atendimento é aberto e realizado necessariamente por iniciativa do usuário ou da família.

O CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social), apresentou levantamento referente ao do atendimento realizado no período compreendido entre janeiro de 2006 a junho de 2007, apontando os seguintes dados:

Índices por tipo de vulnerabilidade e/ou violação de direitos:





Finalmente, em relação ao segmento: pessoas com deficiência, os dados do IBGE referentes ao Censo Demográfico de 2000 indicam que no município de Franca residiam no período do Censo, 31.717 pessoas com pelo menos uma deficiência, sendo 15.217 homens e 16.501 mulheres, em todos os grupos etários.

Dessas, 2.243 constavam como beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) em julho de 2007, além de 1.666 idosos, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social.

Em relação ao idoso, a análise por agrupamentos urbanos na “Pesquisa de Condições de Vida – Interior” (PCV/98) realizada pela Fundação SEADE, apontou uma crescente participação de idosos, na pirâmide habitacional, e um aumento de 4,4% de crescimento nas idades superiores a 70 anos. Em 1998, os homens com mais de 70 anos representavam 1,95 da população e as mulheres, 2,6%.

Com base nessa análise o SEADE estimou que em 2005, o município de Franca tinha 9,16% de sua população na faixa etária superior a 60 anos. Em 2006, a estimativa apontou uma população idosa de 30.541 pessoas, no município. Em 2010, será de aproximadamente, 37.197. Em 2015, de 47.103, chegando a 59.557 em 2020, onde 24.666 terão mais de 70 anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Ação Social

Av. Champagnat, 1750 – Centro – FONE: 3711-9302 – FAX: 3711-9301

E-mail: scdhas@franca.sp.gov.br

Levando-se em consideração o processo de reestruturação produtiva que passa o município, a precarização e informalidade nas relações de trabalho e as propagadas reformas no sistema da previdência social oficial, a expectativa é que parte considerável da população idosa residente no município configure-se em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, em curto ou médio prazo.

O presente documento baseia-se em dados secundários disponibilizados por diferentes órgãos oficiais de pesquisa e em dados coletados pelas unidades de serviços municipais, nas áreas da assistência social e saúde.

A análise dos indicadores do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS demonstra que o município deve dar atenção especial às regiões norte, sul e leste que apresentam maiores índices de vulnerabilidade.

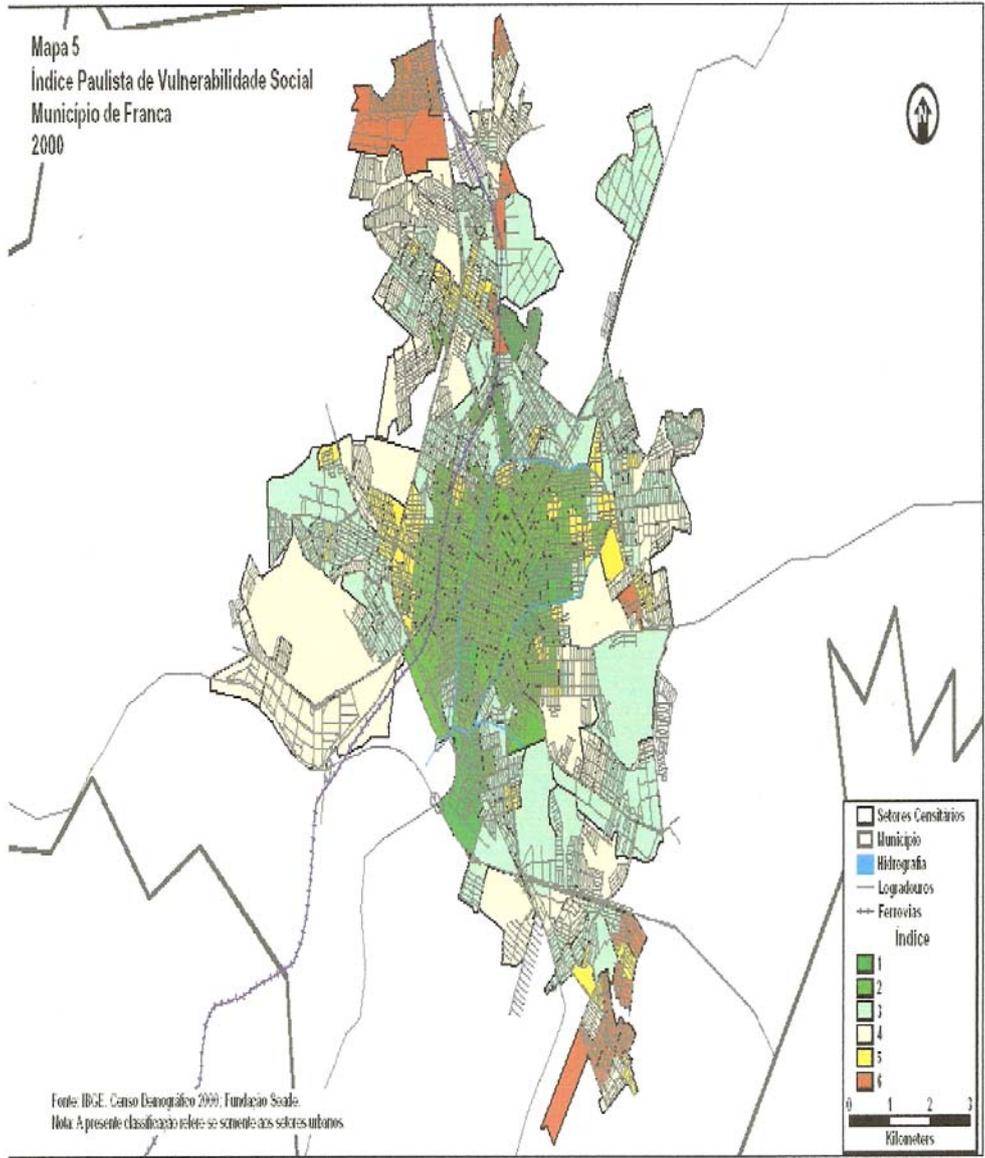
Evidencia-se a necessidade de se ampliar a atuação da rede socioassistencial com a criação de novos serviços, redimensionando-a na perspectiva da diversidade, cobertura, financiamento e no número potencial de usuários que dela possa necessitar.

Finalmente, aponta que o maior desafio do município é o de buscar alternativas de empregabilidade e geração de renda para a população, levando em conta as taxas de emprego e as projeções de crescimento populacional, dentre outros fatores. Desafio este compreendido e compartilhado pela Conferência Municipal de Assistência Social quando essa aponta a capacitação e geração de renda como prioridade do município de Franca e leva essas questões para os outros níveis de governo.

Franca, 22 de agosto de 2007.

Documento elaborado por Maria Isabel Bel Guimarães e revisado pelas Divisões: Rede Criança e Adolescente e Rede de Assistência, da SEDHAS.

Mapa 5
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
Município de Franca
2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000, Fundação Seade.
Nota: A presente classificação refere-se somente aos setores urbanos.

ANEXO B – Informações sobre o setor calçadista



Informações Gerais Sobre o Setor Calçadista BRASIL

01) População

185 milhões habitantes (estimado)

02) Salário Mínimo Governo (R\$)

abr/00	151,00	abr/02	200,00	abr/04	260,00	abr/06	350,00
abr/01	180,00	abr/03	240,00	mai/05	300,00	abr/07	380,00

03) Salário Médio Sapateiro (R\$)

2000	299,00	2002	366,00	2004	467,00	2006	536,00
2001	347,00	2003	447,00	2005	516,00		

04) Número de funcionários nas indústrias de calçados (Mil)

2002	262,09	2003	272,09	2004	312,58	2005	298,66
------	--------	------	--------	------	--------	------	--------

05) Produção anual de calçados (Milhões de Pares)

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez
1996 ->	554	1999 ->	499
1997 ->	544	2000 ->	580
1998 ->	516	2001 ->	610
		2002 ->	642
		2003 ->	665
		2004 ->	755
		2005 ->	725
		2006 ->	796

** Dados de 2007 ainda não divulgados pela Abicalçados

06) Exportação de calçados (Milhões de Pares)

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Set
1996 ->	143	2000 ->	163
1997 ->	142	2001 ->	171
1998 ->	131	2002 ->	164
1999 ->	137	2003 ->	189
		2004 ->	212
		2005 ->	189
		2006 ->	180
		2007 ->	177

* Dados ainda não publicados pela Abicalçados

07) Faturamento na exportação

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Set
1996 ->	1.567	2000 ->	1.547
1997 ->	1.523	2001 ->	1.615
1998 ->	1.330	2002 ->	1.449
1999 ->	1.278	2003 ->	1.549
		2004 ->	1809
		2005 ->	1887
		2006 ->	1863
		2007 ->	1912

* Dados ainda não publicados pela Abicalçados

Preço Médio do calçado (US\$)

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Set
1996 ->	10,98	2000 ->	9,52
1997 ->	10,69	2001 ->	9,44
1998 ->	10,16	2002 ->	8,83
1999 ->	9,31	2003 ->	8,21
		2004 ->	8,53
		2005 ->	9,97
		2006 ->	10,33
		2007 ->	10,80

* Dados ainda não publicados pela Abicalçados

Calçados, Partes e Componentes (Milhões de dólares por ano)

Jan-Dez	Jan-Dez
1996 ->	1.650
1997 ->	1.594
1998 ->	1.386
1999 ->	1.342
2000 ->	1.617

08) Vendas Mercado Interno (Milhões de pares por ano)

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez
1996 ->	411	1999 ->	363
1997 ->	402	2000 ->	417
1998 ->	385	2001 ->	439
		2002 ->	478
		2003 ->	476
		2004 ->	543
		2005 ->	535

Fonte: MICT/SECEX

Consulte dados detalhados na Resenha Estatística da:
ABICALCADOS - Associação Brasileira da Indústria de Calçados
www.abicalcados.com.br / abicalcados@abicalcados.com.br



Informações Gerais Sobre o Setor Calçadista

ESTADO DE SÃO PAULO

01) População

41 milhões habitantes (estimado 08/04/08) (<http://www.saopaulo.sp.gov.br/>)

02) Número de indústrias de calçados

2000->	1.962	2003->	2.329
2001->	2.092	2004->	2.542
2002->	2.216	2005->	2.776

03) Número de funcionários na indústria de calçados

2000->	46.613	2003->	48.005
2001->	45.607	2004->	56.993
2002->	46.372	2005->	54.570

04) Faturamento na exportação de calçados

PARES - Milhões

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez
2001 ->	17	2004 ->	24,15
2002 ->	15	2005 ->	21,69
2003 ->	19	2006 ->	17,77
		2007 ->	15,99

* Dados ainda não publicados pela Abicalçados

Jan-Set	Jan-Set
2007 ->	12,03
2008 ->	8,35 -30,61%

DÓLARES - Milhões

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez
2001 ->	133	2004 ->	221,17
2002 ->	116	2005 ->	237,34
2003 ->	146	2006 ->	209,67
		2007 ->	201,60

* Dados ainda não publicados pela Abicalçados

Jan-Set	Jan-Set
2007 ->	149,33
2008 ->	140,60 -5,85%

PREÇO MÉDIO - Dólares

Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez	Jan-Dez
2001 ->	7,70	2004 ->	9,16
2002 ->	7,79	2005->	10,94
2003 ->	7,58	2006 ->	11,80
		2007 ->	12,61

* Dados ainda não publicados pela Abicalçados

Jan-Set	Jan-Set
2007 ->	12,41
2008 ->	16,85 35,78%

Fontes: MTb-Rais, MDIC/SECEX

Consulte dados detalhados na Resenha Estatística da:
ABICALCADOS - Associação Brasileira da Indústria de Calçados
www.abicalcados.com.br / abicalcados@abicalcados.com.br

Informações Gerais Sobre o Setor Calçadista

FRANCA

01) **População**

332.109 habitantes
(Estimativa Jul/07 - IBGE -)

02) **Piso salarial do sapateiro (R\$)**

fev/08 R\$520,00

03) **Número de funcionários na indústria de calçados de Franca (CAGED/MTE)**

Os dados abaixo informados foram obtidos através de consulta realizada no site do CAGED/MTE.
Para a pesquisa foram consideradas as empresas estabelecidas no município de Franca/SP e integrantes do CNAE 1.0 19.3 FABRICAÇÃO DE CALÇADOS, inclusive prestadores de serviço de mesmo CNAE.
A partir de janeiro 2007 passa a vigorar o CNAE 2.0, que altera a classificação anterior para 15.3 FABRICAÇÃO DE CALÇADOS e 15.4 FABRICAÇÃO DE PARTES PARA CALÇADOS, DE QUALQUER MATERIAL.

Data	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
JAN	15.446	12.991	12.343	14.062	16.119	16.186	17.368	19.789
FEV	15.017	12.483	12.597	14.754	16.064	16.502	17.607	20.797
MAR	15.506	12.773	13.426	15.761	16.982	17.462	18.808	22.586
ABR	16.073	13.549	14.724	16.897	17.845	18.500	19.692	24.265
MAI	16.850	14.512	15.743	17.702	18.586	19.200	20.758	25.788
JUN	17.438	14.994	16.363	18.559	18.974	19.352	21.180	26.913
JUL	17.455	15.209	16.785	18.917	18.755	19.262	21.657	27.682
AGO	16.992	15.245	16.865	19.108	18.635	19.568	22.020	28.231
SET	16.651	15.316	17.039	19.122	19.001	20.383	22.804	28.951
OUT	16.327	15.653	17.527	19.615	19.387	21.040	23.538	29.634
NOV	16.063	15.888	17.547	19.582	19.514	20.897	23.475	28.964
DEZ	13.020	12.268	13.558	15.614	15.545	16.695	18.826	23.346

Data	2.005	2.006	2.007	2.008
JAN	23.927	21.908	20.135	20.521
FEV	24.154	22.535	21.517	21.639
MAR	25.080	24.024	23.580	24.015
ABR	26.057	24.676	24.874	25.380
MAI	26.605	25.071	25.121	25.739
JUN	26.625	24.888	25.327	26.141
JUL	26.369	25.085	25.929	26.872
AGO	26.275	25.116	25.817	27.526
SET	26.722	25.965	26.580	28.511
OUT	27.553	26.818	27.470	28.303
NOV	27.262	25.790	26.550	
DEZ	21.192	19.220	19.388	

Fonte: CAGED/MTE. - www.caged.gov.br

Comparativo	
Set/08	28.511
Out/08	28.303 -0,73%
Out/07	27.470
Out/08	28.303 3,03%

04) **Grau de instrução dos funcionários das indústrias de calçados**

Analfabetos.....	0,13%
Ensino Fundamental Incompleto.....	25,10%
Ensino Fundamental Completo.....	27,42%
Ensino Médio Incompleto.....	18,44%
Ensino Médio Completo.....	25,48%
Ensino Superior Incompleto.....	1,62%
Ensino Superior Completo.....	1,81%

Fonte: MTE - Rais 2005

05) **Número de Indústrias de Calçados:**

552 Micro	(de 0 a 10 funcionários)
130 Pequenas	(de 20 a 99 funcionários)
65 Médias	(de 100 a 499 funcionários)
13 Grandes	(acima de 500 funcionários)
760 Total de Indústrias de Calçados em Franca	

Fonte: Censo Indústria Calçadista de Franca
UniFacet/IPES - Setembro/2005

06) **Capacidade Instalada:**

37.200.000 (Pares por ano)

07) **Tipos de Calçados produzidos:**

- a) Sapatos de Couro (Masculino/Feminino-Adulto/Infantil)
- b) Botas de Couro (Masculino/Feminino-Adulto/Infantil)
- c) Tênis de Couro, Lona e Nilon

08) **Principais Matérias Primas utilizadas:**

- a) Couros Bovinos, Caprinos, Metais, Têxteis, Adesivos
- b) Sola de Couro, Borracha, TR, EVA

09) **Produção anual de calçados (Milhões de Pares)**

Ano	Pares
1984	32,0
1985	30,0
1986	35,0
1987	17,0
1988	24,0
1989	27,0
1990	27,0
1991	24,0
1992	25,7
1993	31,5
1994	31,5
1995	22,0

Ano	Pares
1996	24,8
1997	29,0
1998	29,0
1999	29,5
2000	32,5
2001	32,5
2002	30,0
2003	32,1
2004	35,4
2005	27,9
2006	25,5
2007	26,1

Produção de Calçados de Franca	
Calçados Masculinos	84%
Calçados Femininos	14%
Calçados Infantis	2%

2,35%

10) **Vendas para o Mercado Interno**

Ano	Milhões de Pares	(%)
1984	20,5	64,06
1985	21,2	70,67
1986	27,3	78,00
1987	9,0	52,94
1988	15,6	65,00
1989	17,6	65,19
1990	18,2	67,41
1991	16,8	70,00
1992	14,9	57,98
1993	15,9	50,48
1994	18,6	59,05
1995	14,5	51,73

Ano	Milhões de Pares	(%)
1996	16,6	66,93
1997	22,3	76,90
1998	24,5	84,59
1999	24,3	82,38
2000	25,2	77,53
2001	25,5	78,60
2002	24,6	80,92
2003	25,6	79,75
2004	25,6	72,32
2005	19,4	69,53
2006	19,3	75,70
2007	20,8	79,69

Os dados abaixo informados foram obtidos através de consulta realizada junto ao MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e SECEX - Secretaria de Comércio Exterior. Para a pesquisa foram consideradas as empresas estabelecidas no município de Franca/SP, e os produtos classificados na NCM 64.02.19.00.

11) **Vendas para o Mercado Externo**

Ano	CALÇADOS			Partes/Comp Artel/Afins	Tudo
	Pares	Dólares	Preço	Dólares	Dólares
1980		86.751			86.751
1981	3.077.570	49.320.550	16,03		49.320.550
1982	3.570.684	49.115.283	13,76		49.115.283
1983	5.034.505	63.163.835	12,55		63.163.835
1984	11.516.341	129.189.349	11,22		129.189.349
1985	8.768.203	109.019.222	12,43		109.019.222
1986	7.685.504	99.402.953	12,93		99.402.953
1987	7.955.116	118.671.455	14,92		118.671.455
1988	8.425.874	138.312.697	16,42		138.312.697
1989	9.443.340	135.700.770	14,37	2.696.102	138.396.872
1990	8.808.064	148.390.310	16,85	3.169.190	151.559.500
1991	7.172.255	141.056.391	19,67	6.304.267	147.360.658
1992	10.763.415	189.210.156	17,58	4.560.509	193.770.665
1993	15.593.203	256.504.904	16,45	5.680.088	231.867.326
1994	12.910.854	238.026.994	18,44	4.512.757	242.539.751
1995	7.464.909	154.760.133	20,73	6.650.285	161.410.418
1996	8.166.555	179.772.639	22,01	10.118.035	189.890.674
1997	6.706.792	152.109.667	22,68	6.478.275	94.310.052
1998	4.538.211	110.429.038	24,33	4.873.349	115.302.387
1999	5.234.671	110.048.582	17,38	4.008.513	71.738.718
2000	7.297.088	142.907.351	17,84	2.752.496	99.262.292
2001	7.004.355	122.990.302	16,72	2.235.675	104.246.061
2002	5.432.062	82.223.711	15,14	2.245.025	84.468.736
2003	6.522.582	98.024.267	15,03	3.852.394	101.876.661
2004	9.798.991	156.520.333	15,97	6.904.568	175.922.513
2005	8.500.493	163.350.050	19,22	7.670.540	164.009.402
2006	6.239.123	136.632.892	21,90	9.156.013	142.752.534
2007	5.310.565	128.072.854	24,12		128.072.854

Fonte: MDIC/SECEX

Janeiro-Dezembro 2003 a 2007
Países Importadores

Países	US\$-2003	Participação	US\$-2004	Participação	US\$-2005	Participação	US\$-2006	Participação	US\$-2007	Participação
Africa do Sul	209.170	0,21%	472.836	0,30%	897.960	0,55%	473.455	0,36%	654.500	0,51%
Alemanha	676.908	0,99%	869.120	0,57%	989.484	0,42%	1.431.130	1,06%	3.891.852	3,04%
Angola	8.638	0,01%	2.988	0,00%	49.630	0,03%	60.016	0,04%	60.581	0,05%
Antilhas	42.129	0,04%	54.824	0,04%	22.538	0,01%	11.885	0,01%	-	0,00%
Arabia Saudita	584.500	0,58%	1.404.504	0,90%	1.894.598	1,16%	1.016.463	0,74%	976.115	0,76%
Argentina	3.920.257	4,00%	5.532.671	3,53%	4.209.882	2,58%	5.062.641	4,38%	8.600.003	6,71%
Australia	257.828	0,26%	471.556	0,30%	692.313	0,42%	752.245	0,55%	1.023.228	0,80%
Belgíca	21.809	0,02%	9.720	0,01%	29.913	0,02%	15.095	0,01%	10.200	0,01%
Bolívia	2.411.988	2,46%	3.131.945	2,00%	2.713.910	1,68%	1.664.029	1,22%	1.870.096	1,46%
Canada	909.644	0,93%	1.515.396	0,97%	1.581.270	0,97%	1.476.295	1,08%	965.104	0,75%
Chile	1.314.776	1,34%	4.196.103	2,68%	2.993.010	1,83%	2.792.788	2,04%	2.897.317	2,26%
Chipre	48.723	0,05%	76.652	0,05%	140.036	0,09%	182.131	0,13%	482.282	0,38%
Cingapura	6.552	0,01%	82.602	0,05%	244.177	0,15%	219.623	0,16%	286.592	0,21%
Colômbia	273.906	0,28%	500.724	0,32%	1.300.099	0,80%	2.472.536	1,81%	1.977.656	1,54%
Costa Rica	249.962	0,26%	282.884	0,18%	383.231	0,23%	848.964	0,62%	680.969	0,53%
Croácia	65.912	0,07%	213.851	0,14%	544.405	0,33%	231.696	0,17%	329.174	0,26%
Cuba	723.067	0,74%	886.055	0,57%	1.059.084	0,65%	783.918	0,57%	839.878	0,66%
El Salvador	551.778	0,56%	802.351	0,51%	307.582	0,19%	317.477	0,23%	101.097	0,08%
Emirados Arabes	830.402	0,85%	1.373.213	0,88%	1.628.745	1,00%	2.078.740	1,52%	2.931.604	2,29%
Ecuador	915.730	0,93%	800.208	0,51%	1.236.093	0,76%	1.492.408	1,09%	1.492.775	1,17%
Espanha	2.349.080	2,40%	6.040.337	3,80%	8.396.323	5,14%	6.627.262	4,86%	5.938.185	4,64%
Filipinas	20.716	0,02%	75.388	0,05%	80.921	0,05%	183.203	0,13%	151.832	0,12%
Finlândia	50.351	0,05%	33.796	0,02%	48.462	0,03%	39.901	0,03%	93.310	0,07%
França	703.722	0,72%	1.467.007	0,94%	3.282.480	2,01%	2.919.234	2,14%	3.845.439	3,00%
Gabão	6.112	0,01%	-	0,00%	5.585	0,00%	9.476	0,01%	-	0,00%
Grecia	84.373	0,07%	308.105	0,20%	975.904	0,60%	730.305	0,53%	821.450	0,64%
Guatemala	105.946	0,20%	386.105	0,25%	162.593	0,10%	419.794	0,31%	492.590	0,38%
Guiana	25.428	0,03%	79.501	0,05%	264.958	0,16%	12.670	0,01%	59.703	0,05%
Holanda	88.890	0,09%	564.996	0,36%	1.622.790	0,99%	1.326.848	0,97%	735.723	0,57%
Honduras	23.084	0,02%	167.972	0,11%	123.050	0,08%	152.433	0,11%	36.320	0,03%
Hong Kong	207.637	0,21%	214.883	0,14%	478.065	0,29%	261.650	0,19%	43.801	0,03%
Hungria	83.055	0,09%	219.270	0,14%	191.731	0,12%	233.482	0,17%	162.246	0,13%
Ilhas Maurício	22.101	0,02%	36.446	0,02%	2.539	0,00%	36.601	0,03%	195.405	0,15%
Israel	350.351	0,36%	197.200	0,13%	223.837	0,14%	108.563	0,08%	77.849	0,06%
Italia	788.478	0,80%	476.579	0,30%	1.922.837	1,18%	2.126.920	1,58%	225.809	0,18%
Japão	313.111	0,32%	467.373	0,30%	634.128	0,39%	304.050	0,22%	263.080	0,21%
Jordânia	45.759	0,05%	22.203	0,01%	6.628	0,00%	18.655	0,01%	202.526	0,16%
Kwait	-	0,00%	537.579	0,34%	308.069	0,19%	319.364	0,23%	-	0,00%
Libano	10.178	0,01%	118.675	0,08%	61.762	0,04%	84.961	0,06%	18.921	0,01%
Marrocos	4.185	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	44.804	0,03%	383	0,00%
Martinica	15.462	0,02%	1.183	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
México	4.504.351	4,60%	914.209	0,58%	767.623	0,47%	696.535	0,51%	920.847	0,72%
Mocambique	28.316	0,03%	13.882	0,01%	164.826	0,10%	-	0,00%	49.673	0,04%
Nígeria	3.530	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Noruega	98.658	0,10%	395.168	0,25%	229.406	0,14%	393.652	0,27%	411.078	0,32%
Nova Zelândia	54.753	0,06%	34.988	0,02%	66.530	0,04%	100.084	0,07%	131.370	0,10%
Oman	-	0,00%	133.338	0,09%	369.111	0,22%	136.254	0,10%	32.456	0,03%
Panamá	923.190	0,94%	1.126.127	0,72%	735.529	0,45%	639.590	0,47%	889.441	0,69%
Paraguai	322.536	0,33%	581.126	0,37%	530.662	0,32%	621.449	0,45%	672.290	0,52%
Peru	93.723	0,10%	217.905	0,14%	306.735	0,19%	163.470	0,12%	185.184	0,14%
Porto Rico	2.222.765	2,27%	2.656.458	1,70%	2.512.659	1,54%	1.775.976	1,30%	1.217.445	0,95%
Portugal	670.247	0,68%	1.728.633	1,10%	1.281.821	0,78%	611.584	0,46%	1.071.063	0,84%
Reino Unido	800.469	0,82%	1.064.639	0,68%	2.826.084	1,73%	4.523.647	3,31%	4.678.839	3,65%
Rep. Dominicana	713.850	0,73%	1.264.292	0,81%	2.171.904	1,33%	1.503.661	1,10%	1.208.310	0,94%
Rep. Tcheca	20.698	0,02%	8.924	0,01%	181.600	0,11%	135.293	0,10%	49.443	0,04%
Rússia	86.086	0,09%	287.861	0,18%	646.190	0,40%	645.461	0,47%	746.168	0,58%
Suecia	-	0,00%	1.227.369	0,78%	1.500.085	0,92%	106.512	0,08%	155.031	0,12%
Sulpa	-	0,00%	52.399	0,03%	43.383	0,03%	162.574	0,12%	2.858	0,00%
Suriname	142.708	0,15%	176.550	0,11%	312.753	0,19%	175.012	0,13%	213.766	0,17%
Taiwan	10.850	0,01%	2.228	0,00%	-	0,00%	3.544	0,00%	-	0,00%
Trinidad Tobago	85.898	0,09%	186.407	0,12%	-	0,00%	14.330	0,01%	33.647	0,03%
Turquia	88.690	0,09%	503.196	0,32%	722.225	0,44%	357.126	0,26%	402.406	0,31%
Ucrânia	43.632	0,04%	60.662	0,04%	196.303	0,12%	231.924	0,17%	221.914	0,17%
Uruguai	403.632	0,41%	583.945	0,36%	822.066	0,50%	604.838	0,44%	922.681	0,72%
Usa	67.060.440	68,42%	107.209.570	68,50%	101.847.533	62,35%	74.851.305	54,78%	51.918.190	40,54%
Venezuela	264.379	0,27%	1.293.021	0,83%	2.280.138	1,40%	6.928.769	5,07%	16.469.234	12,86%
Outros	-	0,00%	701.620	0,45%	1.429.614	0,88%	1.038.454	0,76%	2.053.728	1,60%
Total	98.024.267	100%	156.520.333	100%	163.350.050	100%	136.632.892	100%	128.072.854	100%

Fonte: MDIC/SECEX

Janeiro - Outubro 2007/2008

Comparativo da exportação

Exportação de Calçados em Pares			
<i>Jan-Out</i>			
2007 ->	4.851		
2008 ->	3.970	-14,65%	
Exportação de Calçados em Dólares			
<i>Jan-Out</i>			
2007 ->	109.418		
2008 ->	113.107	3,37%	
Preço Médio do Calçado (Dólares)			
<i>Jan-Out</i>			
2007 ->	23,52		
2008 ->	28,49	21,13%	

Países Importadores

Países	US\$-2007	Participação	US\$-2008	Participação
Africa do Sul	546.416	0,50%	390.720	0,35%
Alemanha	3.001.441	2,74%	1.477.211	1,31%
Árabia Saudita	913.786	0,84%	1.330.394	1,18%
Argentina	7.981.125	7,29%	11.789.293	10,42%
Austrália	809.400	0,74%	1.138.528	1,01%
Bolívia	1.613.073	1,47%	1.307.892	1,16%
Canadá	844.072	0,77%	548.194	0,48%
Chile	2.571.221	2,35%	2.377.210	2,10%
China	143.809	0,13%	33.994	0,03%
Chipre	482.282	0,44%	305.817	0,27%
Cingapura	224.361	0,21%	379.842	0,34%
Colômbia	1.851.711	1,69%	1.480.834	1,29%
Costa Rica	509.954	0,47%	1.104.367	1,06%
Croácia	329.174	0,30%	200.367	0,18%
Cuba	533.359	0,49%	2.227.915	1,97%
Egito	65.261	0,06%	36.054	0,03%
El Salvador	101.097	0,09%	92.995	0,08%
Emirados Arab	2.542.398	2,32%	2.812.956	2,49%
Equador	1.305.685	1,28%	819.748	0,72%
Espanha	5.675.426	5,19%	5.081.065	4,49%
Filipinas	116.493	0,11%	50.420	0,04%
Finlândia	93.310	0,09%	118.597	0,10%
França	2.934.174	2,68%	3.638.008	3,22%
Georgia	149.391	0,14%	0	0,00%
Grecia	775.347	0,71%	971.108	0,86%
Guatemala	478.488	0,44%	321.308	0,28%
Holanda	508.664	0,46%	464.108	0,41%
Hong Kong	43.801	0,04%	23.508	0,02%
Hungria	162.248	0,15%	115.920	0,10%
Índia	130.193	0,12%	219.070	0,19%
Israel	77.848	0,07%	160.727	0,14%
Itália	224.897	0,21%	63.591	0,06%
Japão	231.745	0,21%	162.813	0,14%
Kwait	474.559	0,43%	0	0,00%
México	732.098	0,67%	928.381	0,82%
Noruega	258.389	0,24%	305.298	0,27%
Nova Zelândia	131.370	0,12%	107.837	0,10%
Panamá	875.202	0,80%	723.608	0,64%
Paraguai	538.123	0,49%	818.109	0,72%
Peru	160.713	0,15%	147.910	0,13%
Porto Rico	1.171.332	1,07%	1.298.897	1,15%
Portugal	842.655	0,77%	757.140	0,67%
Reino Unido	4.135.280	3,78%	5.143.549	4,55%
Rep. Dominicana	939.538	0,86%	1.419.647	1,26%
Rep. Tcheca	49.443	0,05%	0	0,00%
Rússia	585.044	0,53%	708.947	0,63%
Suécia	153.734	0,14%	116.522	0,10%
Suriname	126.012	0,12%	222.635	0,20%
Tailândia	149.167	0,14%	275.174	0,24%
Turquia	237.544	0,22%	376.511	0,33%
Ucrânia	221.914	0,20%	15.389	0,01%
Uruguai	705.768	0,65%	1.063.977	0,94%
Usa	44.199.644	40,39%	38.181.414	33,76%
Venezuela	13.483.845	12,32%	16.574.612	14,65%
Outros	1.186.645	1,08%	2.577.050	2,28%
Total	109.415.860	100%	113.106.990	100%

Fonte: MDIC/SECEX

**Exportação de Calçados, Partes e Componentes de Franca
Comparativos**

CALÇADOS - PARES / MENSAL

DATA	2007	2008	%07/08
JAN.	433.453	325.917	-24,81%
FEV.	492.017	519.640	5,61%
MAR.	507.076	308.016	-39,26%
ABR.	390.284	329.672	-15,53%
MAI.	502.416	395.042	-21,37%
JUN.	463.840	451.692	-2,62%
JUL.	492.848	461.632	-6,33%
AGO.	422.769	362.756	-14,20%
SET.	429.870	308.235	-28,30%
OUT.	516.871	506.823	-1,94%
NOV.	325.675		
DEZ.	333.446		

CALÇADOS - DÓLARES / MENSAL

DATA	2007	2008	%07/08
JAN.	9.045.300	8.408.010	-7,05%
FEV.	10.591.102	13.537.369	27,82%
MAR.	11.053.777	8.369.750	-24,28%
ABR.	8.746.258	9.140.761	4,51%
MAI.	11.630.280	10.649.298	-8,43%
JUN.	10.914.187	13.308.763	21,94%
JUL.	12.426.338	13.529.136	8,87%
AGO.	10.780.570	10.917.677	1,27%
SET.	10.753.308	9.600.949	-10,72%
OUT.	13.474.740	15.645.277	16,11%
NOV.	9.138.879		
DEZ.	9.518.115		

PREÇO MÉDIO / MENSAL

DATA	2007	2008	%07/08
JAN.	20,87	25,80	23,62%
FEV.	21,53	26,05	20,99%
MAR.	21,80	27,17	24,63%
ABR.	22,41	27,73	23,74%
MAI.	23,15	26,96	16,46%
JUN.	23,53	29,46	25,20%
JUL.	25,21	29,31	16,26%
AGO.	25,50	30,10	18,04%
SET.	25,02	31,15	24,50%
OUT.	26,07	30,87	18,41%
NOV.	28,06		
DEZ.	28,54		

CALÇADOS - PARES / ACUMULADO

DATA	2007	2008	%07/08
JAN/	433.453	325.917	-24,81%
JAN/FEV.	925.470	845.557	-8,63%
JAN/MAR.	1.432.546	1.153.573	-19,47%
JAN/ABR.	1.822.830	1.483.245	-18,63%
JAN/MAI.	2.325.246	1.878.287	-19,22%
JAN/JUN.	2.789.086	2.329.979	-16,46%
JAN/JUL.	3.281.934	2.791.611	-14,94%
JAN/AGO.	3.704.703	3.154.756	-14,84%
JAN/SET.	4.134.573	3.462.991	-16,24%
JAN/OUT.	4.651.444	3.969.814	-14,65%
JAN/NOV.	4.977.119		
JAN/DEZ.	5.310.565		

CALÇADOS - DÓLARES / ACUMULADO

DATA	2007	2008	%07/08
JAN.	9.045.300	8.408.010	-7,05%
JAN/FEV.	19.636.402	21.945.379	11,76%
JAN/MAR.	30.690.179	30.315.129	-1,22%
JAN/ABR.	39.436.437	39.455.890	0,05%
JAN/MAI.	51.066.717	50.105.188	-1,88%
JAN/JUN.	61.980.904	63.413.951	2,31%
JAN/JUL.	74.407.242	76.943.087	3,41%
JAN/AGO.	85.187.812	87.860.764	3,14%
JAN/SET.	95.941.120	97.461.713	1,58%
JAN/OUT.	109.415.860	113.106.990	3,37%
JAN/NOV.	118.554.739		
JAN/DEZ.	128.072.854		

PREÇO MÉDIO / ACUMULADO

DATA	2007	2008	%07/08
JAN.	20,87	25,80	23,62%
JAN/FEV.	21,22	25,95	22,29%
JAN/MAR.	21,42	26,28	22,69%
JAN/ABR.	21,63	26,60	22,98%
JAN/MAI.	21,97	26,68	21,44%
JAN/JUN.	22,23	27,22	22,45%
JAN/JUL.	22,68	27,56	21,52%
JAN/AGO.	22,99	27,85	21,14%
JAN/SET.	23,20	28,14	21,29%
JAN/OUT.	23,52	28,49	21,13%
JAN/NOV.	23,82		
JAN/DEZ.	24,12		

ANEXO C – Dados da RAIS sobre o número de mulheres e homens empregados.

Anuário

Page 1 of 4

Seção : EMPREGOS EM 31/12

Empregos em 31/12 Por Setor, Faixa Etária, Gênero e Área Geográfica

(em Postos de Trabalho)	
2001	
Setor	Faixa Etária
Gênero / Região	Total
Total	27.189.614
Extrativa Mineral	117.659
MASCULINO	107.743
FEMININO	9.916
Indústria de Transformação	4.976.462
MASCULINO	3.576.796
FEMININO	1.399.666
Serviços Industriais de Utilidade Pública	296.811
MASCULINO	250.422
FEMININO	46.389
Construção Civil	1.132.955
MASCULINO	1.048.553
FEMININO	84.402
Comércio	4.487.004
MASCULINO	2.792.712
FEMININO	1.694.292
Serviços	8.773.810
MASCULINO	5.038.422
FEMININO	3.735.388
Administração Pública	6.319.189
MASCULINO	2.673.546
FEMININO	3.645.643
Agropecuária	1.085.724
MASCULINO	949.588
FEMININO	136.136
Outros	0
MASCULINO	0
FEMININO	0

(em Postos de Trabalho)	
2002	
Setor	Faixa Etária
Gênero / Região	Total
Total	28.683.913
Extrativa Mineral	122.801
MASCULINO	113.316
FEMININO	9.485
Indústria de Transformação	5.209.774
MASCULINO	3.743.716
FEMININO	1.466.058
Serviços Industriais de Utilidade Pública	310.366
MASCULINO	260.737
FEMININO	49.629
Construção Civil	1.106.350
MASCULINO	1.029.416
FEMININO	76.934
Comércio	4.826.533
MASCULINO	2.988.084
FEMININO	1.838.449
Serviços	9.182.552
MASCULINO	5.250.516
FEMININO	3.932.036

Administração Pública	6.787.302
MASCULINO	2.886.631
FEMININO	3.900.671
Agropecuária	1.138.235
MASCULINO	992.935
FEMININO	145.300
Outros	0
MASCULINO	0
FEMININO	0

(em Postos de Trabalho)	
2003	
Setor	Faixa Etária
Gênero / Região	Total
Total	29.544.927
Extrativa Mineral	122.806
MASCULINO	112.726
FEMININO	10.080
Indústria de Transformação	5.356.159
MASCULINO	3.839.458
FEMININO	1.516.701
Serviços Industriais de Utilidade Pública	319.068
MASCULINO	266.685
FEMININO	52.383
Construção Civil	1.048.251
MASCULINO	973.798
FEMININO	74.453
Comércio	5.119.479
MASCULINO	3.153.783
FEMININO	1.965.696
Serviços	9.378.566
MASCULINO	5.345.880
FEMININO	4.032.686
Administração Pública	6.991.973
MASCULINO	2.998.309
FEMININO	3.993.664
Agropecuária	1.207.672
MASCULINO	1.049.611
FEMININO	158.061
Outros	953
MASCULINO	694
FEMININO	259

(em Postos de Trabalho)	
2004	
Setor	Faixa Etária
Gênero / Região	Total
Total	31.407.576
Extrativa Mineral	140.519
MASCULINO	127.624
FEMININO	12.895
Indústria de Transformação	5.926.857
MASCULINO	4.231.416
FEMININO	1.695.441
Serviços Industriais de Utilidade Pública	327.708
MASCULINO	273.096
FEMININO	54.612
Construção Civil	1.118.570
MASCULINO	1.041.508
FEMININO	77.062
Comércio	5.587.263

MASCULINO	3.417.232
FEMININO	2.170.031
Serviços	9.901.216
MASCULINO	5.637.309
FEMININO	4.263.907
Administração Pública	7.099.804
MASCULINO	2.990.659
FEMININO	4.109.145
Agropecuária	1.305.639
MASCULINO	1.126.873
FEMININO	178.766
Outros	0
MASCULINO	0
FEMININO	0

(em Postos de Trabalho)	
2005	
Setor	Faixa Etária
Gênero / Região	Total
Total	33.238.617
Extrativa Mineral	147.560
MASCULINO	134.746
FEMININO	12.814
Indústria de Transformação	6.133.461
MASCULINO	4.360.769
FEMININO	1.772.692
Serviços Industriais de Utilidade Pública	341.991
MASCULINO	283.779
FEMININO	58.212
Construção Civil	1.245.395
MASCULINO	1.159.587
FEMININO	85.808
Comércio	6.005.189
MASCULINO	3.647.615
FEMININO	2.357.574
Serviços	10.510.762
MASCULINO	5.933.891
FEMININO	4.576.871
Administração Pública	7.543.939
MASCULINO	3.182.126
FEMININO	4.361.813
Agropecuária	1.310.320
MASCULINO	1.129.598
FEMININO	180.722
Outros	0
MASCULINO	0
FEMININO	0

(em Postos de Trabalho)	
2006	
Setor	Faixa Etária
Gênero / Região	Total
Total	35.155.249
Extrativa Mineral	183.188
MASCULINO	165.451
FEMININO	17.737
Indústria de Transformação	6.594.783
MASCULINO	4.688.172
FEMININO	1.906.611
Serviços Industriais de Utilidade Pública	344.565
MASCULINO	288.867

FEMININO	55.698
Construção Civil	1.393.446
MASCULINO	1.294.415
FEMININO	99.031
Comércio	6.330.341
MASCULINO	3.819.745
FEMININO	2.510.596
Serviços	11.229.881
MASCULINO	6.218.825
FEMININO	5.011.056
Administração Pública	7.721.815
MASCULINO	3.226.101
FEMININO	4.495.714
Agropecuária	1.357.230
MASCULINO	1.163.969
FEMININO	193.261
Outros	0
MASCULINO	0
FEMININO	0

ANEXO D – Sindicato dos sapateiros

Usuário: VALDIR

Pág.: 1

16:22

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE CALCADOS DE FRANCA

17/12/2008

PESSOAS POR TIPO DE TRABALHADOR

1-SOCIO, 12-PADRAO

Tipo de Trabalhador	Total	%	Homens	Mulheres	não Inf.
EMPREGADO CLT	5.476	100,00	3.446	2.030	0
FUNCIONÁRIO PUBLICO	0	0,00	0	0	0
PROFISSIONAL LIBERAL	0	0,00	0	0	0
AUTÔNOMO	0	0,00	0	0	0
PRECARIZADO	0	0,00	0	0	0
ESTAGIÁRIO	0	0,00	0	0	0
COOPERATIVADO	0	0,00	0	0	0
TOTAL	5.476		3.446	2.030	0
TOTAL DE ATIVOS POLITICAMENTE	5.476		3.446	2.030	0
TOTAL DE ATIVOS ESTATUTARIAMENTE	5.476		3.446	2.030	0

PESSOAS POR TIPO DE TRABALHADOR

1-SOCIO, 12-PADRAO, 3-APOSENTADO

Tipo de Trabalhador	Total	%	Homens	Mulheres	não Inf.
EMPREGADO CLT	6.024	100,00	3.944	2.080	0
FUNCIONÁRIO PUBLICO	0	0,00	0	0	0
PROFISSIONAL LIBERAL	0	0,00	0	0	0
AUTÔNOMO	0	0,00	0	0	0
PRECARIZADO	0	0,00	0	0	0
ESTAGIÁRIO	0	0,00	0	0	0
COOPERATIVADO	0	0,00	0	0	0
TOTAL	6.024		3.944	2.080	0
TOTAL DE ATIVOS POLITICAMENTE	5.476		3.446	2.030	0
TOTAL DE ATIVOS ESTATUTARIAMENTE	6.024		3.944	2.080	0

1º de maio!

Dia Internacional da Classe Trabalhadora

Chegou a hora de reduzir a jornada no Brasil

O 1º de Maio é um dia de Luta na maioria dos países do Mundo. Dia de lembrar dos milhões de trabalhadores que doam suas vidas a serviço do capitalismo, dia de lembrar dos operários de Chicago que foram assassinados por reivindicar uma jornada de trabalho de 8 horas.

É Dia de lembrar que os setores privilegiados utilizam-se de mecanismos variados para preservar suas riquezas e mordomias, sem levar em conta que bilhões de pessoas pelo mundo a fora, passam fome e não tem onde morar e o que comer.

Por isso, este dia, não é dia do trabalho. É dia do trabalhador, a diferença é muito grande, é política e não simplesmente de palavras.

40 HORAS SEMANAIS JÁ!

Compare o quanto se trabalha por semana no Brasil e em outros países?

Com muita luta, os trabalhadores conquistaram a redução da jornada de trabalho.

No princípio da revolução industrial, em meados do século XVIII (18), a organização dos trabalhadores ainda estava em formação e não existia qualquer legislação trabalhista.

Na época, os capitalistas exploravam os trabalhadores através do pagamento de baixos salários e longas jornadas de trabalho. Além disso, utilizava crianças na produção, pagando sa-

lários ainda menores. Será que hoje em dia a situação é muito diferente?

A quantidade de horas trabalhadas, diárias e semanal se estendem quase que até o limite da capacidade humana, chegando a trabalhar 15, 16 horas diárias. Aos poucos, a Classe Trabalhadora foi se organizando, lutando e conquistando melhorias nas condições de trabalho e a redução da jornada.

Redução da jornada para 40 horas semanais

Nas últimas décadas, o aumento do desemprego trouxe mais um motivo para respaldar tal reivindicação: se os ocupados trabalharem menos horas por semana, é possível gerar no-

vas vagas para que mais pessoas trabalhem.

A bandeira pelas 40 horas semanais se constituiu em uma das principais reivindicações do movimento sindical do pós-guerra, sobretudo na



Alemanha	– 41,5 h
Argentina	– 39, 2 h
Canadá	– 31,9 h
Chile	– 43,7 h
Espanha	– 35,7 h
Estados Unidos	– 40,5 h
França	– 38,3 h
Itália	– 38,2 h
Israel	– 37,3 h
Japão	– 42,2 h
Reino Unido	– 39,6 h
Suíça	– 35,6 h
Brasil	– 44 h

Europa. Aos poucos, com as lutas desenvolvidas, diversos países adotaram um tempo menor de trabalho, hoje, em muitos deles, a jornada já é bem menor que a dos trabalhadores brasileiros.

Mais tempo para você e sua família!

Neste 1º de maio a nossa principal bandeira será a reivindicação pela redução da jornada de trabalho e a defesa dos direitos dos trabalhadores.



1º de maio não é dia de trabalho é o dia do trabalhador/a!

Companheiros/as, trabalha- dores/as

Nós precisamos estar constantemente preocupados em preservar nossa memória social e a nossa História. No caso do 1º de Maio, a necessidade é maior ainda, uma vez que existe há muito tempo, um movimento para distorcer a História deste dia, uma distorção lenta, mas eficaz, promovida pela elite financeira e política do Brasil e do Mundo.

Várias empresas já estão pressionando e querendo impor aos

trabalhadores a aceitarem acordos para trabalharem no feriado, não podemos e não concordamos com essa prática absurda.

Quem insistir em trabalhar no nosso dia, no dia do trabalhador, se prepare, já estamos solicitando ao Ministério do Trabalho que monte um plantão no feriado, para impedir com que as empresas obriguem ou mesmo façam acordos para trabalhar neste dia.

As empresas que insistirem nesta prática serão denunciadas ao Ministério do Trabalho e no Ministério Público.



Trabalhar menos para que outros/as trabalhem

O Brasil vive uma realidade de extremos, apesar da significativa geração de milhões de empregos nos últimos anos, um número elevado de trabalhadores/as ainda estão desempregados/as.

No entanto, aqueles/as que estão empregados/as trabalham num ritmo alucinante cumprindo longas jornadas de trabalho, cada vez mais pressionados/as pela cobrança constante por mais produ-

tividade, resultando em mais lucro para os patrões.

Com este cenário, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário seria um importante instrumento para a criação de milhões de empregos e de distribuição de renda, além de ajudar a combater as lesões por esforços repetitivos e as demais doenças relacionadas ao trabalho, um problema que se agrava em todo o mundo.

Para contribuir neste processo, estamos reivindicando 40 horas semanais e você pode ajudar na coleta de assinaturas. O abaixo assinado pode ser retirado nos sindicatos que assinam esta convocação.

**Chegou à hora de reduzir
a jornada no Brasil.
Dê a sua contribuição!
Você está convocado/a!**

Entidades e movimentos que assinam esta convocatória:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados
(Sindicato dos Sapateiros)
Sindicato dos Curtumeiros
Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde
Sindicato das Domésticas
Sindicato dos Servidores Municipais
Sindicato dos Médicos
Sindicato dos Radialistas do Estado de São Paulo
Sinergia – Trabalhadores Eletricitários
APEOESP – Professores do Estado de São Paulo
AFUSE – Funcionários em Escolas Estaduais
Sinsprev – Sindicato dos Previdenciários
Sindicato dos Trabalhadores nos Correios
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra
Associação dos Sapateiros Aposentados
Movimento GLBTT de Franca
CUT – Central Única dos Trabalhadores
MNU - Movimento Negro Unificado de Franca

Programação:

Local: estacionamento
do Parque Fernando Costa
Horário: A partir das 15 horas
Atividades culturais e shows
musicais.

17 horas ato político:
em defesa da redução da
jornada e de todos os
direitos dos trabalhadores

19 horas:
Show de
Encerramento.

Venha
participar
das
atividades.

ANEXO E – PROCESSO DE PRODUÇÃO DO SAPATO

PROCESSO DE PRODUÇÃO DO SAPATO³

Considerados alguns elementos da presença da formação do sapateiro e da indústria de calçados em Franca/SP, torna-se interessante mostrar o processo de produção do sapato, cujas características poderão fornecer subsídios sobre as condições de trabalho neste ramo industrial.

A empresa, após o recebimento do pedido de venda do sapato, dá início à programação das compras das matérias-primas e dos insumos necessários para a confecção do produto. A seguir, são efetuados os planos de produção e elaboradas as ordens de serviço. Estas ordens contêm todos os detalhes do produto como: número de pares a serem produzidos, tipo dos materiais a serem aplicados e as marcações exigidas. Posteriormente, estas ordens são enviadas para a produção. No almoxarifado, setor onde são guardados todos os materiais, as ordens são recebidas e efetua-se a separação dos materiais, verifica-se a qualidade dos mesmos antes de entregá-los para a seção seguinte, ou seja, a seção de corte das vaquetas.

A operação de cortar consiste em destacar do material as peças componentes do corte propriamente dito. Tem por finalidade obter lotes de peças de tamanho e força idênticas com os modelos usados.

A operação realiza-se à mão, com faca apropriada, na mesa do cortador ou à máquina, no balancim de corte. Em seguida, estas peças são riscadas e marcadas, visando propiciar uma melhor orientação aos operadores para execução correta e uniforme do trabalho.

Dando seqüência ao processo, as peças são Rachadas, sendo que, esta operação consiste em retirar uma fatia da face reversa de couro. Visa deixar as peças na espessura necessária para o trabalho posterior.

Os materiais utilizados para cortar são destinados à obtenção dos componentes que formarão o chamado corte de sapato (cabedal, forro e acessório), bem como palmilhas e outros.

³ Estas informações foram obtidas em entrevista com um sapateiro de uma indústria de calçados de Franca/SP.

Os materiais se classificam em: a) naturais: couros, peles, etc.; b) artificiais: plásticos, tecidos, etc.

Entre os materiais naturais, merecem menção especial as peles de animais, mamíferos e répteis.

Os mamíferos produzem as melhores peles, que podem proceder de animais domésticos (vacum, caprinos, eqüinos e suínos) e de animais selvagens (camurça e antílope). As peles podem se apresentar sob várias formas: idade, raça, sexo e meio ambiente do animal, tipo de curtimento, espessura, camada utilizada, lado tratado e tipo de acabamento. As peles normalmente apresentam características próprias, das quais o operador tira proveito. Estas características são: consistência das fibras, elasticidade, aparência, defeitos diversos, toque.

As características do couro são aproveitadas, conforme as conveniências do produto. O sapato, durante a fabricação, sofre uma série de pressões (puxos e repuxos, calorías), o que acontece também durante o uso. A qualidade de melhor consistência é característica do sapato para fazer frente ao atrito. A melhor aparência é usada nos locais mais visíveis do produto, a elasticidade menor é usada para fazer frente aos maiores esforços, os defeitos são evitados para não prejudicar a estética e durabilidade; a espessura é fator que impede a deformação do sapato e o toque é a condição para conforto do usuário.

É evidente que para poder se ter o conhecimento pleno de como usar o couro, obrigatoriamente deveremos saber o que é consistência das fibras do couro, a qual pode ser medida pela resistência à tração que apresentam as várias regiões de uma pele. Isso leva a entender que algumas regiões do couro são mais resistentes, outras menos, conhecimento que o operador de corte tem que ter.

A elasticidade das várias partes do couro é a propriedade que ela tem de esticar em diversas regiões e numa direção. Ao se pesar a peça de um couro, notaremos que, em algumas partes do couro, a elasticidade se dará de um lado para outro, em outras partes, se dará do traseiro para frente e vice-versa. É muitíssimo importante que o profissional do corte saiba em que direção as fibras são elásticas, na hora do corte.

A aparência do couro (pele) leva em conta a regularidade

dos poros, brilho e a uniformidade da superfície da pele. As regiões de melhor aparência quase sempre estão estreitamente relacionadas com a consistência.

Aquelas regiões em que a consistência é maior, a aparência é a melhor.

Os defeitos numa pele podem ser os mais diversos. Dentre eles destacam-se: marcas de fogo, riscas, carrapatos, cicatrizes, flor solta, veias e irregularidades nas felpas (camurça), espessura desuniforme, descuido no curtimento e conservação, além dos defeitos de acabamento. O toque é a impressão que causa o couro quando é apanhado com as mãos, como se a intenção fosse anassá-lo, pois se sente o seu grau de rigidez pelo tato.

A fase do pesponto do sapato divide-se em duas partes: preparação e pesponto propriamente dito.

Na preparação, a primeira operação é denominada de chanfrão, que consiste em dar espessura uniforme às bordas das peças de cabedal e forro ao retirar-se a película que prejudica a colagem, que tem a finalidade de dar às bordas das peças o formato necessário às operações posteriores, sem prejudicar em demasia a resistência do material. Entre as operações que se sucedem, existem algumas que têm a finalidade de funcionarem como reforço, colocando-se fitas de Nylon adesivas para melhorar ainda mais a qualidade do cabedal. Uma outra operação muitíssimo importante é a dobração das peças com intuito de dar melhor aspecto às bordas e maior resistência. Após uma série de trabalhos executados, como dobrar a peça, viver e outros, passa-se para a fase de preparação de peças para costurar, que nada mais é senão juntar os vários componentes através da cola, a fim de que o trabalho da costura se torne mais fácil. Essa operação é realizada no setor de pesponto, envolvendo todas as peças previamente trabalhadas.

A fase seguinte de confecção do sapato é a da costura dos forros e dos cabedais. Tanto na primeira como na segunda operação, as peças são emendadas umas às outras, com a finalidade de conseguir do forro, maior resistência, comodidade e economia; e do cabedal, uma junção segura e melhor do aspecto estético. Posteriormente, é necessário prender as peças do cabedal no forro, ou juntar forros e cabedais completos,

110

José Walter Canôis

através de costura, com a finalidade de dar ao corte uma consistência firme. Estas operações são realizadas no setor de pesponto, envolvendo peças previamente preparadas e máquinas próprias. Quando nos referimos às máquinas próprias, estamos querendo dizer que estas são máquinas especiais, que só se prestam para a realização da costura e devem ser utilizadas desde que estejam munidas de todos os seus principais componentes. Estes componentes são elementos constituintes de uma máquina de costura, que devem ser familiares ao operador. Supõe-se que o operador esteja treinado e conheça as partes essenciais da costura e do funcionamento dessas máquinas.

Uma máquina de costura típica é normalmente acionada por um motor elétrico de $\frac{1}{4}$ HP. A força deste motor é transmitida à máquina por uma correia, que deve estar apertada o suficiente para não permitir que o volante da máquina ou a polia do motor patinem.

A polia do motor liga-se a uma embreagem que deve estar regulada no ponto (nem apertada, nem frouxa), de modo a permitir a obtenção de várias velocidades à medida que aumenta a pressão no pedal. Na máquina, a força do motor é transmitida em duas direções, a dois eixos, sendo que um funciona acima da agulha, e o outro, abaixo. O de cima movimenta a agulha e o controle da linha. O de baixo movimenta o transportador e a lançadeira. Pelo movimento da máquina, a agulha atravessa os materiais e, segundo o tipo de costura, realiza pontos com 1 ou 2 fios, unindo os dois ou mais materiais.

Neste trabalho, vários dispositivos são acionados: a base da agulha, a agulha, o calçador, o transportador, a lançadeira, o fensor, o regulador de comprimento de ponto e outros acessórios. A linha pode percorrer vários caminhos desde o cano até a agulha, segundo o tipo, a marca da máquina, mas na maioria dos casos, atravessa os seguintes pontos: 1- Porta-Cone, 2- Gancho, 3- Retentor, 4- Tensor, 5- Controlador, 6- Puxador, 7- Guia, 8- Agulha.

O porta-cone pode estar localizado em vários pontos da máquina, inclusive em suporte à parte ou fixo na mesa, e dotado de forro de borracha nas bases para evitar que a linha se desenrole na base dos canos ou bobinas.

O Movimento Operário-Sindical em Franca/SP

111

O operador deve estar atento para impedir que se desenrole mais linha do que o necessário.

O tensor mantém a linha tensa o suficiente para a formação da laçada correta do ponto.

Da correta regulação do tempo da operação, dependerá a qualidade da costura. Se a tensão for muito grande, os pontos puxarão para a superfície do material.

O controlador de linha evita um excesso de linha entre o tensor e a agulha, permitindo que o puxador trabalhe apenas com a quantidade necessária, sem falta e nem excesso.

O puxador, que fornece linha bastante à agulha, para que a lançadeira possa passar por dentro da laçada, deve acompanhar os movimentos da agulha, fornecendo linha na descida e puxando a não utilizada, na subida. Quando a lançadeira já passou pela laçada na formação do 1º ponto, deve ser segurada a linha de cima, a fim de que ela puxe para a superfície da clape da agulha a linha da lançadeira.

Se isto não for feito, a linha da agulha vai acumular-se sob o material e a costura vai enrolar-se na lançadeira.

A lançadeira tem um papel importantíssimo a desempenhar, pois, caso não esteja em condições de apanhar o laço da agulha no momento exato, não haverá ponto e, conseqüentemente, não se efetuará a costura.

Os caçadores, em máquinas de costura, desempenham a função de segurar o material para que permaneça na posição correta em que a costura deve ser feita. Um caçador deve ter sua pressão regulada segundo a espessura, sensibilidade e aderência do material. Em materiais espessos recomenda-se uma pressão maior, enquanto que todo o cuidado cabe ser dispensado em não danificar materiais sensíveis. Uma regulação incorreta do caçador ocasionará o retardamento da passagem do material, ou então seu escorregamento. No primeiro caso, haverá pontos menores que os pretendidos e costura irregular. No segundo, haverá costuras tortas e irregulares.

O transportador tem a função de empurrar o material durante a costura.

De sua atuação dependerá o comprimento do ponto. Situa-se abaixo do caçador e sobressai levemente sobre a chapa da agulha, a qual atravessa por ranhura.

As operações que envolvem a montagem do calçado e o seu acabamento têm por princípio a moldação do corte através das máquinas de esticar cortes, dando ao mesmo um formato que irá permitir uma montagem perfeita e sem rugas. Coloca-se depois, o contraforte, moldando-o de maneira que este tome a forma do calcanhar do pé e, em seguida, coloca-se na base a palmilha, refilando-a até que suas bordas fiquem bem rentes à quina da forma. A operação subsequente é calçar o corte na forma, puxar os lados prendendo com tachas as bordas do couro, para, em seguida, tachear a base do sapato em máquina própria, denominada de calceira. Após esta operação, o sapato passa dentro de um forno com a temperatura aproximadamente de 100° ou mais, sendo que uma parte deste forno vaporiza o calçado e a outra seca, dando ao sapato um toque de conformação e estética quase perfeita.

Na seqüência das fases, o sapato deve ser espianado, ou seja, esta operação tem por finalidade retirar todas as rugas que porventura tenham ficado, bem como corrigir possíveis falhas no momento da montagem. Neste setor, o sapato é rebatido com o intuito de tornar o corte mais adaptado à forma, melhorando-lhe o aspecto e tornando-o um produto mais confortável. Uma fase em que se exige bastante precisão é o solamento, tendo o sapato que ser muito bem aspirado na base. Em seguida, aplicamos cola na base do calçado e no solado já pré-acabado e após o tempo necessário de secagem, o operador efetua a colagem da sola no cabedal com o devido cuidado, não permitindo que esta fique sobrando para nenhum dos lados do contorno do sapato. Este, depois, é colocado numa prensa com a calibragem mínima de 150 libras durante 10 segundos cada prensagem. Posteriormente, é retirado da forma, a fim de que seja blackeado. Blackeação é uma operação de costura do soldado no cabedal, sendo realizado com máquinas próprias de Blackear. A fase seguinte é a de acabamento e plancheamento, o que significa que, neste setor, o sapato é lavado com produtos especiais de limpeza do couro para, em seguida, serem aplicados tintas e brilho.

Na operação subsequente, o sapato é escovado com bastante esmero, a fim de que se consiga um polimento de maneira que o mesmo ganhe um aspecto de ótima qualidade, beleza e estética. A fase posterior é colar uma calcanheira ou

palmilha de couro com espuma para um melhor conforto aos pés do usuário; em seguida, embala-se em caixas de papelão e está aí o sapato pronto para o uso.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)